

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Mestrado em Serviço Social

Um Estudo em Busca de Vestígios do Socialismo Petista

Aluno: Rodrigo Gomes Martins Andrade

Orientador: Prof.º Dr. José Paulo Netto

Rio de Janeiro, Setembro de 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Mestrado em Serviço Social

Um Estudo em Busca de Vestígios do Socialismo Petista

Aluno: Rodrigo Gomes Martins Andrade

*Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da
Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de
Janeiro, sob a orientação do Prof.º
Dr. José Paulo Netto, como
exigência parcial para obtenção do
título de Mestre em Serviço Social.*

Rio de Janeiro, Setembro de 2008

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Escola de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
Mestrado em Serviço Social

Um Estudo em Busca de Vestígios do Socialismo Petista

Aluno: Rodrigo Gomes Martins Andrade

*Dissertação de Mestrado
apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Serviço Social da
Escola de Serviço Social da
Universidade Federal do Rio de
Janeiro, sob a orientação do Prof.º
Dr. José Paulo Netto, como
exigência parcial para obtenção do
título de Mestre em Serviço Social.*

Prof.º Dr. José Paulo Netto (Presidente)

Prof.ª Dr.ª Cleusa dos Santos

Prof.º Dr. Ronaldo do Livramento Coutinho

Rio de Janeiro, Setembro de 2008

Ficha Catalográfica

Andrade, Rodrigo Gomes Martins.

Um Estudo em Busca de Vestígios do Socialismo Petista. Rodrigo Gomes Martins Andrade. Orientador: José Paulo Netto. Rio de Janeiro: UFRJ, Escola de Serviço Social, 2008.

153 f.; 29,7 cm.

Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social. Programa de Pós Graduação em Serviço Social.

Inclui referências bibliográficas.

1) Política. 2) Partidos Políticos. 3) Partido dos Trabalhadores. 4) Socialismo. 5) Socialismo Petista. I) Netto, José Paulo. II) Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Serviço Social. Programa de Pós Graduação em Serviço Social.

Dedico este trabalho à Tayse,
apesar do mesmo não representar nem de longe
a grandeza de sua importância em minha vida.

She's a Rebel
(Billie Joe Armstrong)

She's a rebel
She's a saint
She's the salt of the earth
And she's dangerous
(...)

She's the symbol
Of resistance
And she's holding on my heart
Like a hand grenade
(...)

Is she trouble
Like I'm trouble?
Make it a double
Twist of fate
Or a melody that

She sings the revolution
The dawning of our lives
She brings this liberation
That I just can't define
Nothing comes to mind

Agradecimentos

À minha mãe, à minha avó Almira e a todos de minha família, em especial as crianças, pelo carinho.

Aos professores que compuseram a banca examinadora, Cleusa Santos e Ronaldo Coutinho, nosso profundo agradecimento pela atenção e disponibilidade. Redobramos nossa gratidão com a Prof.^a Cleusa pelo empréstimo de referências bibliográficas fundamentais para o presente estudo, em especial sua Tese de Doutorado. Ao professor e amigo Marcelo Braz, pela interlocução de sempre. E, em especial, ao Prof.^o José Paulo Netto pela compreensão de nossas limitações e pelas lições permanentes.

Aos camaradas de vida e de luta, aos quais presto minha homenagem e agradecimento nas pessoas de Marcos Botelho, Rodrigo Ribeiro, Thiago Leitão e Douglas Diógenes, na expectativa de representar a todos e todas.

Resumo

Esta dissertação — intitulada *Um Estudo em Busca de Vestígios do Socialismo Petista* —, deve ser compreendida como um esboço sobre o desenvolvimento da concepção petista de socialismo, expressa no evoluir histórico do partido entre o período de sua formação, na transição entre as décadas de setenta e oitenta, até o ano de 2002, quando o PT alcança o governo federal.

O suporte teórico-metodológico a que recorremos para este estudo é legatário da tradição materialista-histórica e dialética, segundo a qual, para conhecermos a realidade do objeto pesquisado, temos que tentar abarcar todos os seus aspectos, elaborando, portanto, uma perspectiva de totalidade na abordagem da realidade social.

Para investigar a temática proposta realizamos uma pesquisa de tipo bibliográfico-documental e, posteriormente, examinamos as referências encontradas que, evidentemente, nos serviram como mediações teóricas fundamentais para a reflexão sobre o desenvolvimento da concepção de socialismo predominante no PT.

No primeiro capítulo — intitulado *Breves Elementos Teóricos sobre Partido e Revolução na Tradição Socialista* —, realizamos a exposição de nossos estudos sobre as referências bibliográficas acerca do movimento socialista, com especial atenção às proposições teóricas e políticas de Bernstein e Lênin e aos aspectos relacionados à polêmica entre reforma e revolução no seio do movimento socialista. Já no segundo capítulo — *Ofensiva Burguesa e Refluxo da Luta Socialista: o Capitalismo Contemporâneo como Cenário para o Socialismo Petista* —, refletimos sobre as atuais transformações societárias da ordem burguesa, caracterizadas, por um lado, pela reestruturação produtiva, pelo neoliberalismo e pela mundialização do capital e, por outro, pela crise dos diversos instrumentos organizativos da classe trabalhadora na luta contra a exploração e opressão capitalistas. E, por último, o terceiro capítulo, — *Interseções entre Petismo e Socialismo* —, explicita o estudo de nosso objeto específico, isto é, o PT naquilo em que se afirma como socialista; para tanto, apresentamos breves apreciações sobre a) traços históricos do partido, b) debates

travados entre petistas sobre a questão do socialismo e c) documentos políticos do partido sobre o socialismo pretendido pelos petistas.

Abstract

This work, entitled *A Study To Find Traces of Socialism Within the Workers' Party*, must be understood as an outline on the development of the Workers' Party notion of socialism based on the history of the expansion of the Party from the moment of its creation in the late seventies, early eighties, to 2002 when the Workers' Party wins the presidential election in Brazil.

The theoretical/methodological direction we took on this study is a legacy of the materialistic/historic and dialectic tradition where, to apprehend the reality of the researched object, we have to try to encompass all of its aspects, thus elaborating an inclusive perspective when approaching the social reality.

To investigate the proposed subject matter, we carried out a bibliographical/documental research and later we pored over the references we had found, which, evidently, were used as fundamental theoretical mediations to mull over the development of the predominant notion of what socialism is for the Workers' Party.

In the first chapter, *Brief Theoretical Elements on Political Party and Revolution in the Socialist Tradition*, we depict our studies of the bibliographic references regarding the socialist movement, highlighting Bernstein's and Lenin's theoretical and political propositions, and the aspects related to the controversy in the bosom of the socialist movement involving reform and revolution. In the second chapter, *Bourgeois Attack and the Response of the Socialist Struggle: the Workers' Party Socialism Set Against Contemporary Capitalism*, we ponder over the current transformations within the bourgeois society characterized, on one hand, by productive restructuring, neoliberal forces and globalization and, on the other hand by a crisis involving different organizational instruments of the working class in its struggle against capitalistic exploitation and oppression. Finally, the third and last chapter, *Workers' Party and Socialism Intersections*, makes it explicit the study on our specific object, that is to say the Workers' Party as a socialist party; to achieve that goal, we briefly appraise a) the historical aspects of the Party, b) debates on socialist issues involving members of the

Workers' Party and c) political documents produced by the Party about the kind of socialism their members stand for.

Sumário

- Siglas	12
- Introdução	14
- Capítulo 1: Breves Elementos Teóricos sobre Partido e Revolução na Tradição Socialista	19
- Capítulo 2: Ofensiva Burguesa e Refluxo da Luta Socialista: o Capitalismo Contemporâneo como Cenário para o Socialismo Petista	57
- Capítulo 3: Interseções entre Petismo e Socialismo	94
- Apontamentos Finais	147
- Bibliografia	150

Siglas

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
ALN – Aliança Libertadora Nacional
AP – Ação Popular
APML – Ação Popular Marxista-Leninista
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
COLINA – Comando de Libertação Nacional
CS – Convergência Socialista
CUT – Central Única dos Trabalhadores
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
Libelu – Liberdade e Luta
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEP – Movimento pela Emancipação do Proletariado
MR-8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OP – Orçamento Participativo
ORM-Polop – Organização Revolucionária Marxista - Política Operária
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCR – Partido Comunista Revolucionário
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PFL – Partido da Frente Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
POR-T – Partido Operário Revolucionário - Trotskista
PPS – Partido Popular Socialista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

UDR – União Democrática Ruralista

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

VPR – Vanguarda Popular Revolucionária

Introdução

Seguindo o perspicaz conselho de um mestre da academia e da vida política, sempre procuramos, antes de qualquer ação, duvidar¹. Refletir sobre a nossa prática cotidiana sempre foi característica essencial de nossa vida política, acadêmica e profissional na universidade.

Durante o período em que realizamos a graduação em Serviço Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ESS/UFRJ), fizemos parte do movimento estudantil, através da participação no Centro Acadêmico de Serviço Social (CASS/UFRJ). Desde o início, instigados pelas dificuldades encontradas pelo movimento estudantil, buscamos procurar as raízes dos problemas enfrentados pelos estudantes no dia a dia da universidade. Pensar sobre os processos sociais que atravessam tanto a vida dos estudantes em geral, quanto, mais especificamente, a sua organização política, sempre nos foi um desafio permanente.

Assim que nos graduamos, iniciamos o exercício profissional do Serviço Social² e, ao mesmo tempo, passamos a militar no Conselho Regional de Serviço Social/RJ³. Este novo desafio político nos estimulou a buscar uma melhor compreensão sobre a organização política dos trabalhadores frente às enormes adversidades do mundo do trabalho. Foi o período no qual ingressamos no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ, para realizar o Mestrado em Serviço Social.

Entretanto, mais do que refletir somente sobre o movimento estudantil ou a organização corporativa da categoria dos assistentes sociais, durante todo o período referenciado acima passamos a nos preocupar com a organização política da classe trabalhadora como um todo, entendendo que tanto o movimento estudantil, quanto a organização sindical ou corporativa das categorias

¹ Referimo-nos aqui a uma leitura realizada no primeiro período da graduação, a saber: o livretinho *O que é marxismo?* de José Paulo Netto.

² Primeiramente atuando na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, entre março e setembro de 2004. E, depois, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, mais especificamente no Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, onde estamos trabalhando até hoje.

³ O conjunto CFESS/CRESS é formado pelo Conselho Federal de Serviço Social e pelos diversos Conselhos Regionais de Serviço Social (em nível estadual). Nossa militância ocorreu no âmbito do CRESS 7ª Região (Rio de Janeiro), na gestão “Lutar Quando é Fácil Ceder” (2004-2007).

profissionais seriam apenas momentos específicos — mesmo que fundamentais — da luta ampliada dos trabalhadores em seu processo de emancipação. Portanto, os *partidos políticos* se tornaram o principal alvo de nossas preocupações teóricas e políticas.

Desse modo, tanto os estudos que realizamos na graduação e, agora, na pós-graduação em Serviço Social, quanto o contato e a participação em diversas expressões da organização política dos trabalhadores em partidos e movimentos sociais, nos aproximaram das enormes dificuldades pelas quais atravessam tais instrumentos de luta nos dias de hoje. E, por isso, percebendo que estas debilidades são de grande monta — e que os processos sociais que as engendram exigem uma reflexão de maior envergadura —, nos debruçamos sobre a temática dos partidos e movimentos sociais de esquerda na contemporaneidade, recortando-a através de um partido brasileiro específico: o Partido dos Trabalhadores (PT)⁴.

A interferência do PT, desde seu processo de constituição, depois de sua fundação e até os dias de hoje, nos diversos momentos da luta da classe trabalhadora, elevou-o ao posto de maior partido de esquerda, não só do Brasil, mas de toda América Latina. A necessidade de estudarmos sua influência e seu significado político para os trabalhadores, nos incentivou a escolhê-lo, já que, através da reflexão sobre este partido, poderíamos aprofundar nosso conhecimento sobre a atual condição dos trabalhadores no interior da luta de classes no Brasil.

Através do estudo dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social, constatamos a importância, por exemplo, da conjuntura de formação deste partido — o período de crise da autocracia burguesa e a posterior redemocratização — no desenvolvimento de uma direção específica da profunda renovação que ocorria no Serviço Social desde a década de sessenta, a saber: a perspectiva de *intenção de ruptura*. Segundo Netto (2002),

“quando a autocracia burguesa entra na defensiva e se processa a transição democrática, ela [— a vertente de intenção de ruptura —] empolga vanguardas profissionais (...). Na primeira metade dos anos oitenta, é esta perspectiva que dá o tom da polêmica profissional e fixa as características da

⁴ Isso ocorreu, inclusive, já na graduação em Serviço Social, através do Trabalho de Conclusão de Curso que apresentamos, em janeiro de 2004, à Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro como exigência parcial para obtenção de nosso atual título de Assistente Social.

retórica politizada (*com nítidas tendências à partidarização*) de vanguardas profissionais de maior incidência na categoria, permeando o que há de mais ressonante na relação entre esta e a sociedade (...).”⁵

Neste sentido, inúmeros assistentes sociais estiveram envolvidos na formação e no desenvolvimento do PT. Basta lembrar que um evento simbólico da renovação do Serviço Social, o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) — ocorrido em 1979 e denominado “Congresso da Virada” —, ninguém menos do que Lula foi convidado para a mesa de abertura, que deveria ter sido constituída por membros dos governos militares, mas foi destituída em favor da sua formação pelo, então, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Portanto, podemos considerar como relevante a influência deste partido nos rumos do Serviço Social brasileiro. Até porque, conforme aponta Santos (1998),

“constituindo-se como expressão do conservadorismo, o Serviço Social só tem a sua dimensão política determinável se compreendermos o conservadorismo *em vinculação com o seu antagonismo ao movimento socialista*; quando procura romper com o conservadorismo, assumindo-se expressamente como intervenção profissional que faz opções políticas, o Serviço Social “crítico” ou “de ruptura” *só é inteiramente compreensível quando se esclarece a sua relação com o movimento socialista*. Numa palavra, por qualquer caminho que se tome, a dimensão política do Serviço Social só é adequadamente compreendida quando posta em relação com o movimento socialista (...). E como esta dimensão política é hoje incontestada, o estudo dessas relações se impõe como urgente.”⁶

E é justamente com esta perspectiva que entramos no Mestrado em Serviço Social: com o objetivo, portanto, de continuar nossos estudos sobre o Partido dos Trabalhadores. E a *temática geral do estudo* que empreendemos, desde então, *compreendeu o desenvolvimento da concepção petista de socialismo*, expressa no evoluir histórico do partido desde a sua formação até o ano de 2002, quando o PT alcança o governo federal.

⁵ NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social. Uma Análise do Serviço Social no Brasil Pós-64*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 159 e 160. Grifos nossos.

⁶ SANTOS, Cleusa dos. *Reforma/Revolução: Pólos de Tensão na Constituição do Movimento Socialista*. Tese de Doutorado (mimeo). São Paulo: PUC-SP, 1998. p. 35 e 36. Grifos da autora.

Cabe ressaltar, antes de qualquer coisa, que o sentido teórico-metodológico que nos orienta neste estudo é legatário da tradição materialista-histórica e dialética, segundo a qual, se quisermos compreender a realidade do objeto pesquisado, devemos refletir o conjunto de seus aspectos essenciais, tentando elaborar, portanto, uma perspectiva de totalidade na abordagem da realidade social.

Para investigar a temática proposta realizamos uma pesquisa de tipo bibliográfico-documental e, posteriormente, examinamos as referências encontradas que, evidentemente, nos serviram como mediações teóricas fundamentais para a reflexão sobre o desenvolvimento da concepção de socialismo predominante no PT. Passemos, então, a um breve resumo esquemático sobre os momentos do presente trabalho.

No primeiro capítulo — intitulado *Breves Elementos Teóricos sobre Partido e Revolução na Tradição Socialista* —, realizamos a exposição de nossos estudos sobre referências bibliográficas acerca do movimento socialista, com especial atenção às proposições teóricas e políticas de Bernstein e Lênin e aos aspectos relacionados à polêmica entre reforma e revolução no seio do movimento socialista. Já no segundo capítulo — *Ofensiva Burguesa e Refluxo da Luta Socialista: o Capitalismo Contemporâneo como Cenário para o Socialismo Petista* —, refletimos sobre as atuais transformações societárias da sociedade burguesa, caracterizadas, por um lado, pela reestruturação produtiva, pelo neoliberalismo e pela mundialização do capital e, por outro, pela crise dos diversos instrumentos organizativos da classe trabalhadora na luta contra a exploração e opressão capitalistas. E, por último, o terceiro capítulo — *Interseções entre Petismo e Socialismo* —, explicita o estudo de nosso objeto específico, isto é, o PT naquilo em que se afirma como socialista; para tanto, apresentamos breves apreciações sobre a) traços históricos do partido, b) debates travados entre petistas sobre a questão do socialismo e c) documentos políticos do partido sobre o socialismo pretendido pelos petistas.

Por último, destacamos que nenhuma hipótese diretriz direcionou ou fundamentou a presente dissertação. Na verdade, o conjunto dos estudos que realizamos até então objetivaram, acima de tudo, nossa aproximação cada vez maior com a realidade da luta de classes no Brasil e no mundo. Evidentemente, não nos eximimos de evidenciar nossas opiniões seja acerca do objeto central

trabalhado, seja sobre as reflexões de autores diversos sobre o mesmo objeto. Entretanto, como diz o próprio título da dissertação, ainda estamos em busca dos subsídios teóricos que nos possibilitem afirmações ou conclusões resultantes de uma melhor compreensão sobre o contraditório processo de libertação dos trabalhadores do jugo da sociedade capitalista. O PT, neste sentido, é apenas uma das expressões concretas e contemporâneas desta processualidade histórica.

Capítulo 1

Breves Elementos Teóricos sobre Partido e Revolução na Tradição Socialista

Iniciemos com duas assertivas. Primeira: o Partido dos Trabalhadores (PT) nunca deixou de afirmar a condição de partido socialista. Segunda: o caminho petista para o socialismo é o que o PT denomina de *Revolução Democrática*. Evidente que tais afirmações resultam do estudo e das leituras que realizamos para a construção deste trabalho acerca do PT e suas diretrizes políticas. Empreender um estudo que busque justamente elementos que caracterizem o formato de socialismo defendido pelos petistas demanda de nossa parte um resgate, mesmo que sumário, de traços históricos do movimento socialista. Isto porque o PT é apenas uma expressão contemporânea de tal tradição política.

Neste primeiro momento da exposição, portanto, percorreremos uma bibliografia que trabalha o desenvolvimento da tradição socialista. Evidenciaremos, de início, autores que analisaram a questão do partido político e sua umbilical relação tal corrente. Depois, Bernstein e Lênin serão abordados de forma particular não apenas por terem se tornado expressões históricas concretas das diferentes propostas socialistas sobre como oferecer à sociedade um outro arranjo societário que não o burguês; mas também por influenciarem marcadamente, até os dias atuais, debates, decisões e práticas dos partidos de corte socialista⁷. E, enfim, a questão sobre a transformação socialista, expressa no

⁷ E os petistas não tergiversaram este processo. Pelo contrário, a tensão entre gradualistas e adeptos da via revolucionária insurrecional sempre esteve presentes na vida do partido, apesar, como apresentaremos em outros momentos do trabalho, do predomínio dos primeiros.

debate persistente sobre reforma e revolução, ganhará relevo no texto devido ao objeto central do estudo, a saber: a concepção petista de socialismo.

Partido Político: Rebento Histórico do Movimento Socialista

Segundo Cerroni (1973), o Estado Moderno — expressão maior da organização política da sociedade burguesa —, em sua fase inicial, era caracterizado pela falta de necessidade e espaço concreto para a existência de partidos políticos que representassem os anseios das massas exploradas. Com a classe operária ainda em conformação e ainda sem perceber-se e organizar-se como sujeito político,

“a política [seria] uma esfera ideal e prática chamada a *transcender* a empiria das opiniões e a mesquinhez dos interesses para ser pura atuação do ‘Espírito da época’, sua estrutura institucional *devia* excluir toda vinculação social para realizar (...) a administração ‘racional’ de uma comunidade estatal que pressupunha como seu fundamento ‘natural’ a sociedade dos *privados*. A política era concebida e realmente *era* a atividade de uma *elite* em busca da razão. As massas não podiam ser concebidas de outra forma que não sua ‘matéria’.”⁸

Como contraponto histórico a este primeiro momento da sociedade capitalista, onde apenas podem ser detectadas pequenas facções políticas, Cerroni aponta que os partidos políticos se constituem justamente quando irrompem as lutas organizadas dos trabalhadores, quando avança a unificação e a identidade socialista de tais lutas e também quando se desenvolve e se estende gradualmente o sufrágio. Somente com os partidos socialistas, os três traços institucionais fundamentais dos partidos políticos modernos são estabelecidos: “*um programa homogêneo, uma organização expandida e estável [e] um funcionamento contínuo.*”⁹

⁸ CERRONI, Umberto. “Para una Teoría del Partido Político”. In *Teoría Marxista del Partido Político*. Argentina, Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1973. p 21 e 22. Grifos do autor. Tradução livre.

⁹ Op. cit., p. 22.

Refletindo sobre a questão do partido proletário e apoiando-se também em Cerroni, Braz (2006) denota que o entendimento da questão do partido político moderno deriva do estudo do nascimento dos partidos socialistas. Tanto que os partidos da burguesia foram construídos após e em contraposição aos partidos socialistas e operários. Os estudos clássicos da ciência política sobre partidos políticos — Michels (1982) e Duverger (1968) — não apenas reconhecem a paternidade dos socialistas na constituição dos aparatos partidários modernos, mas também os elevam à condição de eixo central (e muitas vezes comparativo) para a reflexão sobre as diferentes agremiações que se formaram desde então.

Diferente dos partidos burgueses que o sucederam e das facções políticas que o precederam, o partido socialista

“aponta para o gênero humano, para uma outra condição de humanidade (...). Ele é mais do que uma ‘agremiação ideológica’ ou corporativa, e indica a reunião dos interesses maiores da humanidade (...) [ainda que sob] uma perspectiva classista.”¹⁰

Entretanto, as convergências entre os partidos socialistas se exaurem em seu processo constitutivo inicial. Nasceram da necessidade dos trabalhadores explorados e oprimidos se organizarem politicamente para tentar se contrapor à exploração e à opressão do capitalismo. Mas o desenvolvimento destes partidos a partir de seu nascimento é o mais diverso possível, principalmente no que tange aos meios e aos fins da luta política dos trabalhadores. Mesmo assim, é possível que afirmemos neste momento, ainda que de forma muito inicial e pouco refinada, duas linhas gerais, adversárias entre si, no caminhar deste processo: o gradualismo e a proposta revolucionária.

Grosso modo, o gradualismo diz respeito a um conjunto extenso (e também diversificado) de proposições teóricas e de intervenção política que defendem a construção do socialismo através de um conjunto de reformas possibilitadas pela evolução interna das contradições da própria sociedade atual. A via revolucionária, por seu turno, advoga a necessidade de uma ruptura com a lógica e as estruturas fundantes da ordem social vigente, supondo que as contradições desta última elevam as forças políticas essenciais a um antagonismo

¹⁰ BRAZ, Marcelo. *Partido Proletário e Revolução: sua Problemática no Século XX*. Tese de Doutorado (mimeo). Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2006. p. 6.

tal que somente a destruição dos exploradores — e dos respectivos mecanismos de exploração — permitiria a construção de um novo ordenamento social de tipo socialista.

Obviamente que as definições acima são extremamente reduzidas e parcas para vislumbrarmos, com riqueza de elementos e mediações, a concretude e a realidade histórica das duas principais vias de desenvolvimento do movimento socialista. Para tentar enriquecer e prover de maior substância tais afirmações iniciais, continuaremos a explicitar a produção teórica de autores que estudam e refletem sobre a tradição socialista, enfocando particularmente a forma como os partidos socialistas almejam ultrapassar os marcos capitalistas. E, para tanto, devemos observar qual é o solo histórico concreto que possibilita o engendramento de tais correntes socialistas.

As primeiras décadas do século XIX mostram uma burguesia vitoriosa, mas ainda consolidando seu ordenamento social. O avanço da miséria advinda da lógica do sistema capitalista, isto é, da concentração da riqueza produzida socialmente, precipitam as primeiras críticas e convulsões populares. Estas atestam as fragilidades e insuficiências reais das propostas emancipatórias das revoluções burguesas que não se realizam em sua plenitude. Percebe-se que os benefícios da nova ordem serão administrados e colhidos por poucos. A universalização da liberdade, da igualdade e da fraternidade torna-se agora apenas ideologia (tal como falsa idéia) da burguesia. A verdadeira concretização de tais bandeiras revolucionárias passa a depender somente do esforço político dos explorados e oprimidos em superar os marcos da sociedade burguesa e construir um novo mundo de abundância para todos.

A sociedade burguesa consolidada evolui, após a entrada em cena dos trabalhadores como sujeitos políticos, para uma conformação anti-revolucionária e, quando necessário, contra-revolucionária. Como afirma Santos (1998), apesar deste caráter, devemos ter em conta sua permeabilidade a “*transformações graduais*”, dado o “*caráter fluido e mutável dos fenômenos desta ordem*”. Como assevera a autora,

“a cultura pós-revolucionária deve ser, prioritariamente, uma cultura *anti-revolucionária*: deve legitimar a revolução que está no passado imediato, mas recusar e infirmar qualquer revolução *presente e/ou futura*. A revolução passada

foi legítima porque instaurou a *sociedade racionalmente organizada*, a sociedade *conforme a natureza humana* e aos *indivíduos* que a expressam — e, por isto mesmo, não há como justificar qualquer intento contra esta ordem. Deste modo, esta cultura reconhece a *história* enquanto processo *passado*, anterior, mas a desqualifica enquanto processo *contemporâneo*. Trata-se de uma cultura intrinsecamente *conservadora*: os seus valores fundamentais encarnam os elementos estruturais e estruturantes da ordem (a propriedade privada dos meios de produção, a estrutura de classes, a distinção entre governantes e governados). Contudo, (...) o conservantismo desta cultura não pode ser impermeável à dinâmica social: ele deve estar apto para incorporar a *mudança social*, ele deve estar aberto a *transformações graduais*. Numa palavra: esta cultura deve sustentar que *ordem é progresso*.”¹¹

Concordamos mais uma vez com Santos, pois entendemos que a cultura pós-revolucionária, a cultura burguesa enfim, tem sido até agora reformista. E tal ímpeto não é nada mais do que uma arma da classe dominante para conservar sua ordem e supremacia. Tal como atesta a referida autora, o conservadorismo capitalista se expressa justamente quando “*propõe a resolução da questão social nos marcos da sociedade burguesa — e, para esta resolução, um programa reformista é imprescindível, desde que situado numa clave técnica*.”¹²

Vertente destacada no conjunto das críticas sociais ao capitalismo nascente, os socialistas utópicos apresentavam propostas, por exemplo, de cunho cooperativista que, inclusive até hoje, são aproveitadas e reatualizadas pelos setores reformistas do movimento socialista. Devemos considerar as propostas dos utópicos um avanço para aquele período: eles não estavam assentados no estágio histórico que os permitissem ultrapassar certos limites de crítica à nova ordem vigente. Entretanto, tal como expresso nas práticas ludistas e principalmente nas demandas e reivindicações cartistas, o tempo histórico do protagonismo dos socialistas utópicos é um momento de acúmulo inicial de forças que, mais do que resultar em progressos concretos para os trabalhadores, serviu para forjar, enfim, o que viria a ser a classe trabalhadora em luta, mais unificada e ciente de seu papel histórico.

¹¹ SANTOS, Cleusa dos. *Reforma/Revolução: Pólos de Tensão na Constituição do Movimento Socialista*. Tese de Doutorado (mimeo). São Paulo: PUC-SP, 1998. p. 51 e 52. Grifos da autora.

¹² Op. cit., p. 55. Grifos da autora.

Para o presente estudo, entretanto, cabe ressaltar a importância de tais vitórias parciais dos trabalhadores, conquistadas tanto pelas diversas expressões do movimento operário — principalmente o sindicalismo —, quanto pelos próprios partidos socialistas. Isto porque as reformas são campo de polêmica teórica e política para as diversas vertentes do movimento socialista, pois também expressam a filiação de cada uma delas às proposições revolucionárias ou gradualistas. O grau e, principalmente, o caráter da importância das reformas é diferença marcante nas concepções teóricas e políticas das duas tendências socialistas fundamentais.

Neste sentido, cabe retornar ao momento histórico da entrada consciente dos trabalhadores no centro da luta entre as classes essenciais da sociedade capitalista. A década de quarenta do século XIX apresenta processos revolucionários que colocam na ordem do dia a centralidade proletária no cenário político. E a produção teórica mais sofisticada e que melhor expressa as teses e os anseios dos trabalhadores é a obra de Marx.

No que tange às vitórias dos trabalhadores possíveis ainda no interior da ordem burguesa, Marx (1998) diz que: “[d]e tempos em tempos, os operários vencem, porém transitoriamente. O verdadeiro resultado das suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores.”¹³ Santos desenvolve a hipótese de que “a crítica do reformismo faz parte do processo de constituição teoria social marxiana.”¹⁴ Todavia, as reflexões e proposições de Marx não são representativas de *todas* as correntes socialistas da época, apesar de entrar em polêmica aberta e pública com a maioria delas. Neste debate,

“a crítica de Marx aos projetos reformistas, na década de quarenta, é parte da construção do projeto classista autônomo, isto é, do socialismo revolucionário de base proletária.”¹⁵

Mesmo que o *Manifesto Comunista* tenha se tornado a principal referência das “*bases conceituais fundamentais para os partidos revolucionários que se*

¹³ MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998. p. 16.

¹⁴ SANTOS, ... Op. cit., p. 85.

¹⁵ Idem.

formariam ao longo dos séculos XIX e XX”¹⁶, cabe ressaltar que o desenrolar dos processos sociais que marcaram a luta de classes no século XIX — inclusive apesar do impacto da obra marxiana — não se esquivou da tensão entre gradualistas e revolucionários.

É verificável, como exemplo deste processo, que a perspectiva revolucionária encontrou enormes dificuldades para obter ressonância ou mesmo aceitação entre os trabalhadores (organizados politicamente ou não). Apesar das grandes lutas e batalhas da década de 40; do refluxo político que então se segue entre operários e socialistas; do acúmulo de forças e ressurgimento da potência revolucionária expressa na Comuna de Paris, já na década de 70; apesar de todo este desenvolvimento histórico extremamente denso e que proporcionou um enorme amadurecimento ao movimento socialista, somente com a construção da II Internacional foi possibilitado um primeiro momento de publicação massiva da obra de Marx¹⁷. Concordamos que “*não há nenhum exagero em afirmar-se que foi pela mediação da Segunda Internacional que o marxismo se difundiu em larga escala como a referência teórica e política do movimento socialista (...)*”¹⁸

Cabe notar, entretanto, que o caminho trilhado pela luta e pela perspectiva revolucionárias — da qual Marx é a expressão teórico-política mais refinada e significativa — até o período de existência da II Internacional é bastante tortuoso. E, como consequência, a fragilidade da apreensão do legado marxiano, ao lado de outros elementos do caldo de cultura desta época, reforça a tese de que

“Está mais ou menos estabelecido na bibliografia crítica sobre a Segunda Internacional que os fenômenos que cercaram a adesão de expressivos setores seus ao ‘social-patriotismo’ — fenômenos como o gradualismo, o evolucionismo, mas também aspectos conectados a uma concepção fatalista da passagem ao socialismo por mera indução do desenvolvimento capitalista — deitam raízes na sua deficiente (e/ou equívoca) vinculação com o pensamento marxiano (...).”¹⁹

¹⁶ BRAZ, ... Op. cit., p. 16.

¹⁷ Não temos até agora ressaltado o protagonismo de Engels, em conjunto com Marx, no movimento socialista. Como o patamar de importância de Engels é notório não apenas para estudiosos, mas para todo o conjunto dos socialistas, consideramos supérfluo reiterar o seu papel para a perspectiva socialista ao lado de Marx. Exemplo disso é o *Manifesto do Partido Comunista*, obra publicada em conjunto pelos dois, já referida neste estudo.

¹⁸ SANTOS, ... Op. cit., p. 127.

¹⁹ Op. cit., p. 130.

E tal reflexão sobre as vicissitudes do movimento socialista sob a orientação da II Internacional é de grande importância para nosso estudo, pois coloca em especial relevo o processo histórico em que se consolidou a cisão dos socialistas entre gradualistas e revolucionários. Ora, se já foram apontados breves indicações sobre o desenvolvimento da perspectiva socialista revolucionária, consideramos de particular importância apresentar as linhas gerais das propostas de Bernstein para o movimento socialista. Isto porque ele ainda pode ser considerado como a expressão clássica do gradualismo, dado que condensou em sua pessoa não apenas o principal teórico, mas também a liderança política do reformismo evolucionista no seio da II Internacional (e do movimento socialista).

Bernstein e o Socialismo como Evolução do Capitalismo

A relevância de indicarmos alguns elementos que caracterizem a contribuição e o papel do alemão Eduard Bernstein no movimento socialista não está, como já indicamos antes, na magnitude de sua obra em particular. Tal importância reside naquilo que Gustafsson (1975) aponta como a inexistência de um projeto inédito nas teses bernsteinianas, já que “*Rosa Luxemburgo, Lênin e outros autores observavam que (...) [tais idéias são] uma síntese que reúne elementos diversos procedentes de críticas ao marxismo (...).*”²⁰ Mais do que um teórico e líder político do movimento socialista de seu tempo, Bernstein foi a expressão encarnada do desenvolvimento contraditório, pois grandioso e tortuoso ao mesmo tempo, do socialismo sob a II Internacional. Acabou por tornar-se símbolo da crítica revisionista de Bernstein ao marxismo a afirmação reformista de que o objetivo ou a meta (socialista) não é nada, mas o movimento seria tudo. Avançaremos agora sobre uma bibliografia que trata justamente da polêmica em torno do ideário de Bernstein.

A conjuntura na década de noventa na Alemanha apresentava a transição do capitalismo concorrencial para o monopolista. O crescimento econômico deste país central para a dinâmica do capital era acompanhado de grande concentração

²⁰ GUSTAFSSON, Bo. *Marxismo y Revisionismo. La Crítica Bernsteiniana del Marxismo y sus Premisas Histórico-Ideológicas*. Espanha, Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1975. p. 11. Tradução livre.

das riquezas produzidas socialmente. O aumento do sindicalismo de corte socialdemocrata é o resultado das condições de pauperismo impostas aos trabalhadores. É justamente o fortalecimento da luta sindical e do principal partido operário europeu deste período — o Partido Socialdemocrata Alemão —, que propiciou vitórias importantes para os trabalhadores. Mas, estes avanços, contraditoriamente, tiveram um impacto nos debates socialistas que gerou grande controvérsia no que tange à importância de tais conquistas.

Ainda na Alemanha, a repressiva década de oitenta colocou lado a lado revolucionários e reformistas — mesmo que com motivações estratégicas diferentes — na afirmação da legalidade como cenário político mais adequado para a luta dos trabalhadores. Assim, verifica-se um aumento da atuação parlamentar dos socialdemocratas alemães e os resultados eleitorais do partido melhoram a cada pleito.

Numa conjuntura onde se colocava como tarefa para os socialistas, frente à crise capitalista do final do século XIX, a expansão dos partidos que representassem a luta dos trabalhadores pela limitação e redução da jornada de trabalho e outras conquistas trabalhistas, a II Internacional é construída em tempos de crescimento, inclusive quantitativo, destes mesmos partidos. A percepção por parte de vários setores da II Internacional de que os problemas enfrentados pelos trabalhadores somente poderiam ser eliminados através da supressão do capitalismo fazia crer que o marxismo era preponderante no seio desta organização.

Entretanto, num momento histórico onde efetivamente são propiciadas melhorias nas condições de vida dos trabalhadores; onde políticas sociais começam a ser esboçadas pelo capital como resposta às demandas dos trabalhadores; onde crescem os estratos médios da sociedade, inclusive como reflexo do desenvolvimento econômico; é exatamente nesse momento — no qual a Alemanha é a referência central para o processo em tela — que toma corpo um pensamento possibilista entre os socialistas. A momentânea diminuição da pauperização absoluta dos trabalhadores sustenta a crítica revisionista de Bernstein às teses de Marx sobre a pauperização crescente dos trabalhadores, mesmo que o primeiro esqueça o papel do empobrecimento relativo. Desautorizar uma ruptura com a ordem existente passa a ser uma bandeira de setores socialistas que, vislumbrando um cenário de avanço das vitórias parciais dos trabalhadores,

passam a questionar o confronto com a burguesia como solução para a luta política.

Apesar da forte presença do marxismo na II Internacional e do crescimento do partido socialdemocrata alemão com marxistas em posições de destaque, este processo não é acompanhado de uma formação política marxista sólida e de qualidade por parte da militância em geral. Conforme Gustafsson, podemos apontar como sinais da fragilidade teórica marxista na socialdemocracia deste período, por exemplo, a ausência do recurso a Hegel, tendo como consequência a marginalização da dialética. O conhecimento do marxismo apenas se expande em 1878 com a publicação do *Anti-Dühring* de Engels. Antes disso, Bernstein se dizia eclético e, ainda segundo Gustafsson, Kautsky era malthusiano. A marca teórica deste caldo cultural e ideo-político era o evolucionismo.

Neste sentido, ainda durante os anos 90, interpretações de Engels acerca da concepção materialista da história, expostas em diversas cartas, são utilizadas por Bernstein como sinais de uma revisão das anteriores teses marxianas e também engelsianas. Sobretudo no que se refere ao peso conferido ao suposto “fator econômico”, Engels se esforça em demonstrar que suas novas anotações apenas objetivam expor de forma mais clara o que diziam Marx e ele nos escritos das décadas anteriores, haja visto, inclusive, o andamento das distorções de tais idéias. A polêmica, enfim, gira em torno da determinação econômica, em última instância, do movimento histórico. A abordagem teórica de Marx sobre as relações entre base e superestrutura é a fonte das críticas revisionistas, que consideram as teses marxianas economicistas e deterministas.

Interpretando, a seu modo, um texto de Engels publicado em meados da década de noventa²¹, Bernstein localiza uma revisão nas concepções do principal parceiro de Marx. O elogio de Engels à legalidade e ao parlamentarismo abre campo para a absolutização bernsteiniana de tais meios de luta. Engels, pelo contrário, ao observar as mudanças de formatação do capitalismo, em especial de suas expressões jurídico-políticas²², enxerga o parlamentarismo como exemplo de mutação: antes era instrumento exclusivo de opressão de classe e, agora, aparece como meio possível de luta dos trabalhadores em seu processo de emancipação. O

²¹ O referido texto é uma introdução de Engels a uma nova edição do clássico livro de Marx sobre a luta de classes na França em 1848.

²² Mais especialmente ainda na Alemanha, com o fim das leis anti-socialistas.

alargamento da atuação parlamentar destes poderia gerar, inclusive, a busca da reação “ilegal” por parte da burguesia (através de golpes e outras modalidades afins), momento que Engels considerava muito propício para fazer avançar a revolução, desde que também os trabalhadores tenham se preparado para tanto. Não absolutizar nenhum meio para a revolução: esta nos parece a lição de Engels. Absolutizar o parlamentarismo: em nossa opinião, reside aí justamente o equívoco da leitura e dos conseqüentes desdobramentos políticos do revisionismo de Bernstein.

Uma classe operária mais numerosa e homogênea e a ascensão dos partidos socialdemocratas de massas revelam um novo período particular de desenvolvimento capitalista. Da específica importância tática que a prática parlamentar assume no final do século XIX, segundo a reflexão de Engels, Bernstein retira sua visão fatalista da legalidade e do parlamentarismo. Entretanto, era necessário um partido solidamente marxista e ainda revolucionário para que a mensagem de Engels fosse compreendida e transformada em tática. Não era o que ocorria: um veio cada vez mais reformista ganhava pujança. Bernstein percebeu tal processo e não o obstaculizou: pelo contrário, promoveu nova leitura das teses de Engels, agarrou a dianteira do processo reformista e capitaneou a sua nau. Daí para a formação de suas (contra)propostas gradualistas foi um caminho natural. Todavia, os caminhos e descaminhos deste alemão até suas clássicas inferências reformistas não foram simples, mas sim resultado de um processo de constantes mutações.

Bernstein adere à socialdemocracia no início da década de setenta. No começo desta participação é o pragmatismo de Dühring que o atrai teórica e politicamente. Somente com o já referido *Anti-Dühring* (em 1878) ocorre a conversão de Bernstein às teses de Marx e Engels. Mas, ainda nesta fase inicial, o alemão apóia as idéias de um artigo abertamente reformista²³, duramente criticado por Marx e Engels posteriormente. Mesmo assim, sua qualidade e competência como publicista o levam a assumir o órgão de imprensa do partido

²³ O referido artigo foi escrito por Karl Flish e revisado por Karl Höchberg — de quem Bernstein era secretário particular — e Karl Schramm. Segundo Gustafsson, Bernstein adicionou alguns parágrafos ao texto. O mesmo foi publicado na revista de Höchberg, onde Bernstein era redator. Höchberg apoiava financeiramente o Partido Socialdemocrata Alemão e professava uma espécie de socialismo ético. Em resumo, o texto “*criticava o partido alemão por haver tentado unilateralmente conquistar a classe operária ao invés das pessoas com formação e os proprietários. Propunha também que o partido devia propor objetivos mais próximos ao invés de deixar-se guiar por um ‘reluzente estado futuro ao longe’.*” Op. cit., p. 105.

socialdemocrata alemão em 1881, sob a confiança explícita de Engels. Daí até a década de noventa, professa um marxismo referenciado em Marx e Engels, contraditando seu passado recente e seu futuro revisionista.

É evidente que a transição de Bernstein do marxismo ao revisionismo ocorre gradualmente. Por exemplo, mesmo defendendo algumas posições reformistas em alguns episódios e polêmicas durante a década de oitenta, Engels não deixa de considerá-lo — juntamente à figura de Bebel — como seu sucessor. Duas teses principais acolhidas por Bernstein neste período anterior à morte de Engels, que suscitam críticas dos marxistas ao futuro líder reformista, são as alianças eleitorais e a greve geral. Ao contrário dos marxistas em geral, Bernstein enxergava a possibilidade da participação em eleições regionais em aliança com os liberais burgueses. Já o recurso à greve geral era rechaçado pelo alemão, pois, devido ao seu caráter violento e confrontador, poderia desencadear novamente o estabelecimento de leis anti-socialistas. Observando e refletindo sobre toda a trajetória de Bernstein, a literatura sobre ele é consensual em atestar que já nesta fase inicia a defesa da via pacífica e o sepultamento de formas violentas de passagem ao socialismo. Segundo Gustafsson, a substância do desenvolvimento revisionista das teses bernsteinianas apóia-se na

“idéia da possibilidade da passagem do capitalismo ao socialismo ‘no marco da luta legal’, ‘no marco da legalidade’, isto é, sem uma ruptura com o Estado existente e seus instituições.”²⁴

A partir da metade da década de noventa, consolida-se uma divisão entre os socialistas: uns acreditavam que o socialismo estava próximo, que os antagonismos da sociedade burguesa se agudizavam, que a revolução era o principal meio de superação do atual estado de coisas; ao passo que outros vislumbravam o socialismo tão longe que a luta deveria estar focada em questões mais “atuais”, isto é, imediatas. Bernstein se afirma, afinal, ao lado destes últimos com um epílogo ao texto de Louis Hériter, de 1895, sobre a revolução na França em 1848, onde ataca os revolucionários de então e defende aqueles que eram contrários aos métodos revolucionários naquele episódio histórico. Este é o marco inicial da luta aberta de Bernstein contra a perspectiva revolucionária.

²⁴ GUSTAFSSON, ... Op. cit., p. 114 e 115.

Baseando-se em Proudhon, Bernstein supõe que a transição socialista demanda um período de avanço econômico capitalista, o qual seria extremamente perturbado por um processo revolucionário. Marx, ao contrário, enxergava a possibilidade revolucionária justamente nos momentos críticos da contradição entre as avançadas forças produtivas e as relações sociais de produção típicas da sociedade burguesa: não apenas mais uma crise econômica, mas sim uma crise gerada a partir das contradições entre as forças motrizes da vida social seria o cenário inescapável para o processo revolucionário. O que Bernstein teme como distúrbio à evolução do progresso social, Marx afirmava como a própria transformação da sociedade em andamento.

Nas reflexões sobre as revoluções de 1848 na França — na qual faz alusões também à Comuna de 1871 —, baseando-se nas idéias de Louis Blanc e Proudhon, Bernstein se coloca abertamente ao lado dos reformistas, como já indicamos anteriormente. Tal como afirma Gustafsson:

“Para Marx, Auguste Blanqui e seus seguidores eram os verdadeiros socialistas. Para Bernstein o eram Louis Blanc e outros socialistas reformistas moderados. Marx via certamente que os blanquistas foram socialistas insuficientes: não haviam levado a cabo a revolução com suficiente radicalismo. Mas, Bernstein era contrário aos blanquistas justamente pela intervenção revolucionária destes. Sobretudo porque não deveriam ter objetivado levar a revolução para além dos limites marcados pela república e pela democracia parlamentar.”²⁵

Desenvolvendo suas críticas a Blanqui ao afirmar a superioridade militar da burguesia como limitação para a ação revolucionária dos trabalhadores, Bernstein cuidava, na verdade, não deixar transparecer seus alvos centrais: Marx, Engels e a tese de que o capitalismo se desenvolve “*agudiza[ndo] e simplifica[ndo] cada vez mais os antagonismo de classe.*”²⁶ Enfim, foi a reflexão sobre a economia capitalista e, na opinião de Bernstein, seu desenvolvimento ainda insuficiente para a construção do socialismo, que o opôs à perspectiva revolucionária.

²⁵ Op. cit., p. 125.

²⁶ Op. cit., p. 126.

Um conjunto de artigos intitulado *Problemas do Socialismo*, iniciados em 1896, e aquela se tornou a obra seminal de Bernstein, *As Premissas do Socialismo e as Tarefas da Socialdemocracia*, publicada em 1899, são os textos que apresentam a essência das teses bernsteinianas. Já no primeiro texto, inicia a exposição de seus pontos de vistas essenciais, como por exemplo: a classe operária e seu movimento organizado teriam crescido de tal maneira que já poderiam influir na sociedade, a ponto de ultrapassar o viés apenas crítico e elaborar propostas de reformas sociais de grande alcance.

Bernstein progredia cada vez mais na afirmação da transição socialista como evento de longo prazo. Defendia que, dada a falta de homogeneidade da economia, qualquer rompimento drástico seria terrível para a produção e, em consequência, para a vida social. Ao contrário do suposto de Marx e Engels sobre o rápido derrubamento não só das estruturas políticas, mas também dos mecanismos econômicos da sociedade burguesa, Bernstein considera o cenário econômico ainda insuficientemente uniforme, por exemplo, para obedecer a um comando unificado.

As transformações monopolistas não foram observadas por Bernstein como soluções burguesas às próprias contradições e crises da sociedade capitalista. Ao contrário, apreendia do avanço das centralizações, dos cartéis e dos avanços comunicacionais elementos que atestavam um desenvolvimento socializador da economia, propício ao avanço socialista por meio de reformas.

Delineando seu gradualismo absoluto, Bernstein afirma a inexistência de uma meta final para os socialistas, pois a luta cotidiana — o “movimento” — deveria ser a única preocupação de uma intervenção política transformadora. Desde que se conquistassem cada vez mais espaços governamentais, as ações dos socialistas assentariam uma dinâmica de tendência ao socialismo por parte da sociedade em geral. Como exemplo, afirma que a estatização da produção não se faz necessária, mas apenas a elaboração e consecução de uma lei fabril ampla e fiscalizada pelo governo²⁷.

²⁷ Imaginamos que, no mínimo, Bernstein defenda tal posição supondo uma sociedade governada por socialdemocratas. Como equacionar tal questão na presença de governos burgueses não é respondido pelo socialista em tela.

A sustentação filosófica do socialismo defendido por Bernstein acaba por se pautar no idealismo de “*Kant e o neokantismo, Croce, Sorel, dentre outros.*”²⁸ Segundo tal abordagem, as causas últimas das coisas não poderiam ser conhecidas, apesar de todo o esforço científico. É, em breve resumo, a afirmação da existência das “coisas em si”. Portanto, ao eleger o idealismo como solução filosófica, Bernstein considera forças mobilizadoras de caráter ideal, isto é, sentimentos morais e éticos, mais significativas para mobilização dos homens para a luta socialista do que a materialidade da exploração capitalista. Dado que não acreditava no derrubamento da ordem — material — burguesa, considerava que os socialistas deveriam apelar para outras motivações, de caráter mais subjetivo, como, por exemplo, afirmar o capitalismo como injusto ou desumano.

A partir de tais fundamentos teóricos, Bernstein assevera não apenas as duas táticas centrais para os socialistas, mas também aquela que seria a estratégia principal para o desenrolar do avanço socialista. As táticas seriam o cooperativismo e a prática sindical. As cooperativas de produção e de consumo tenderiam a resolver gradualmente os antagonismos de classe. Já os sindicatos funcionariam como os agentes da atuação político-econômica dos trabalhadores tanto no seio das indústrias quanto frente a negociações com governos. No cenário que Bernstein vislumbrava de aumento da socialização das riquezas — através, inclusive, do aumento do número de sociedade por ações — com o conseqüente alargamento e fortalecimento dos setores médios, o cooperativismo e o sindicalismo eram, enfim, os mecanismos práticos para a inserção dos trabalhadores numa dinâmica harmonizadora dos conflitos de classes através de reformas sociais ampliadas. A seguinte passagem de Braz, apesar de longa, merece ser destacada como resumo das propostas teóricas e prático-políticas que estamos nos referindo:

“O pensamento de Bernstein envolvia duas pretensões: primeiro (...) a de rever as idéias marxistas que já não seriam suficientes para a nova fase do capitalismo evoluído, no qual o curso de suas contradições desaguaria em soluções nas suas próprias margens; e, (...) [segundo], buscava-se (...) refundar as premissas socialistas clássicas que estariam assentadas em métodos superados exatamente por este novo estado das artes do capitalismo. (...) Invertia-se o pensamento de Marx e Engels: a plena saturação das contradições de classes na sociedade

²⁸ GUSTAFSSON, ... Op. cit., p. 135.

capitalista desenvolvida que criaria as condições (...) políticas para a sua superação daria lugar a um ideal de conformação de seus conflitos sociais, por meio de mecanismo de ‘controle’ criados pela própria burguesia através do Estado — como é o caso dos sistemas de créditos — e, também pelo proletariado, através de sistemas cooperativos de trabalho e de formas mais justas de repartição da riqueza.”²⁹

Neste sentido, a estratégia de Bernstein para a consecução do socialismo é o avanço da democracia. O socialismo seria, enfim, a democratização cada vez maior da sociedade e não mais a supressão violenta de seus pressupostos. O respeito ao indivíduo deveria ser identificado como um avanço democrático do liberalismo, e não poderia ser violado pela violência revolucionária de uma maioria autoritária. Bernstein defende, portanto, a via da paz social. O socialismo seria não o sucessor do liberalismo e da sociedade capitalista, mas sim uma espécie de humanização radical destes últimos.

A importância e o papel das idéias e propostas de Bernstein na dinâmica política das últimas décadas do século XIX e inícios do século XX são sentidos até os dias de hoje no movimento socialista, seja como referência positiva para reformistas e moderados ou, sob a perspectiva revolucionária, como símbolo histórico de acomodação à ordem vigente. Lênin pode ser alocado no pólo oposto ao desenvolvimento revisionista e gradualista de Bernstein e, portanto, sobre ele dedicaremos algumas anotações a seguir.

Lênin e o Socialismo como Ruptura Revolucionária

Na tensão entre moderados e revolucionários no interior da polêmica central do presente estudo — isto é, a concepção petista de socialismo —, existem referências positivas explícitas ou implícitas, curiosamente, a Bernstein, Rosa e Trotski. Já o espaço dedicado a Lênin aparece muitas vezes recheado de reservas... É por isso que estamos, então, nos propondo a apresentar brevemente a discussão lenineana sobre a transição revolucionária e o socialismo. E, para tanto,

²⁹ BRAZ, ... Op. cit., p. 86.

nos apoiaremos basicamente numa das grandes contribuições do referido socialista para o debate teórico e político: a obra *O Estado e a Revolução*³⁰.

A postura política que Lênin nos oferece nesse texto não diz respeito apenas a ele próprio: pertence, mais que isso, a uma corrente específica do movimento socialista russo às vésperas de uma revolução. É, arriscamos dizer, a perspectiva de um determinado partido acerca do Estado e, frente a este, como diz o seu próprio título, como devem intervir politicamente os trabalhadores organizados. Passemos, portanto, a uma breve nota introdutória acerca da obra em questão.

Ainda no prefácio, Lênin adverte sobre qual momento histórico atravessa a humanidade: o avanço do imperialismo — nova configuração do capitalismo que se espalha pelo mundo na passagem do século XIX para o XX — é a alavanca central da 1ª Guerra Mundial. E, como é marcante na tradição marxista, assinala, antes mesmo de iniciar sua reflexão, que se trata de um texto de combate, de polémica com as contemporâneas correntes do movimento socialista e comunista internacional, mais notadamente, como veremos adiante, com as tendências dominantes no seio da II Internacional. Neste sentido, a clássica reflexão lenineana acerca do Estado³¹, além de ser um conjunto de orientações claras e imediatas ao proletariado no processo revolucionário, é também uma rigorosa crítica aos socialdemocratas hegemônicos, frente à atitude destes, tanto teórica, quanto política, face ao ordenamento jurídico-político burguês.

Lênin parte de uma premissa fundamental sobre a natureza do Estado: este seria um dos produtos do desenvolvimento das sociedades de classes. Segue abaixo a passagem de Engels, no texto *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, citada por Lênin como contendo o essencial sobre tal entendimento do Estado.

³⁰ LENIN, V. I. “O Estado e a Revolução. A Doutrina do Marxismo sobre o Estado e as Tarefas do Proletariado na Revolução”. In LENIN, V. I. *Obras Escolhidas*. Tomo 2. Lisboa: Edições Avante; Moscou: Edições Progresso, 1978.

³¹ Cabe lembrar que Lênin nos promete um texto em três momentos: no primeiro, faz o necessário retorno a Marx e Engels naquilo que produziram sobre o Estado; em seguida, polemiza com aquele que considera o principal deturpador da idéias clássicas de Marx e Engels, a saber: K. Kautsky; e por último, não realiza a avaliação das experiências das duas primeiras revoluções russas do início do século XX. No posfácio à primeira edição, publicada em novembro de 1917, Lênin revela sua satisfação em não ter tido condições de escrever sobre as lições dos episódios de 1905 e fevereiro de 1917: escreveu este texto justamente no período crítico de agosto e setembro de 1917 na Rússia, comprometendo sua finalização... para alegria não só dele, mas da imensa maioria do povo russo.

“O Estado (...) não é, portanto, de modo nenhum, um poder imposto de fora à sociedade; tão-pouco é ‘a realidade da idéia moral’, ‘a imagem e a realidade da razão’, como Hegel afirma. É, isso sim, um produto da sociedade em determinada etapa do desenvolvimento; é a admissão de que esta sociedade se envolveu numa contradição insolúvel consigo mesma, (...) que ela é impotente para banir. Mas para que estes contrários, classes com interesses econômicos em conflito, não se devorem e à sociedade numa luta infrutífera, tornou-se necessário um poder, que aparentemente está acima da sociedade, que abafe o conflito e o mantenha dentro dos limites da ‘ordem’; e este poder, nascido da sociedade mas que se coloca acima dela, e que cada vez mais se aliena dela, é o Estado.”³²

Dois são as deturpações mais notórias que se seguem a esta concepção clássica do marxismo, segundo Lênin: a) mesmo se reconhecendo a existência das classes, considerar o Estado como conciliador das mesmas; e b) não considerá-lo como conciliador, mas negar a necessidade de suprimi-lo — posição, por exemplo, de Kautsky neste debate.

Ainda se referindo ao mesmo texto de Engels, Lênin destaca como, isto é, de que forma concreta se erige o Estado. É precisamente através da formação de exércitos e forças policiais permanentes³³, ao contrário da espontaneidade e sazonalidade das organizações de força das organizações da vida social pretéritas. Neste sentido, Lênin enfatiza o crescimento das organizações de força de combate dos diferentes Estados entre si, os exércitos; chama menos atenção para a polícia, instrumento de força interno. Isto decorre do momento histórico das sociedades capitalistas avançadas em plena imersão no imperialismo — esse é o tom deste período e não outro qualquer, bastando-nos lembrar da Primeira Grande Guerra

³² Op. cit., p. 226.

³³ Desde já garantimos que não entraremos na polêmica, recorrente até nossos dias, sobre o suposto caráter restrito da concepção de Estado de Lênin, advinda de Marx e Engels, pois, acima de tudo, nos falta conhecimento teórico suficiente acerca deste debate. Mas, apenas a título de nota, gostaríamos de expor nossa estranheza para com a utilização do confronto entre os adjetivos *restrito* e *ampliado* para caracterizar o alcance de uma mesma perspectiva teórica sobre um mesmo objeto, mas em momentos e conjunturas históricas diferenciadas, mesmo que dentro da mesma organização societária. Como estamos ainda engatinhando no estudo dos debates da tradição marxista, consideramos confusa tal denominação: percebemos sempre uma contraposição mecânica entre a noção “restrita” de Marx, Engels e Lênin sobre o Estado e uma “ampliada”, em geral atribuída a Gramsci e seus continuadores. Indagamos-nos: se, por acaso, algum marxista destacado, daqui a algumas décadas, desenvolver ainda mais as concepções já existentes nesta tradição, será a proposição dele considerada “ultra-ampliada” e assim sucessivamente? Parece-nos haver algum equívoco em proceder desta forma. Talvez seja mais produtivo refletirmos sobre o desenvolvimento próprio do Estado dentro das sociedades de classes e, dentro deste longo processo histórico, realizar o esforço de delinear o mais precisamente possível sua dialética de mudança e continuidade, no que tange tanto a seus aspectos fundamentais, quanto acessórios.

mundial. Mas Lênin continua sua reflexão apontando como tal desenvolvimento do Estado tenta existir pairando sobre a luta de classes, justamente para encobrir a exploração e dominação, na vigência capitalista, dos trabalhadores por parte da burguesia. E, avançando no destrinchamento daquilo que o Estado Moderno já provara, à época, poder ser, em termos de complexidade, Lênin aponta a estratégia de cobrança de impostos e de formação de um fundo público para sustentação do aparato estatal e das funções estatais no metabolismo capitalista.

Considera a república democrática o melhor ambiente para o desenvolvimento capitalista, pois seria o seu *invólucro político* mais sofisticado possível. Entretanto, não porque o torna menos agressivo para com os trabalhadores, mas porque melhor oculta, assim, a divisão de classes da sociedade. É nesta forma de Estado que, em geral, o movimento dos trabalhadores, seus partidos e sindicatos, mais tem se apresentado propenso a ilusões quanto ao papel do Estado na sociedade burguesa. Neste registro, Lênin apresenta a importância exata das eleições e do voto como instrumento político possível para os trabalhadores no Estado burguês: sem menosprezar ou superestimar seu valor.

Resumindo inicialmente sua abordagem, Lênin afirma o Estado como historicamente datado: sua vida pertence às sociedades cindidas em classes. Poderá ser superado? Diz ele que sim, desde que destruída a divisão de classes. O Estado, instrumento de força privilegiado de subordinação da classe dominada à classe opressora, não existirá justamente quando sua fonte, a divisão de classes, for extinta. A tal conclusão, Lênin voltará várias vezes no texto, sempre com novas mediações a reforçar e adensar seu ponto de vista.

Observando as primeiras conclusões de Lênin, torna-se cristalino um de seus esforços centrais: romper com as deturpações das idéias clássicas de Marx e Engels naquilo que ainda são válidas e vigorosas para o entendimento da realidade. Notório polemista, é cuidadoso — quase irônico — ao colocar entre aspas categorias e expressões consagradas pela tradição marxista, dado que muitas vezes são elevadas ao posto de cânones³⁴.

Ao avançar na discussão sobre a supressão do Estado burguês, Lênin apresenta a noção de *extinção* do Estado. Justamente para diferenciar-se dos

³⁴ Lênin afirma que tal canonização é corrente no parasitismo teórico dos continuadores de Bernstein e do esquerdismo vulgar, segundo o próprio, de Bukharin e Kautsky. Reúne a todos estes no rol dos oportunistas, referência permanente neste texto lenineano.

anarquistas — que defendem a *abolição* imediata do Estado e seus aparatos, enfim, de toda autoridade política —, Lênin nos apresenta, ainda de forma inicial, um processo que, tendo como primeiro ato a transferência dos meios de produção para as mãos do Estado, culminará, ao fim e ao cabo, na sua transformação de interventor nas relações sociais em prol da classe dominante em administrador dos interesses de toda a sociedade, não mais dividida em classes. Neste momento, afinal, torna-se supérfluo o próprio Estado. Nas palavras de Engels, no texto *Anti-Dühring*, citado por Lênin, “*em lugar de governo sobre pessoas surge a administração de coisas e a direção dos processos de produção.*”³⁵

Entretanto, os socialdemocratas hegemônicos, segundo Lênin, utilizam a tese da extinção do Estado de forma autonomizada da inteireza das formulações de Marx e Engels, suprimindo, principalmente, a necessidade, em geral, da revolução violenta. Esta diria respeito à *supressão* do Estado burguês pela violência através dos trabalhadores organizados em luta. É o início da construção da *ditadura do proletariado*, uma subseqüente forma de Estado — um semi-Estado, chega a denominá-lo Lênin —, onde agora a maioria oprimiria a minoria, mas ainda com a utilização de uma *força especial de repressão*, mesmo que operando de forma inversa à opressão burguesa. Esta fase é justamente o socialismo; e é somente no interior deste que se inicia a operação, o processo de extinção do Estado. Ao concluir uma dura crítica aos socialdemocratas, que ocultam a necessidade da violência, Lênin diz:

“A substituição do Estado burguês pelo proletariado é impossível sem revolução violenta. A supressão do Estado proletário, isto é, a supressão de todo o Estado, é impossível a não ser pela via da ‘extinção’.”³⁶

A partir de tais noções gerais, Lênin parte para o momento do texto em que, apresentando imensa riqueza de mediações, em nossa opinião, consegue melhor explicitar seu ponto de vista. É quando apresenta um conjunto de reflexões de Marx e Engels acerca dos acontecimentos de 1848 e da experiência da Comuna de Paris de 1871. E, para tanto, Lênin inicia esta parte da obra utilizando dois textos clássicos dos fundadores da tradição marxista, *Miséria da Filosofia* e

³⁵ Op. cit., p. 233.

³⁶ Op. cit., p. 236.

*Manifesto do Partido Comunista*³⁷, para ressaltar o momento histórico que precedia aos eventos de 1848. Apoiando-se em e refletindo sobre passagens de tais escritos, reafirma a noção de ditadura do proletariado como central no debate marxista clássico acerca do Estado. “*O Estado, isto é, o proletariado organizado como classe dominante*”³⁸: essa é a afirmação de Marx e Engels, no *Manifesto*, que Lênin utiliza para acusar os oportunistas de omitir tanto a necessidade da revolução violenta contra a burguesia quanto o exercício centralizado da força contra a mesma no momento imediatamente posterior à revolução. Este seria o Estado que se configuraria na ditadura do proletariado.

Tal noção desmonta qualquer entendimento pacifista em relação à democracia. A evolução, o desenvolvimento da democracia, segundo Lênin, tem limites no capitalismo que apenas podem ser ultrapassados pela revolução violenta. E a “última fase” da democracia, sua forma mais acabada, seria exatamente a ditadura do proletariado, onde um Estado, em vias de extinção, é a organização da maioria, os trabalhadores, para reprimir a minoria, a burguesia (e seus resquícios).

Dada a evolução de sua reflexão, Lênin observa com pessimismo a participação dos socialistas nos governos burgueses e o faz tirando lições das experiências ocorridas no fim do século XIX e inícios do século XX. Tal crítica baseava-se no entendimento que tais participações tinham como premissa teórica e político-prática, por aqueles que as levaram a cabo — oportunistas e reformistas, segundo ele —, a “*substituição da luta de classes pelos sonhos de entendimento das classes*”³⁹. O problema levantado por Lênin não é pura e simplesmente a participação em governos, mas sim o pensamento que legitima e justifica tal participação.

Em outra polêmica que se arrasta até hoje em dia no debate da tradição socialista, Lênin afirma o caráter especial do proletariado, frente às outras camadas trabalhadoras, na condução do processo revolucionário. Porém, este não é aqui o debate central de Lênin, mas sim o que tal caráter especial do proletariado implica na atitude para com o Estado na revolução. Sobre isso, diz ele:

³⁷ Sendo a *Miséria* uma obra de Marx e o *Manifesto* um escrito dos dois em conjunto.

³⁸ Op. cit., p. 238.

³⁹ Idem.

“A doutrina da luta de classes, aplicada por Marx à questão do Estado e da revolução socialista, conduz necessariamente ao reconhecimento do *domínio político* do proletariado, da sua ditadura, isto é, de um poder não partilhado com ninguém que se apóia diretamente na força armada das massas. [Agora dominante, o proletariado será] capaz de reprimir a resistência inevitável, desesperada, da burguesia e de organizar para um novo regime de economia *todas* as massas trabalhadoras e exploradas.”⁴⁰

Ainda neste sentido, fundamental para Lênin, no que tange à elaboração teórica marxista acerca do Estado, é o reconhecimento do papel revolucionário do proletariado no processo de transformação social. A carência de conteúdo revolucionário é o ambiente propício para partidos e lideranças dos trabalhadores se acomodarem nas parcas brechas existentes no Estado burguês.

Com a leitura do texto *O Dezoito de Brumário de Luis Bonaparte*, Lênin expressa o enorme avanço no entendimento do Estado por parte de Marx. Reconhece que todas as revoluções pretéritas aperfeiçoaram o Estado, ao contrário de suprimi-lo, dado que, em última instância, não objetivavam acabar por completo com as contradições entre as classes sociais. Tais processos se caracterizaram por duros e longos processos de rearranjo de classes e estratos de classes. Nunca, portanto, a demolição deste aparato foi defendida por alguma tradição revolucionária. Mas a proposta transformadora radical socialista, que coloca na ordem do dia a extinção das classes sociais, também evidencia a proposição da supressão e extinção do Estado. Lênin demonstrará, mais à frente, como esta última conclusão será omitida por Kautsky. Este tipo de omissão observado por Lênin fundamenta sua percepção aguda do aperfeiçoamento do Estado burguês e de como a pequena burguesia (e os partidos pequeno-burgueses, mesmo os socialistas) é absorvida por tal aparelho.

Analisando uma carta de Marx de 1852, Lênin afirma a dialética entre luta de classes e ditadura do proletariado na discussão marxiana acerca do Estado: somente o reconhecimento desta relação seria, segundo ele, obra nova e revolucionária por parte de Marx. Reconhecer simplesmente a luta de classes, como o fazem até liberais, não basta para ser revolucionário: é preciso afirmar a necessária ditadura do proletariado para o desenvolvimento do processo emancipatório dos trabalhadores. Realça como diferentes formas histórico-

⁴⁰ Op. cit., p. 239. Grifos do autor.

nacionais poderão desenvolver-se diversamente a partir de tal idéia-força; mas destaca que todas serão ditaduras do proletariado, a mais avançada democracia possível.

Na sequência, tendo como base a reflexão marxiana sobre a experiência da Comuna de Paris de 1871, Lênin avança na discussão acerca da necessidade da demolição do Estado burguês com o advento da revolução. Tendo esta se iniciado, não basta apropriar-se do aparato estatal: é necessário transformá-lo e demoli-lo ao mesmo tempo. O que é esquecido, segundo Lênin, pelos oportunistas é o seguinte:

“Nestas palavras: ‘destruir a maquinaria de Estado burocrática e militar’ [— citando Marx —], encerra-se numa expressão curta, a principal lição do marxismo sobre a questão das tarefas do proletariado relativamente ao Estado na revolução.”⁴¹

A teoricamente débil antítese revolução burguesa *versus* revolução proletária é criticada por Lênin, que, para tanto, utiliza as noções de *revolução popular* e *povo*. A primeira diz respeito aos movimentos revolucionários que tiveram participação significativa das parcelas exploradas e oprimidas da sociedade. E a segunda se refere à aliança de tais parcelas em prol da verdadeira transformação socialista — onde o exemplo mais claro é a união entre proletários e camponeses, lição, inclusive, fornecida pela Comuna de Paris.

Pautando-se na obra marxiana que reflete sobre a Comuna de 1871, *A Guerra Civil na França*, Lênin expõe formulações possíveis da demolição e transformação do Estado burguês em proletário. De forma bastante sumária, algumas soluções seriam: a) o fim do exército permanente, que seria substituído pelo povo armado; b) o fim dos privilégios dos funcionários públicos, isto é, a equiparação salarial com os trabalhadores em geral; c) elegibilidade e mobilidade, em geral, dos funcionários públicos; entre outras⁴². Na dinâmica de substituição da máquina de Estado quebrada pela revolução, o caráter repressivo do consecutivo Estado proletário é residual, pois apenas uma pequena minoria,

⁴¹ Op. cit., p. 247.

⁴² Neste trecho do livro, citando Marx, Lênin avança ainda mais na caracterização dos meandros do Estado, adicionando “*burocracia, clero, [e] magistratura*” aos já citados exército permanente e polícia. Op. cit., p. 249.

realmente pouco numerosa, precisa ser oprimida; neste momento, a força *especial* de repressão, própria dos típicos Estados anteriores, torna-se *geral*.

Lênin avança numa demarcação clara acerca do parlamentarismo⁴³, diferenciando-se tanto do oportunismo reformista quanto do fatalismo anarquista. Neste sentido, promove a crítica reconhecendo a importância, apesar das limitações claras do jogo parlamentar, da utilização deste espaço em períodos não-revolucionários.

Mas a forma prática encontrada para suprimir o parlamentarismo — realizada de modo inédito, mesmo que de forma não acabada e interrompida, pela Comuna — seria a fusão das funções legislativas e executivas em um só órgão ou poder. Na ordem burguesa, em termos de Estado, tudo é realmente resolvido e executado, nas palavras de Lênin, nos *bastidores* e *estados-maiores*; no parlamento apenas ilude-se o povo mediante pomposos discursos que aparentam discussões e decisões. A Comuna deve ser lugar *de trabalho* dos representantes eleitos pelo povo — seja em qualquer âmbito, do local ao nacional, conforme o caso de cada nação. Aproveitar o funcionalismo já existente no Estado burguês é uma possibilidade, desde que feito de forma criteriosa e, principalmente, agora sob novo comando: a direção proletária. O envolvimento cada vez maior de *todos* nos *negócios de todos* é um processo que por si só promoverá, conseqüentemente, ao longo do tempo, a extinção de todo o Estado. Lênin nos resume tal conclusão de forma vigorosa:

“Toda a economia nacional organizada como os correios, de forma que os técnicos, os capatazes, os contabilistas, como *todos* os funcionários públicos, recebam um vencimento que não exceda um ‘salário-operário’, sob o controle e direção do proletariado armado — eis o nosso fim imediato. Eis que Estado, eis de que base econômica temos necessidade. Eis o que trarão a supressão do parlamentarismo e a manutenção das instituições representativas — eis o que libertará as classes trabalhadoras da prostituição destas instituições pela burguesia.”⁴⁴

Sobre a organização da unidade da nação, Lênin defende o mesmo centralismo defendido por Marx quando este analisa a Comuna de Paris. O poder

⁴³ No texto, ao que nos parece, parlamentarismo se refere à vida parlamentar e a disputa de espaços na mesma.

⁴⁴ Op. cit., p. 256. Grifos do autor.

central seria justamente mantido pela organização de uma *Constituição Comunal* e pela organização de delegados comunais nacionais — estes últimos teriam poucas, mas importantes funções executivas. Lênin afirma, então, que Marx não é federalista — como o quer Bernstein, comparando-os aos anarquistas (a Proudhon, em especial) —, mas centralista democrático. O que aproxima Marx dos anarquistas é a defesa da destruição do Estado burguês — isto os reformistas de Bernstein e os seguidores de Kautsky omitem.

A *Comuna* é encarada, afinal, como uma “descoberta” político-prática na busca pela melhor via para a quebra da máquina do Estado burguês, isto é, para sua supressão. Porém, isto decorre não somente pelo entendimento do caráter supressor da Comuna; mas também por ser um caminho que, tanto a Marx, quanto a Lênin, pareceu profícuo para organizar o poder proletário e iniciar o processo de extinção do Estado.

Reforçando as teses de Marx sobre a experiência da Comuna de Paris, Lênin busca em Engels⁴⁵ elementos analíticos complementares para continuar e aprofundar a reflexão sobre este fundamental evento do movimento socialista revolucionário. Sobre a questão da habitação, por exemplo, Lênin afirma que, segundo Engels, fica atestada a continuidade de aspectos práticos do Estado atual (burguês) no Estado proletário. Evidentemente sob novas bases — sem o funcionalismo parasitário, por exemplo —, haveriam expropriações ordenadas para o alojamento de trabalhadores sem-teto. Isto, de fato, ocorre ainda no império do Estado atual; mas, é operado por seu aparato burocrático — e policial, em grande parte dos casos —, em favor da burguesia⁴⁶. Lênin, citando a referida obra engelsiana, anuncia ainda que questões de maior amplitude se relacionam aos déficits habitacionais dos trabalhadores, “‘entre as quais é uma das mais essenciais a superação da oposição cidade-campo’.”⁴⁷

Ressaltando agora a polêmica de Marx e Engels com os anarquistas, presentes nos textos *O Indiferentismo Político*, de Marx, e *Da Autoridade*, de Engels, ambos posteriores a Comuna de 1871, Lênin assinala novamente, de forma a adensar a noção de ditadura do proletariado, o caráter transitório do

⁴⁵ O texto engelsiano em questão é a *Contribuição ao Problema da Habitação*.

⁴⁶ Não olhemos para o passado para compreender isto. Vejamos o que ocorre nos dias atuais: para entendermos a questão da habitação hoje, não se pode deixar de lado tanto o papel da especulação imobiliária, quanto o favorecimento de grandes construtoras nas licitações de programas públicos habitacionais.

⁴⁷ Op. cit., p. 260.

Estado proletário característico do momento socialista. Na batalha contra qualquer tipo de autoridade, os anarquistas defendem a abolição imediata do Estado e de qualquer forma de organização imediata da economia e da vida social, após a abolição do Estado atual, mesmo que operada pelos trabalhadores. Em troca, a socialdemocracia hegemônica, segundo Lênin, combate os anarquistas apenas reconhecendo a importância do Estado, mas omitindo que Marx e Engels também são pela abolição do Estado; só que não sem antes um período transitório com a necessidade de um semi-Estado em processo de extinção.

Examinando uma carta de 1875 de Engels a Bebel, dirigente dos socialdemocratas alemães e da II Internacional, verifica a indicação do remetente que não recomenda a adjetivação do Estado proletário. Mais: indica, tendo em vista o que se passou na Comuna, denominá-lo *comunidade*. A advertência de Engels está incluída no bojo de uma série de críticas e observações que Marx e ele vinham realizando acerca do programa do Partido Socialdemocrata Alemão. Lênin, entretanto, não encontrou, segundo ele próprio diz, uma boa tradução para o idioma russo da palavra *comunidade*. Em alemão, um de seus significados aponta para sistema de comunidades. Então, vislumbra em *comuna*, que advém do francês, a melhor noção a ser enxertada no programa do Partido Operário Socialdemocrata Russo. Marx e Engels, nesta demarcação teórica, tinham em mente as acusações anarquistas. Lênin, por sua vez, lamenta que tal carta de Engels somente apareça publicada em 1911 por Bebel, em suas memórias. Lamenta o quanto isso foi deletério para o desenvolvimento teórico da socialdemocracia, tornada cada vez mais oportunista.

Apoiando-se em outra crítica engelsiana às propostas do Partido Socialdemocrata Alemão — desta vez uma reflexão sobre o projeto de programa de 1891 do partido, o chamado Programa de Erfurt —, Lênin ressalta a já arguta percepção de Engels, ainda naquele momento histórico, acerca das transformações internas do capitalismo, a saber: sua transição ao monopolismo e ao imperialismo. Com a planificação operada pelos trustes se apresentando cada vez mais intensa, a corrente hegemônica da socialdemocracia eleva ainda mais seu grau de tolerância com o capitalismo, ao ponto de denominá-lo *socialismo de Estado* — em certos momentos, segundo Lênin, chega a afirmar que o capitalismo já não é mais capitalismo! Na crítica de Engels comparece, e Lênin confere a isto o maior relevo, a afirmação da república democrática como melhor solo para a revolução,

pois é onde a luta de classes consegue atingir seu auge e quando a ditadura do proletariado se assume como opção mais conseqüente para os explorados e oprimidos. O oportunismo socialdemocrata vigente faz a defesa da república por razões contrárias: enxerga nesta a melhor condição para a reivindicação da via pacífica ao socialismo.

Lênin ressalta ainda a dialética suposta por Engels entre república centralizada (unitária) e auto-administração local, como contraponto ao federalismo. Admite este como um progresso em relação à monarquia e seus aspectos absolutistas; mas, ao mesmo tempo, defende que o federalismo deve ser suplantado através do princípio do centralismo democrático. “Mas”, nas palavras de Lênin, “*Engels não concebe (...) o centralismo democrático no sentido burocrático (...). [Este] não exclui (...) a ampla autodeterminação local que (...) elimina absolutamente todo o burocratismo e todo o ‘comando’ vindo de cima.*”⁴⁸

Mais adiante, ainda na trilha das lições de Engels, Lênin afirma que sempre após as revoluções burguesas, a própria burguesia encontra alguma forma de desarmar os trabalhadores que utilizou no processo transformador. Neste sentido, mostra o exemplo do discurso do ministro menchevique Tseretéli, em junho de 1917, pelo desarmamento dos operários de Petrogrado. Segundo a reflexão lenineana, fica atestado o papel conservador e contra-revolucionário que a burguesia e seus partidos de sustentação assumem quando os trabalhadores percebem que são insuficientes os avanços promovidos pela revolução burguesa e, então, partem para assumir a dianteira das transformações sociais.

Da leitura que realiza sobre o prefácio de Engels a uma publicação datada de 1891 da *Guerra Civil na França* — portanto, vinte anos após a experiência da Comuna —, Lênin conclui que, contra a superstição dos oportunistas em relação ao Estado — mormente quando este assume a forma da república democrática —, é vital reafirmar-se a necessidade teórica e política de não esquecermos das bases do socialismo na questão do Estado *em geral*. Diz Lênin sobre isto:

“Se Engels diz que, numa república democrática, ‘de modo nenhum menos’ do que numa monarquia, o Estado continua a ser uma ‘máquina para a opressão de uma classe por outra’, isto não significa de modo nenhum que a *forma* de opressão seja indiferente ao proletariado, (...). Uma *forma* mais ampla, mais

⁴⁸ Op. cit., p. 271.

livre, mais aberta, de luta de classes e de opressão de classe facilita de modo gigantesco a luta do proletariado pela supressão das classes em geral.”⁴⁹

Sobre a polêmica da supressão da democracia, Lênin afirma que Engels a coloca da seguinte maneira: quem aspira ao comunismo deve aspirar ao fim da democracia, que não é outra coisa senão um tipo de Estado no qual uma maioria subordina uma minoria através de mecanismos repressivos. Obviamente, no período de transição ainda haverá democracia — a mais ampliada possível, inclusive, e, por isso mesmo, o melhor solo histórico para a extinção completa de qualquer tipo de subordinação e violência entre os homens.

Com relação à obra marxiana *Crítica ao Programa de Gotha*, datada de 1875, Lênin inicia uma exposição conclusiva onde reflete sobre as experiências revolucionárias até então referenciadas por ele. Para tanto, inicia o delineamento das bases econômicas necessárias ao processo de extinção do Estado. Neste sentido, Marx diz que a sociedade atual é somente uma: a capitalista; mesmo que com desenvolvimento maior ou menor em países ou regiões diferentes. Já o Estado é diferente em cada país: o que os torna comuns é sua fonte, sua natureza, isto é, terem sido erguidos na sociedade burguesa. Desta observação de Marx, realçada por Lênin, podemos inferir, em nossa opinião, que para entender a realidade é sempre necessário cotejar a configuração da divisão internacional do trabalho com o desenvolvimento específico de cada Estado, para estabelecer as estratégias e táticas do proletariado revolucionário.

De forma conclusiva, Lênin consegue resumir como Marx vislumbra — sem utopismo, pois se pautando em reflexões concretas acerca de experiências concretas dos trabalhadores em seu processo de organização e luta por sua emancipação — o longo processo de transição do capitalismo ao comunismo, passando pelo socialismo. Enfim, explica o que seriam as fases inferior e superior do comunismo. Sintetizemos seu argumento.

A primeira fase ou etapa inferior da sociedade comunista (denominada normalmente de socialismo) seria aquela que, advinda diretamente da sociedade capitalista, se caracterizaria por uma transformação inicial única, a saber: os meios de produção deixam de ser propriedade privada de indivíduos, pois passam a ser propriedade comum de toda a sociedade (administrada pelo Estado). Mas, como

⁴⁹ Op. cit., p. 276. Grifos do autor.

ainda desgarrada da sociedade burguesa, esta etapa apresenta, em graus diferenciados, todos os outros aspectos desiguais da ordem suprimida, exceto a questão da propriedade. A começar pela distribuição da produção: ainda aí se encontra o direito burguês de distribuição igual de produtos, segundo uma respectiva quantidade de trabalho. Esta igualdade aparente, notória na vida e desenvolvimento do Direito burguês, permanece. Nota-se mais uma vez a necessidade da existência de uma forma de Estado para administrar tais normas e condutas; entretanto, sob uma nova premissa fundamental: a propriedade comum dos meios de produção sob administração dos trabalhadores.

E aquilo que seriam as bases da etapa superior da sociedade comunista tem sua melhor explicitação nas palavras de Marx, citação que inclusive Lênin faz logo quando inicia sua conclusão sobre tal fase:

“(…) Numa fase superior da sociedade comunista, depois de ter desaparecido a *subordinação opressiva* dos indivíduos à divisão do trabalho, e com ela também a oposição de trabalho espiritual e manual; depois de o trabalho se ter tornado, não apenas um meio para viver, mas a própria primeira necessidade vital; depois de, com o desenvolvimento integral dos indivíduos, terem crescido também as forças de produção e jorrarem mais plenamente todas as fontes da riqueza social — só então pode o *horizonte estreito do direito burguês ser completamente ultrapassado* e a sociedade escrever nos seus estandartes: de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!”⁵⁰

O desaparecimento do Estado é apresentado como uma *possibilidade*: tal demarcação teórico-histórica deixa clara a inexistência de utopismo tanto na reflexão de Lênin quanto na do próprio Marx. É somente o imenso desenvolvimento das forças produtivas que autoriza a afirmação da *extinção inevitável do Estado*.

Sobre a democracia, Lênin reafirma novamente que é uma forma de Estado. Enquanto existirem classes sociais, a democracia será sempre a melhor forma de Estado para os trabalhadores; tanto que sobreviverá no socialismo, em sua forma mais acabada. Entretanto, o processo de extinção do Estado suprime também a democracia. No comunismo completo, sem classes, nem mais o simples controle e registro da produção e da distribuição dos produtos será necessário.

⁵⁰ Op. cit., p. 286 e 287. Grifos nossos.

Tais ações não mais serão *necessidades*, pois tornar-se-ão *hábitos*: é o fim do Estado, sua extinção completa!

Lênin dedica um momento de sua reflexão especificamente ao trato direto da vulgarização do marxismo. Não que não tenha feito isto durante todo o texto, cotejando inúmeras vezes as idéias de Marx e Engels com as proposições dos oportunistas. Mas, nesta parte, Lênin se detém mais diretamente sobre o que chama de deturpação do marxismo promovida pelos teóricos hegemônicos da socialdemocracia e da II Internacional em fins do século XIX e inícios do século XX. Concretamente, enfim, polemiza com Plekhanov e, principalmente, Kautsky.

Sobre Plekhanov, ressalta a polêmica deste autor com os anarquistas. O também russo Plekhanov centra sua crítica aos anarquistas justamente na atitude destes perante o Estado na revolução. Entretanto, omite todo o desenvolvimento teórico de Marx e Engels acerca, primeiro, da necessidade da quebra da máquina do Estado atual e, segundo, dos apontamentos dos clássicos do marxismo sobre como substituir tal máquina. Segundo Lênin, simplesmente criticar os anarquistas por sua negativa política em relação a instrumentos de autoridade, sem, ao mesmo tempo, afirmar a necessária supressão do Estado burguês é puro oportunismo, é glorificar o Estado como ente superior à sociedade e às lutas de classes.

Já na polêmica com Kautsky — apesar de Lênin apresentar rigor e critério ao situá-lo mais ao centro que Bernstein no espectro político da II Internacional — considera que as investidas teóricas e políticas deste socialista contra os oportunistas *extremos* — nos termos de Lênin — são absolutamente insuficientes e acabam por também deturpar as lições de Marx e Engels. Omitindo permanentemente a necessidade de demolir o atual aparato de Estado, Kautsky se contenta em afirmar que não se pode antecipar como tais transformações operar-se-ão. Ao conceber o processo de luta dos trabalhadores como um longo processo, defende que as transformações socialistas já se operam nas atuais estruturas políticas. Evidencia, então, a já apresentada anteriormente fé supersticiosa no Estado. Apesar de não negar a necessidade da revolução em suas palavras, Kautsky negava o aprendizado do movimento operário revolucionário com a Comuna de Paris: é necessário *quebrar* a máquina do Estado atual para construirmos a democracia completa, mesmo que sejamos por sua extinção processual posterior.

Da discussão entre Kautsky e Pannekoek — holandês ligado aos setores de esquerda da II Internacional, onde se situava também Rosa de Luxemburgo —, Lênin capta o substrato da proposta kautskiana acerca da postura dos trabalhadores frente ao Estado: segundo o líder centrista da II Internacional, não existe a necessidade de destruímos a atual máquina de Estado, mas sim modificar as *relações de força no seio do Estado*, colocando-as em favor dos trabalhadores. Kautsky chega ao ponto de defender que o caminho da luta é a obtenção de maiorias no parlamento, elevando este último ao eixo central de governo.

Nesta seção de nossa dissertação, tentamos evidenciar um conjunto de reflexões lenineanas que acreditamos pertinentes para nosso estudo, pois reverberam até hoje sobre o debate realizado pelos organismos político-partidários dos trabalhadores acerca do socialismo. Como dissemos, o interesse particular em destacar Lênin não reside em nossa concordância — evidenciada sem receios no texto, diga-se de passagem — com suas teses, mas sim naquilo em que este comunista e suas idéias podem representar para o PT e a concepção de socialismo petista.

Anotações Finais sobre o Movimento Socialista: a Tensão entre Reformistas e Revolucionários

Apresentamos até aqui, além de iniciais observações acerca da discussão sobre partidos políticos e tradição socialista, dois símbolos — Bernstein e Lênin — da tensão ainda presente entre os socialistas até nossos dias, isto é, ser reformista ou ser revolucionário. Apesar de alguns autores asseverarem a inexistência de uma necessária exclusão entre estas duas vias de luta política, inclusive referendando-se em Marx e outros clássicos marxistas, a maioria dos debates e posicionamentos político-partidários socialistas, moderados ou revolucionários, parecem enveredar para tal contraposição mecânica. Vejamos a reflexão de Santos:

“Todavia, e ao contrário do que parece evidenciar-se no grosso da documentação que cuida das relações entre reforma e revolução no pensamento de Marx, não é a *forma* do processo revolucionário (insurrecional ou não) que, para

mim, define o corte que Marx vê entre ambas. Já salientei que o decisivo remete à questão da perspectiva de classe (proletária); no plano da proposta política, a mim o que se delineia como índice definidor da revolução, na visão de Marx, é a relação com a propriedade privada dos meios de produção.

Menos que as formas concretas e particulares de efetivação da passagem do proletariado à classe dominante, o que particulariza, frente aos mais variados projetos reformistas, a proposta revolucionária (tal como Marx a concebe) é a supressão da propriedade privada dos meios de produção. (...)

De qualquer maneira, porém, duas constatações são inequívocas: uma, a de que *a categoria marxiana de revolução é o bastante flexível*, ainda que rigorosamente determinada, para compreender processos que extrapolam largamente as formas insurrecionais; outra, a de que Marx, recusando de plano o reformismo, não deixou de avaliar como progressistas, para a classe operária, algumas reformas introduzidas na vida social (por exemplo, a legislação fabril inglesa).⁵¹

O que gostaríamos de ressaltar, neste sentido, é a concordância que temos com a tese da flexibilidade e amplitude histórica da categoria de revolução desenvolvida por Marx, Engels e seus principais sucessores revolucionários. Mais ainda, concordamos novamente com Santos ao afirmar que a questão de fundo, no que diz respeito à cisão entre reformistas e revolucionários, é o debate sobre o que fazer face à propriedade privada dos meios essenciais de produção da vida social: *“os reformistas considerando a sua democratização e/ou eventual controle social, os revolucionários sustentando o seu antagonismo em face de qualquer intento de uma sociedade livre de exploração e alienação.”*⁵²

Existem ainda alguns outros aspectos teóricos e históricos necessários à complementação de uma sustentação teórica mínima para nosso estudo sobre a concepção petista de socialismo. A maioria deles está relacionada ao desenvolvimento do pensamento e do movimento socialistas, inclusive a partir de avaliações acerca dos dois expoentes que pormenorizamos brevemente antes. Isto porque também se impõe como obrigação, mesmo que em poucas linhas, a apresentação de alguns dos desdobramentos das polêmicas típicas dos tempos da II Internacional — onde a cisão entre gradualistas e revolucionários é a que mais nos interessa — nos eventos e discussões que marcaram o desenvolvimento

⁵¹ SANTOS, ... Op. cit., p. 121 a 123. Grifos nossos.

⁵² Op. cit., p. 184.

posterior do movimento socialista, no espaço de tempo histórico que correu até os dias do petismo no Brasil.

Um primeiro elemento que podemos destacar, ainda bastante próximo do momento histórico que já tratamos, na verdade imerso em suas décadas finais, é a crítica de Rosa de Luxemburgo ao revisionismo teórico e ao reformismo político expressos cabalmente por Bernstein. As opiniões e a intervenção política de Rosa devem ser posicionadas no espectro revolucionário do movimento socialista. Neste sentido, observemos a abordagem de Braz sobre a crítica luxemburgueana:

“A democracia (...), nos marcos da ordem burguesa só pode ser potencializada pelo proletariado, que a torna ampliada tanto quanto intensifica suas lutas de caráter socialista, de tal modo que [— citando Luxemburgo—] ‘não é a sorte do movimento socialista que está ligada à democracia burguesa, mas ao contrário, a do desenvolvimento democrático que está ligada ao movimento socialista’. E é visando o abandono do socialismo e a mistificação das reformas e da democracia por parte do revisionismo que Rosa aponta as armas de sua crítica radical: ‘(...) a democracia não vai sendo viável na medida em que a classe operária renuncia a sua luta emancipadora, mas, ao contrário (...). Renunciando aos esforços socialistas, renuncia-se tanto ao movimento operário, quanto a própria democracia’.”⁵³

Ao considerar a democracia como meio e fim para os socialistas, isto é, ao identificar socialismo com democracia ou socialismo como o liberalismo mais avançado, Bernstein avança para uma concepção de um partido que deva atender apenas às demandas imediatas dos trabalhadores através da ampliação dos espaços possíveis na ordem e legalidade burguesas. É a afirmação de um partido socialista, porém adequado à democracia e defensor do reformismo pacífico como forma de intervenção política. A crítica de Rosa aos preceitos de Bernstein, porém, não surtiu o impacto necessário para conter o influxo das idéias e práticas reformistas, principalmente nos tempos críticos daquele período.

A conjuntura que se seguiu ao início da Primeira Grande Guerra mundial colocou enormes desafios aos revolucionários, pois o chamamento burguês à paz interna promoveu a cooptação dos setores socialistas moderados. A defesa da legalidade e da nação frente ao abstrato inimigo externo encontraram apelo junto

⁵³ BRAZ, ... Op. cit., p. 84.

aos gradualistas. O reformismo avançava, ao passo que a questão do partido revolucionário se tornava decisiva para aqueles que defendiam a superação da ordem burguesa através da destruição de seus fundamentos essenciais. Segundo Braz, *“o que se observava [— inclusive segundo Lênin —] era uma tendência crescente de se corromper os partidos socialista-operários com os interesses econômicos e políticos do imperialismo.”*⁵⁴ O esmaecimento do potencial revolucionário das lutas contra o capital assentava na infiltração da perspectiva e dos valores burgueses no seio do movimento proletário. A fortuna do povo russo não foi a mesma que a da maioria dos trabalhadores da Europa...

As possibilidades históricas colocadas pela vitória da Revolução Russa foram tantas e tão inovadoras que o seu desenvolvimento sob a batuta do stalinismo gerou o surgimento de um outro aspecto que nos interessa para o estudo do petismo, a saber: o trotskismo. Esta vertente revolucionária do movimento socialista consolidou-se a partir da crítica e da luta contra as deturpações promovidas pelos líderes da União Soviética, reunidos em torno da figura central de Stálin, após a ascensão deste ao poder.

Mais do que um combate contra a figura de Stálin, os seguidores de Trotski não apenas reivindicavam a volta aos princípios revolucionários do bolchevismo e o fim da burocratização do processo histórico soviético, mas também, e principalmente, alertavam para a dialética entre as dimensões nacional e internacional da dinâmica da sociedade burguesa. Segundo os trotskistas, o internacionalismo — princípio prezado desde os primórdios da organização consolidada dos socialistas, mas com consecutivas dificuldades em apresentar-se em propostas práticas — aparece novamente em perigo. Da parte da URSS, as restrições econômicas cada vez mais eram alegadas para suportar o delineamento da defesa da pátria socialista. E os gradualistas, se continuassem fixados a suas questões imediatas, pouco poderiam enxergar e contribuir para uma luta mais ampla e generalizada, para além das fronteiras locais.

Os trotskistas — que chegam conformar, com dificuldades extremas, uma alternativa organizativa às Internacionais Socialista e Comunista, a denominada IV Internacional — possuem especial relevância para o presente estudo, pois, como veremos, constituem uma das tendências revolucionárias que contribuirão

⁵⁴ BRAZ, ... Op. cit., p. 126.

com os processos de conformação do PT, mesmo que com o passar dos anos parte significativa de seus quadros desembarque do navio petista.

Outro aspecto histórico relevante é a diferenciada condição da socialdemocracia⁵⁵ nos períodos prévio e posterior à Segunda Guerra Mundial. Frente ao avanço do fascismo, ela não conseguia simplesmente defender a tese do progresso e da democratização da sociedade burguesa através das reformas. Antes da eclosão da guerra, até seus setores mais moderados percebiam a necessidade de compor com as frentes populares de combate ao fascismo, mesmo que indiretamente tais frentes fortalecessem os setores mais à esquerda do movimento socialista. Já nas décadas que se seguem à guerra, a socialdemocracia, principalmente na Europa, experimenta uma revitalização proporcionada pelos planos de reconstrução nacional que seriam implementados em vários países⁵⁶. O keynesianismo como sustentáculo doutrinário de tais planos, diferente das premissas liberais clássicas, defende a intervenção estatal em diversos setores da vida social, forjando condições não apenas de pleno emprego, mas de alargamento de política públicas sociais. O espaço para o fortalecimento do sindicalismo corporativista e do apelo à defesa das reformas faz com que os socialdemocratas cresçam em influência entre os trabalhadores e passem não apenas a integrar governos burgueses de reconstrução nacional, como muitas vezes a assumir a dianteira de governos com esta perspectiva.

Todavia, notemos que, no imediato pós-guerra, a posição dos comunistas é de extremo prestígio entre significativos segmentos dos trabalhadores, inclusive em escala mundial, tanto pelo protagonismo nas frentes antifascistas quanto pela decisiva participação na derrota final dos nazistas. Isso já bastava para que a burguesia internacional reagisse de alguma forma para tentar obstruir a influência dos comunistas. Mas também a crise capitalista — principal origem econômica e social da guerra —, já antes do conflito mundial impeliu a burguesia a empreender políticas de intervenção estatal na economia, de que o New Deal americano é expressão mais relevante. A atitude intervencionista burguesa deste período possui alvo certo: não é apenas um mecanismo de revitalização do metabolismo

⁵⁵ Aqui, socialdemocracia já se refere aos socialistas gradualistas e reformistas. Com a fratura consolidada entre reformistas e revolucionários através, inclusive, de suas respectivas Internacionais, os moderados ficaram com a denominação clássica da II Internacional, mas agora sendo vista com conotação negativa por parte dos socialistas revolucionários em geral.

⁵⁶ Lembremos, inclusive, o fortalecimento da hegemonia internacional norte-americana neste processo através do Plano Marshall.

capitalista; é também, e acima de tudo, a forma encontrada pela burguesia de fazer frente às conquistas sociais proporcionadas pela Revolução Russa e ao crescimento das demandas das lutas trabalhistas ao redor do globo, influenciadas pelos eventos na Rússia.

Porém, o cenário das décadas que se seguem à guerra é outro. Com a debilitação do comunismo sob o stalinismo, numa conjuntura de expansão monopolista via “capitalismo de Estado”, cresce um movimento operário-sindical que, mais atrelado às demandas imediatas da classe trabalhadora, acabará por referenciar-se na socialdemocracia.

Por outro lado, os segmentos revolucionários do movimento socialista experimentam um desenvolvimento próprio que, principalmente a partir das reverberações e dos choques gerados pelo XX Congresso do PCUS e pelo Relatório Krushev, em 1956, delineiam, segundo Braz,

“quatro grandes direções que disputa[ram] a hegemonia do movimento internacional comunista⁵⁷ e, por conseguinte, influencia[ram] os partidos de corte revolucionário: uma tentativa de redirecionar o bolchevismo soviético abatido sob o impacto múltiplo do fevereiro de 1956, (...) a partir de um retorno ao leninismo sem Stálin; o maoísmo chinês erguido sob o triunfo marcante da Revolução de 1949 e potencializado pela débâcle stalinista na URSS; uma persistência do trotskismo a partir dos diversos grupos que formavam a IV Internacional, que poderia experimentar alguma saída do isolamento histórico propiciada pela crise do stalinismo e (...) pelo descrédito dos PC’s tradicionais frente as novas gerações; uma renovação socialista, uma alternativa que se colocava como via democrática, que teve seu laboratório nos PC’s da Europa Ocidental — no PCF, no PCE e [especialmente] no PCI —, que com o eurocomunismo fundaram um movimento socialista democrático que abrangia correntes as mais diversas em busca de alternativas ao bolchevismo leninista ou trotskista.”⁵⁸

Naquilo que se relaciona mais diretamente com a dinâmica do debate entre reforma e revolução, o cenário colocado no pós-guerra é prenhe de rupturas, mas com algumas continuidades fundamentais. Diversificam-se as tendências internas dos reformistas e, principalmente, dos revolucionários. Para estes últimos, a agudização das diferenças entre suas vertentes foi marcadamente visceral.

⁵⁷ Leia-se, aqui, revolucionário.

⁵⁸ Op. cit., p. 274. Grifos do autor.

Todavia, referências teóricas e históricas do movimento socialista — tais como Marx, Engels, 1848, Comuna de Paris, Bernstein, Lênin, revisionismo, Revolução Russa — permaneciam como parâmetros de identidade para as diversas organizações político-partidárias socialistas ao redor do globo. Neste sentido, concordamos mais uma vez com Santos, de acordo com a qual

“o fato histórico-social é que reforma e revolução têm se constituído em pólos de tensão do movimento socialista (inclusive o de base proletária).

E não me parece que esta tensionalidade tenha a ver com qualquer *pendularidade* ou *circularidade* históricas; ao contrário, reforma e revolução até hoje se apresentaram como *simultaneamente* constitutivas da polaridade que se identifica no movimento socialista (...).”⁵⁹

E, enfim, a título de arrematar brevemente qual o quadro histórico e sócio-político da dinâmica do movimento socialista, anteriormente às transformações contemporâneas da sociedade capitalista — às quais dedicaremos nosso próximo capítulo —, citaremos mais uma passagem de Braz para demonstrar como os acontecimentos das décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial e anteriores à conjuntura crítica dos anos setenta impactaram e, ao mesmo tempo, foram influenciados pelos socialistas — sempre acometidos pelas rugas entre reformistas e revolucionários:

*“Os processos traumáticos que se abriram no XX Congresso em 1956, as cisões que deles decorreram e as tentativas de ruptura com o modelo soviético — como na questão húngara e na tchecoslovaca —, o conflito sino-soviético e, ainda, as alterações no perfil das lutas de classe no mundo ocidental engendradas pelas metamorfoses do modo de produção capitalista a partir do pós-[guerra] (...) e confluídas em 1968, legaram à esquerda revolucionária do século XX uma incomparável pulverização — possível (...) por conta do esgotamento do soviétismo como centro gravitacional do movimento revolucionário mundial (...) — percebida nas suas formas de atuação bem como em suas formulações teóricas e políticas. A questão da estratégia revolucionária foi objeto central de várias perspectivas, comportando variantes insurrecionais e reformistas, tons moderados e radicais.”*⁶⁰

⁵⁹ SANTOS, ... Op. cit., p. 191. Grifos da autora.

⁶⁰ BRAZ, ... Op. cit., p. 289. Grifos nossos.

Partindo dos elementos teóricos e históricos que apresentamos em breves traços neste capítulo, seguiremos para o próximo momento da nossa dissertação, em que, alinhando as características centrais e mais gerais das atuais transformações da ordem do capital, tentaremos explicitar o solo histórico trilhado pelo socialismo petista.

Capítulo 2

Ofensiva Burguesa e Refluxo da Luta Socialista: o Capitalismo Contemporâneo como Cenário para o Socialismo Petista

Neste capítulo, pretendemos trabalhar referências bibliográficas que discutem justamente os processos sociais mais ampliados da realidade histórica e concreta na qual o Partido dos Trabalhadores se desenvolveu como sujeito político. Partimos de princípios contrários e opostos às reflexões que buscam compreender a organização dos trabalhadores, seja em partidos, seja em movimentos sociais, através de seus processos internos e que, no máximo, realizam uma análise de conjuntura para relacioná-la com as estruturas organizacionais dos trabalhadores. A abordagem endogenista, portanto, não é parâmetro para nossa reflexão, dado que consideramos que os partidos políticos são parte constitutiva de uma totalidade, mediatizada por elementos contraditórios, que é a realidade social.

E a realidade referida não é outra senão a sociedade capitalista, em sua fase monopólica. E o estágio contemporâneo desta sociedade é marcado por uma crise que se arrasta pelos últimos trinta anos, isto é, desde meados da década de setenta do século passado. Portanto, pensar o desenvolvimento das concepções políticas do Partido dos Trabalhadores no Brasil demanda também uma reflexão sobre as profundas transformações pelas quais tem passado o capitalismo neste fim de século XX e início de século XXI, a partir de duas dimensões

fundamentais: as iniciativas do capital frente à crise e as repercussões de tais processos na luta dos trabalhadores.

O Capital no Ataque aos Trabalhadores

A tentativa de solução dessa crise por parte do capital se desenvolve através de processos sociais de ordem econômica e político-cultural em escala mundial. A reestruturação produtiva é a formatação econômica desta fase crítica do capitalismo; o neoliberalismo é a estratégia política do capital para suas dificuldades de hegemonia política; a pós-modernidade é a expressão cultural deste momento de incerteza da sociedade burguesa; e a globalização é o conjunto de processos geoeconômicos, geopolíticos e geoculturais que se referem aos aspectos imperialistas da sociedade capitalista em sua fase mundializada.

Existe uma específica relação contraditória, mas absoluta e ontologicamente necessária, entre a produção e a reprodução social no capitalismo. Ao se referir à produção social, Harvey (1994), por exemplo, utiliza a categoria de *regime de acumulação*; e à reprodução social, ele denomina de *modo de regulamentação social e política*. Ao falar da relação entre ambos, ele afirma que

“a familiarização dos assalariados foi um processo histórico bem prolongado (e não particularmente feliz) que tem de ser renovado com a incorporação de cada nova geração de trabalhadores à força de trabalho.”⁶¹

E sobre o papel do modo de regulamentação, isto é, da reprodução social na formação dos modos de consumo e estilos de vida — disciplinarização que o referido autor denomina de *controle do trabalho* —, Harvey diz que este processo ocorre através da “*formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado.*”⁶²

⁶¹ HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Loyola, 1994. p. 119.

⁶² Op. cit., p. 119.

Procurando entender a atual fase do capitalismo — a acumulação flexível, nas palavras de Harvey —, consideramos necessário nos remeter à transição da forma anterior do ordenamento do capital — o fordismo — para a sua conformação atual.

O capitalismo demonstrou ao longo da história que o mercado por si só seria insuficiente na regulamentação social. E o pacto classista fordista-keynesiano⁶³, aprofundado principalmente após a Segunda Guerra Mundial, é justamente um exemplo histórico da tentativa do capital de solucionar esse impasse através do intervencionismo estatal.

O fordismo, para além de um simples conjunto de idéias de Ford, foi um conjunto de processos e tendências sociais, que tem no seu escopo central a necessidade de uma produção em massa com um subjacente consumo em massa. Seus novos processos de trabalho demandam novos mecanismos de regulamentação social. Como aspecto geoeconômico, podemos dizer que o fordismo ganhou proporções mundiais, o que “*significou a formação de mercados de massa globais e a absorção da massa da população mundial fora do mundo comunista na dinâmica global de um novo tipo de capitalismo.*”⁶⁴ O capital se mundializa cada vez mais, localizando o seu núcleo econômico nos países centrais e tendo sua expansão global hegemônica pelos EUA. A Grande Depressão, por exemplo, não foi resolvida através da iniciativa privada de Ford de conceder aos seus empregados melhores condições salariais. Foi necessária uma ação de escala nacional, que abarcasse todo o sistema produtivo americano para solucionar esta crise. O *New Deal* de Roosevelt é o exemplo histórico da necessária intervenção do Estado na regulamentação social.

O proletariado do fordismo é o operariado-massa. Este foi a base social do pacto fordista, mas também foi um elemento confrontador do capital, neste caso, por um controle maior da produção. A intervenção do Estado na reprodução da classe trabalhadora era de grande monta e, contraditoriamente, atendia tanto aos interesses dos capitalistas de controlar e reproduzir a força de trabalho e criar mercado consumidor, quanto aos trabalhadores na melhoria das suas condições de sobrevivência. Com tais melhorias, os trabalhadores se organizavam cada vez mais para ampliar direitos sociais e conquistas materiais. Como a produção

⁶³ Já referido brevemente no primeiro capítulo.

⁶⁴ Op. cit., p. 131.

fordista ocorria em fábricas de grande escala, a concentração de trabalhadores era uma ameaça aos interesses burgueses e demandava, portanto, a eliminação dos elementos mais radicais do movimento sindical, mantendo apenas aqueles que eram ou pelegos ou mais ligados à simples ampliação dos direitos e sem pretensões revolucionárias. Entretanto, apesar de conquistar altos índices de radicalidade na luta pelo controle social da produção, a classe trabalhadora do tipo operariado-massa não conseguiu e não teve condições de estabelecer alianças com os crescentes movimentos sociais externos ao mundo fabril. Mesmo assim, conseguiu sacudir algumas das estruturas do capitalismo, a ponto deste responder com grandes investimentos tecnológicos — necessários também ao capital em um período de aumento drástico da concorrência entre capitalistas.

Além de funcionar como principal criador de infra-estrutura básica para a produção, o Estado do período fordista promovia uma condição ótima para o desenvolvimento econômico através de políticas fiscais e monetárias e investimentos em transporte e aparelhamento público, facilitando o crescimento da produção e do consumo, promovendo, com isso, o “pleno emprego”. E na regulação direta e indireta da relação entre capital e trabalho, atuava na implementação de políticas sociais que complementavam o salário real de forma decisiva na transformação do trabalhador em consumidor potencial; e também procurava intervir de forma sistemática nos acordos salariais feitos nas fábricas.

Mesmo assim, o pacto fordista-keynesiano não era impermeável a tensões e contradições em seu interior. Pelo contrário, conseguia incorporar principalmente uma faixa de trabalhadores branca e masculina, gerando movimentos sociais de cunho de gênero, raça e etnia que lutavam por melhores condições de vida e equânime inserção no mercado de trabalho.

A crise que surge no interior do fordismo possui dois determinantes centrais: por um lado, o estancamento da produção e, por outro lado, a intensificação das lutas da classe trabalhadora. O estado crítico deste pacto estava começando justamente pela impossibilidade de levar seus benefícios a todos, isto é, universalizar seus benefícios. A insatisfação da população fora do mercado de trabalho e as críticas do movimento de contracultura na década de sessenta começam a abalar a legitimidade do Estado de tipo interventor keynesiano.

No Brasil e em outros países periféricos, o pacto fordista-keynesiano foi aplicado de forma residual, o que caracteriza a histórica desigualdade entre países

estabelecida pela divisão internacional do trabalho no capitalismo. Segundo Antunes (1999), “*esse ‘compromisso’ tinha como sustentação a enorme exploração do trabalho realizada nos países do chamado Terceiro Mundo, que estavam totalmente excluídos desse ‘compromisso’ socialdemocrata.*”⁶⁵

A crise do fordismo já começa a aparecer nos anos sessenta através do início de um processo de superacumulação, dada a dificuldade de expandir seus mercados. Tal crise está pautada na sua “rigidez”, pois acaba fortalecendo a classe trabalhadora na manutenção dos direitos sociais (trabalhistas, assistenciais, previdenciários etc.). A resposta fordista para tornar-se mais flexível — criar uma política monetária inflacionária — foi insuficiente. O excesso de fundos e as poucas áreas de investimento, a crise do petróleo e a crise fiscal e de legitimidade do Estado interventor são aspectos históricos deste momento. Ocorreu, portanto, a necessidade urgente da produção ser reestruturada. Em resumo, Antunes aponta como características deste período de crise, após a fase gloriosa do fordismo, os seguintes elementos:

“1) queda da taxa de lucro, dada, dentre outros elementos causais, pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período pós-45 e pela intensificação das lutas sociais dos anos 60, que objetivavam o controle social da produção. A conjugação desses elementos levou a uma redução dos níveis de produtividade do Capital, acentuando a tendência decrescente da taxa de lucro;

2) o esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção (que em verdade era a expressão mais fenomênica da crise estrutural do Capital), dado pela incapacidade de responder a retração do consumo que se acentuava. Na verdade, tratava-se de uma retração em resposta ao desemprego estrutural que então se iniciava;

3) hipertrofia da esfera financeira, que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, o que também já era expressão da própria crise estrutural do Capital e seu sistema de produção, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação, na nova fase do processo de internacionalização;

4) a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas;

⁶⁵ ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 38 e 39.

5) a crise do *Welfare State* (...) e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do Estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado;

6) incremento acentuado das privatizações, tendência generalizada às desregulações e à flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho (...).⁶⁶

A solução burguesa para a crise atinge apenas expressões fenomênicas da sociedade e modifica somente mecanismos de organização da produção e reprodução sociais, não afetando os pilares do capitalismo. O modo de produção não é, por conseguinte, substituído, mas sim seu padrão de acumulação — do fordismo para o chamado toyotismo. Neste sentido, nas palavras de Harvey, a acumulação flexível

“é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (...) Ela também envolve um novo movimento (...) de ‘compressão espaço-tempo’ no mundo capitalista — os horizontes temporais de tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado.”⁶⁷

A concorrência inter-capitalista desta nova fase produz de forma exponencial, como nunca visto antes nos marcos da sociedade burguesa, uma precarização do trabalho e uma destruição da natureza tão enormes que colocam a relação metabólica entre homem e natureza em grande risco. Tal como afirma Antunes e

“como tem sido enfatizado insistentemente por diversos autores, o capital, no uso crescente do incremento tecnológico, como modalidade para aumentar a produtividade, também *‘necessariamente implica crises, exploração, pobreza,*

⁶⁶ Op.cit., p. 29 e 30.

⁶⁷ HARVEY, ... Op. cit., p. 140.

desemprego, destruição do meio ambiente e da natureza’, entre tantas formas destrutivas (Carcheti, 1997:73). Desemprego em dimensão estrutural, precarização do trabalho de modo ampliado e destruição da natureza em escala globalizada tornaram-se constitutivos dessa fase da reestruturação produtiva do Capital.”⁶⁸

Os impactos da acumulação flexível sobre a força de trabalho, isto é, sobre a classe trabalhadora, são o aumento do *controle do trabalho*, o desemprego estrutural e o enfraquecimento do sindicalismo. Uma nova estrutura de mercado de trabalho se apresenta com regimes e contratos de trabalho flexíveis, com a tendência à diminuição dos trabalhadores com a contratação “rígida” dos tempos fordistas e ao aumento das contratações instáveis (subemprego, temporários, informais, trabalho parcial, contratos de curto prazo, estagiários, autônomos etc.).

Os processos produtivos do padrão de acumulação flexível são conformados por elementos ruptura e continuidade com o antigo padrão fordista. A fábrica “enxuta”, isto é, com menos trabalhadores — porém, polivalentes — é a mais produtiva e competitiva. É um novo padrão organizativa e tecnologicamente mais avançado, “*resultado da introdução de técnicas de gestão da força de trabalho próprias da fase informacional, bem como da introdução ampliada dos computadores no processo produtivo e de serviços.*”⁶⁹ Flexibilidade e desconcentração produtiva; emprego de empresas terceirizadas; novas técnicas de gestão da força de trabalho (trabalho em equipe e suas variações) que iludem o trabalhador com um discurso de participação nas decisões da produção; são todos elementos de uma produção flexibilizada com força de trabalho polivalente. Tais mudanças visam tão somente à redução do tempo de trabalho para a produção de determinada mercadoria — o que não significa que esse novo processo de organização do trabalho não tenha como objetivo final “*a intensificação das condições de exploração da força de trabalho.*”⁷⁰ A acumulação flexível provoca o aumento da combinação entre exploração de mais-valia relativa e absoluta, intensificando amplamente a exploração da força de trabalho.

Entretanto, as mudanças no mercado de trabalho não geraram grandes alterações na composição da força de trabalho empregada, pois ainda é semelhante à do fordismo: branca, do sexo masculino, apesar de ter incluído

⁶⁸ ANTUNES, ... Op. cit., p. 34.

⁶⁹ Op. cit., p. 52.

⁷⁰ Op. cit., p. 53.

elementos de outros segmentos sociais em alguns momentos. O que vem ocorrendo, em verdade, é a agregação dos brancos do sexo masculino, antes no mercado de trabalho, ao conjunto dos excluídos do processo produtivo. Esses novos processos de trabalho e formas de contratação alteram a base objetiva da luta de classes e acabam por dificultar muito a organização da classe trabalhadora.

Já a relação entre produção e consumo na acumulação flexível se expressa através da aceleração do ritmo de inovação da mercadoria — com a diminuição da sua vida útil, a chamada “obsolescência programada” — e do engendramento de uma estética pós-moderna que valoriza o instável, o fugaz, o efêmero. Portanto, o consumo se apresenta na forma de uma demanda mais individualizada, criando a atenção ao consumidor pautada no atendimento “personalizado”. Tais elementos são contrapontos à produção e ao respectivo tipo de consumo fordista mais rígidos e estáveis esteticamente (ou seja, em suas formas), isto é, com uma demanda consumidora mais homogênea.

Apesar do notável aumento proporcional do emprego no setor dos serviços, a desregulamentação presente na acumulação flexível não diminui o poder das corporações, dado que estas comandam, inclusive, o processo de terciarização. Na verdade, são acelerados os processos de monopolização do mercado, como podemos observar no aumento das fusões e incorporações nas últimas décadas. Outro elemento estratégico das corporações é o acesso privilegiado que elas possuem a informações, o que facilita as decisões capitalistas. A informação sobre aquilo que é “novidade” oferece grande vantagem competitiva e maior possibilidade de lucros.

Outro elemento fundamental deste período é o hipertrofia do sistema financeiro, bem como a desregulamentação — para um novo rearranjo de regulação — do mesmo. A derrocada do fordismo-keynesianismo ocorre em claro favorecimento do sistema financeiro. A crise do fordismo foi, inclusive, uma crise espaço-temporal; e o sistema financeiro aparece como o grande protetor do capital no emprego de estratégias de deslocamento temporal e geográfico, dado que a lógica deste sistema é bem mais dinâmica e adaptada às inovações tecnológicas. Podemos dizer que a explosão de crescimento do sistema financeiro possibilitou a flexibilização da acumulação capitalista.

Portanto, em termos geoeconômicos, a mundialização se apresenta como *“a fase específica do processo de internacionalização do Capital e de sua*

valorização à escala do conjunto das regiões do mundo onde há recursos ou mercados, e só a elas.”⁷¹ O aumento dos investimentos transnacionais capitalistas, por exemplo, ocorreu, mesmo nesse período de crise, devido ao incremento do investimento dos grandes grupos oligopólicos em processos de aquisição e/ou fusão. E, para Chesnais (1996), “a esfera financeira representa o posto avançado do movimento d[e] mundialização do Capital.”⁷² As finanças são concebidas e administradas como uma verdadeira “indústria”, promovendo-se uma cada vez maior autonomia relativa do setor financeiro. Mas, como nos lembra o próprio Chesnais, “os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram — e continuam nascendo — no setor produtivo.”⁷³

Durante o período fordista e, mais marcadamente, no momento de sua crise, toma forma e vigor um pensamento teórico e político que, contrário às premissas do *Welfare State*, defende uma forte mudança de postura do capitalismo na direção de uma radical liberalização de seu formato econômico e político. Teoricamente, este pensamento tem em Friedrich Hayek o seu maior defensor. Ele e outros ideólogos burgueses defendiam que as condições mais igualitárias presentes no *Welfare State*

“destruí[m] a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos. (...) eles argumentavam que a desigualdade era um valor positivo — na realidade imprescindível em si —, pois disso precisavam as sociedades ocidentais.”⁷⁴

E quando a crise do capitalismo na década de setenta se agudiza, estes autores, que vão ganhando cada vez mais adeptos e simpatizantes nos círculos burgueses, mostram a sua face mais radical, lançando-se contra a forte organização dos trabalhadores deste período, afirmando que

“as raízes da crise (...) estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas

⁷¹ CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 32.

⁷² Op. cit., p. 239.

⁷³ Op. cit., p. 241.

⁷⁴ ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 10.

sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais.”⁷⁵

Este neoconservadorismo ascende ao poder estatal em consonância com a reestruturação produtiva. O que significa que defende e produz a implosão do *Welfare State* e a diminuição do salário real e da organização dos trabalhadores — seu exemplo histórico característico é a Inglaterra de Thatcher⁷⁶. Este novo tipo de intervenção do Estado na economia é o neoliberalismo. Este é o conjunto de práticas políticas que defendem a primazia do mercado sobre o Estado na regulamentação social. Propõe uma reduzida intervenção estatal, privatizações, abertura da economia para o comércio exterior e redução da proteção social da classe trabalhadora. É uma reação ao tipo de Estado intervencionista keynesiano. E, para tanto, promove uma verdadeira satanização do Estado e de tudo aquilo que se refere à esfera pública. Por exemplo, alguns pontos principais da agenda conservadora neoliberal que ascende na Inglaterra thatcheriana — e que se espalha por outros países com diferentes colorações — são:

- “1) a privatização de praticamente tudo o que havia sido mantido sob o controle estatal [no período do *Welfare State*] (...);
- 2) a redução e mesmo extinção do capital produtivo estatal;
- 3) o desenvolvimento de uma legislação fortemente desregulamentadora das condições de trabalho e flexibilizadora dos direitos sociais;
- 4) a aprovação (...) de um conjunto de atos fortemente coibidores da atuação sindical, visando destruir desde a forte base fabril (...) até as formas mais estabelecidas do contratualismo entre capital, trabalho e Estado, expresso, por exemplo, nas negociações coletivas.”⁷⁷

Os resultados do neoliberalismo são típicos de uma fase do capitalismo politicamente voltada para a esfera privada e exaltadora do livre mercado. Antunes revela de forma sucinta, nem por isso menos brilhante, que o

“impacto [do neoliberalismo] se sente no [seu] resultado: menos *industrializante* e mais voltado para os *serviços*, menos orientado para a *produção* e mais *financeiro*, menos *coletivista* e mais *individualizado*, mais

⁷⁵ Op. cit., p. 10.

⁷⁶ Uma reflexão ampliada e decisiva sobre o neoliberalismo inglês está em Antunes (1999).

⁷⁷ ANTUNES, ... Op. cit., p. 66 e 67.

desregulamentado e menos contratualista, mais flexibilizado e menos “rígido” nas relações entre capital e trabalho, mais fundamentado no laissez-faire, no monetarismo, e totalmente contrário ao estatismo nacionalizante (...).⁷⁸

Em termos geopolíticos, o neoliberalismo significa uma estratégia seqüencial estabelecida por organismos internacionais como o FMI e o BIRD (Banco Mundial) — todos comandados pelos países centrais. São pontos desta agenda estratégica: 1) superávit fiscal primário; 2) “reformas estruturais” e 3) retomada do crescimento econômico. O fim do protecionismo — principalmente nos países periféricos — e a conseqüente abertura econômica, aliados à intervenção internacional destes organismos, engendram um processo de desvalorização e desrespeito à soberania nacional dos países. O papel destas organizações no novo ordenamento capitalista é de centralização decisória das novas estratégias do capital. A globalização aparece, em verdade, como um processo que pode ser caracterizado como a liberação das barreiras nacionais para o grande capital, principalmente o financeiro. Neste processo, o Estado tem uma função contraditória, principalmente nos países periféricos: facilitar o capital corporativo nacional, ao mesmo tempo em que deve oferecer um bom clima para o capital financeiro transnacional realizar seus negócios⁷⁹.

O neoliberalismo, portanto, é permeado por implicações políticas e geopolíticas que representam um conjunto de condições sociais que são o universo político necessário à nova fase do capitalismo, caracterizada pelo modelo de acumulação flexível. Por exemplo, a intervenção estatal no controle da força de trabalho não diminui. Apenas mudou de forma! O objetivo do neoliberalismo não é somente desregulamentar os mecanismos legais que propiciavam algumas condições estáveis de trabalho. Mas também, ao mesmo tempo, reprimir o sindicalismo é elemento vital do neoliberalismo como novo empreendimento político do capital. A expansão da hegemonia das práticas neoliberais gerou uma taxa crescente de desemprego estrutural, o que atingiu em cheio o movimento sindical, enfraquecendo-o de forma drástica.

Expressão deste processo são as proposições “reformadoras” do neoliberalismo em relação às políticas sociais. Estas, que foram importantes vigas

⁷⁸ Op. cit., p. 67. Grifos do autor.

⁷⁹ É neste cenário que o parasitário capital especulativo promove sua festa particular.

de sustentação do aparelho do *Welfare*, são agora demonizadas pelo renovado consenso burguês, que as considera como causadoras de déficits públicos, barreiras ao crescimento econômico e toda a sorte de ilusões com vistas somente à redução de direitos sociais e à diminuição concreta de serviços públicos prestados pelo Estado. A ordem é privatizar ao máximo saúde, previdência, educação etc. Deve-se apenas direcionar de forma cuidadosa — isto é, focalizada — programas de combate à pobreza das parcelas mais miseráveis da população. Evidente que esta fórmula tem adquirido formatações específicas a partir de cada região do globo, central ou periférica, mais ou menos desenvolvida. Conforme a formação social e histórica de cada nação, segundo Soares,

“onde já havia um Estado de Bem-Estar Social estruturado (...), as políticas de ajuste estrutural [leia-se: as políticas neoliberais] sofreram resistências concretas, tanto por parte da burocracia de Estado quanto por parte das populações-alvo. Isto não deve ser confundido, no entanto, com o fato de que o caráter recessivo das políticas de ajuste econômico provocou, em quase todos os casos, *cortes lineares do gasto social e deterioração dos padrões do serviço público*. [Já] onde não existia um Estado de Bem-Estar constituído, as políticas de ajuste vieram mais pelo lado econômico (...) do que pelo lado da distribuição de aparelhos de política social. Uma vez que estes não existiam, dependendo da intensidade do ajuste, vários países foram obrigados a fazer programas sociais de caráter emergencial, focalizados, contando com a “solidariedade comunitária”. Em todos os casos, porém, *essas políticas foram manifestamente insuficientes para diminuir a desigualdade social e a pobreza preexistentes e, sobretudo, agravadas pelo próprio ajuste.*”⁸⁰

Enfim, o neoliberalismo é o movimento ideo-político do capital na contemporaneidade, que se diferencia do liberalismo clássico, pois

“é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão

⁸⁰ SOARES, Laura Tavares. *Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2002. p. 20 e 21. Grifos da autora.

internacional. Eis aí algo muito mais parecido ao movimento comunista de ontem do que ao liberalismo eclético e distendido do século [XIX].”⁸¹

A expressão cultural do estágio contemporâneo da sociedade burguesa — a pós-modernidade — está pautada na radicalização do individualismo; na valorização do “novo”, da “novidade”; no empreendedorismo individual. A cultura, neste novo momento, tem um papel fundamental e estratégico, pois rapidamente se conforma de acordo com novas demandas do mundo da produção. Isto acontece tanto no que concerne à criação de um renovado aparato ideológico relacionado diretamente ao mundo do trabalho, ao qual já nos referimos anteriormente, pautada numa fantasiosa maior participação do trabalhador no controle da produção, quanto também na conformação de um novo tipo de consumidor, que possui demandas mais individualizadas e específicas, não se contentando com produtos de tipo massificado (fordista).

No debate acadêmico, por exemplo, esta cultura pós-moderna atinge uma gama muito diferenciada de intelectuais, inclusive antigos e novos pensadores da esquerda. E todos estes intelectuais, de uma forma ou de outra, criticam a essência da razão moderna ou iluminista. Criticam a possibilidade de referenciais teóricos abarcarem a totalidade da realidade social, isto é, questionam a capacidade de explicação e conhecimento da realidade em todas as suas determinações. Argumentando que a realidade se tornou muito complexa, negam a possibilidade de entendermos, a partir de uma perspectiva de totalidade, o que acontece ao nosso redor, defendendo um conhecimento fragmentado (e fragmentador).

Não é por acaso, portanto, a supervalorização das temáticas relacionadas à esfera subjetiva da realidade humana. Num momento de radical valorização do indivíduo como motor da história, não nos é estranho o crescimento das atividades religiosas e psicológicas de variados matizes. Nos estratos mais pauperizados, a busca por soluções religiosas para os diversos problemas enfrentados pelos indivíduos aumenta exponencialmente. Podemos dizer que o mesmo ocorre com os estratos mais favorecidos da classe trabalhadora e com a pequena burguesia que buscam em teorias psicológicas a solução mágica para seus diversos problemas. Os problemas de ordem social, neste contexto, são psicologizados como nunca! A cultura fragmentadora pós-moderna contribui decisivamente neste

⁸¹ ANDERSON, ... Op. cit., p. 22.

processo de ludibriamento da classe trabalhadora, pois não a permite observar a gênese de seus problemas, que acabam por ser relocalados apenas nas esferas morais e psicológicas.

Nas ácidas palavras de Teixeira, o pós-modernismo seria

“uma nova época na qual os homens finalmente poderão valer suas individualidades e, assim, serem reconhecidos nas suas particularidades concretas e não mais como integrantes de uma racionalidade uniformizante e totalitária, que, segundo [o pensamento pós-moderno], impedia a diferença e a alteridade, que são justamente o que dá vida e anima a sociedade. Não há dúvida de que a individualidade e a alteridade são condições de possibilidade para o desenvolvimento de uma vida verdadeiramente livre. Entretanto, (...) a individualidade que [o pós-modernismo] advoga é, na verdade, uma individualidade perdida no anonimato do conformismo e da sociedade de consumo, na qual as pessoas estão preocupadas unicamente em satisfazer suas necessidades econômicas, sem se importar com mais nada se não dormir, fazer sexo e acordar no dia seguinte para repetir tudo de novo. Nesse sentido, (...) [prega] uma cultura das diferenças, que, segundo imagina, permitirá criar a alteridade e liberar as forças imaginativas e criativas dos indivíduos, porém, enfatiza-se, enquanto consumidores de videocassetes, (...) de sonhos vendidos nos *shoppings centers* e de sanduíches tecnologicamente temperados à la McDonald’s.”⁸²

Enfim, a partir da exposição desses processos econômicos, políticos e culturais mundiais, pretendemos ter esboçado sinteticamente o quadro histórico em que está contida a atual condição da luta das classes trabalhadoras e, por conseguinte, de seus organismos político-partidários, objeto central do presente estudo. Obviamente, não pretendíamos — nem conseguiríamos — expor e debater todas as mediações possíveis para a compreensão da atual fase do capitalismo. Entretanto, discutimos algumas das quais compreendemos como fundamentais para o entendimento da luta de classes a partir das transformações concretas do ordenamento burguês contemporâneo. Passaremos agora justamente a discutir as condições da organização da luta da classe trabalhadora nos dias de hoje, isto é, como se configuram as referências políticas e os sujeitos coletivos que procuram

⁸² TEIXEIRA, Francisco José Soares. “Modernidade e Crise: Reestruturação Capitalista ou Fim do Capitalismo?”. In *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as Novas Determinações do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1996. p. 21 e 22.

atender as demandas dos explorados e oprimidos pela sociedade capitalista reestruturada e neoliberal.

A Classe Trabalhadora na Defensiva

Neste momento, pretendemos ultrapassar um pouco o debate sobre os impactos dos processos contemporâneos de transformação do capitalismo — reestruturação produtiva, neoliberalismo, pós-modernismo e globalização imperialista — no conjunto da classe trabalhadora enquanto força de trabalho inserida em novas modalidades de processos de trabalho (e/ou mecanismos organizativos para a exploração do trabalhador e extração de mais-valia). Refletiremos, então, mais detidamente sobre como tais transformações — que, de antemão avisamos, não encontraram ainda sua consolidação e definição completas, tal processo de transição e longa duração que o é — afetaram a luta organizada dos trabalhadores na busca de sua emancipação para com os grilhões do capital.

Da mesma forma que necessitamos explicitar a passagem do fordismo para o toyotismo para compreendermos as atuais estratégias de sobrevivência do modo de produção capitalista, é imperativo discutir como também a luta da classe trabalhadora vem se transformando ao longo deste período de crise do capitalismo.

E, em nossa opinião, alguns processos sócio-históricos fundamentais devem ser estudados para se compreender minimamente a atual condição das lutas dos trabalhadores. O primeiro deles é a experiência do “socialismo real” enquanto referência⁸³ para toda a esquerda mundial e para seus principais partidos. O segundo é o conjunto de transformações do movimento sindical: a luta específica de maior destaque e importância para os trabalhadores devido à sua ligação umbilical com o mundo da produção. E o terceiro e último é composto pela infinidade de movimentos sociais⁸⁴ específicos ligados ao mundo da reprodução

⁸³ Positiva ou negativa, dentre outras gradações, a depender das diversas opiniões dentro do espectro da esquerda.

⁸⁴ Doravante, novos movimentos sociais.

social, que ganham forte destaque nas lutas sociais a partir de meados do século XX.

Conforme retratada anteriormente, a contemporaneidade da sociedade burguesa é marcada pela crise, tanto do capital, quanto do trabalho. Expressões desta crise do trabalho são a derrocada do “socialismo real” e o refluxo tanto dos partidos revolucionários e do movimento sindical, quanto, inclusive, dos — tão festejados... — novos movimentos sociais.

A Crise do “Socialismo Real” e dos Partidos Revolucionários

Dizem respeito ao “socialismo real” todas as experiências em países que, a partir da Revolução Bolchevique Russa de 1917, orientaram suas sociedades baseadas nos princípios da administração estatal de tipo socialista, isto é, que direcionaram os rumos da vida coletiva de seus indivíduos pautando-se na planificação (estatal) da economia. Tais experiências espalharam-se por parte significativa do planeta no último século, servindo de contraponto permanente ao capitalismo e seu *status quo*. Apesar das consideráveis diferenças entre os países que compunham o bloco do “socialismo real”, a liderança soviética garantia o suporte e os elos de ligação entre os membros deste conjunto diversificado.

A obrigação de refletirmos sobre o significado da derrocada do “socialismo real” se apresenta, pois, apesar de seus problemas estruturais, tal bloco de países serviu não só como referência concreta de alternativa ao capitalismo, mas também, e principalmente, pela colaboração direta que proporcionou à luta dos trabalhadores em todos os cantos do mundo. Um dos exemplos desse espraiamento da luta comunista pelo mundo é a fundação, em praticamente todos os países dos cinco continentes, de Partidos Comunistas ligados (e liderados) pelo Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Outro momento em que os países do “socialismo real” foram protagonistas de proa ocorreu nos diversos processos de luta anticolonialista e/ou de libertação nacional em países periféricos.

Entretanto, apesar de seu ineditismo, o “socialismo real” apresentava problemas que, durante toda a sua existência, foram criticados por diversos pensadores quando estes se debruçavam sobre os rumos dos países deste bloco de oposição ao capitalismo. Neste sentido, concordamos com Netto (1993) em que

não é tão legítima a perplexidade frente à sua derrocada, pois seus problemas foram levantados e criticados por vários autores marxistas, a começar por Trotski, por exemplo.

Frederico (1994) aponta como debilidade do “socialismo real” a utilização de um modelo supostamente inequívoco de revolução socialista a ser seguido, a saber: o soviético. Concordamos com este autor em que o comunismo não é uma utopia, nem um modelo, mas sim um modo de produção que tem seus pressupostos dados pela sociedade capitalista e que é resultado da ação revolucionária do conjunto da maioria das massas trabalhadoras por uma nova sociedade. Diz Frederico que

“eles [os revolucionários russos] acreditavam que o assalto ao poder em 1917 era apenas o prelúdio da revolução mundial. Todas as atenções estavam voltadas para a Alemanha. Com o estancamento da maré revolucionária e o isolamento da Rússia, triunfou a tese do ‘socialismo num só país’ e deu-se início à construção de uma forma específica de sociedade. Transformada em *modelo*, o tipo de organização social vigente foi imposto às sociedades do Leste Europeu após a Segunda Guerra Mundial. Além disso, em todos os países os PC’s procuraram reproduzir a estrutura partidária dos bolcheviques.”⁸⁵

Tornando-se o pólo central do modelo revolucionário, a crise do “socialismo real” tem nas transformações da ex-URSS um de seus principais vetores determinantes. Diz Netto:

“(…) a partir do momento em que a antiga URSS deixou de exercer o papel de gendarme (especialmente via Tratado de Assistência Mútua da Europa Oriental, o *Pacto de Varsóvia*) do ‘campo’, colocaram-se as possibilidades para que as várias crises nacionais se explicitassem inequivocamente.”⁸⁶

A literatura crítica — principalmente a marxista — tem apontado como fundamento da crise a inexistência de socialização da política, ao passo que se socializava a economia de forma cada vez mais restritiva; o que significa dizer que o comando estatal desta última não promovia a participação da massa dos

⁸⁵ FREDERICO, Celso. *Crise do Socialismo e Movimento Operário*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 14. Grifos do autor.

⁸⁶ NETTO, José Paulo. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993. p. 14.

trabalhadores nas decisões sobre a produção social. Compreendemos a necessidade dos países que atravessam o período pós-revolucionário⁸⁷ de, inicialmente, desenvolverem uma produção de tipo extensivo, isto é, com produção de larga escala (para consumo em massa) e de gerenciamento mais centralizado. Mas, mais necessário ainda ao processo revolucionário é que, com o passar do tempo, essa produção introduza cada vez mais mecanismos de corte produtivo intensivo. Este seria caracterizado pela possibilidade da descentralização do gerenciamento da produção, de forma a proporcionar a participação dos trabalhadores no controle social da produção. Entretanto, essa transição de modelo extensivo de desenvolvimento industrial para o intensivo não ocorreu na URSS e nos outros países do campo socialista.

A maior participação dos trabalhadores no controle social da produção acarreta outra necessidade pós-revolucionária: o fortalecimento da sociedade civil, ao mesmo tempo em que, de forma gradual, entra em extinção o Estado. Mas, o que aconteceu foi *“uma completa inversão: o Estado, em vez de desaparecer gradualmente para dar lugar à plena expansão da sociedade civil, hipertrofiou-se e sobrepôs-se a tudo e a todos.”*⁸⁸ Uma explicação plausível para os processos que desencadearam a não socialização da política e a conseqüente crise do “socialismo real” está em Netto:

“a crise global do ‘campo socialista’ é a crise terminal de *um* tipo de organização econômico-social e política pós-revolucionária — aquele em que coube ao novo Estado promover a instauração e a consolidação dos suportes urbano-industriais que, na projeção original de Marx, eram os pressupostos da revolução proletária. O que entrou em crise é *uma forma determinada de transição socialista* — aquela em que o Estado engendrado na revolução aparece fundido com o aparelho partidário, no exercício de um monopólio político que substitui o protagonismo dos trabalhadores e da inteira sociedade, no marco da qual o seu desempenho econômico-social centra-se na realização de tarefas que historicamente configuram, uma vez cumpridas, as *condições* para a supressão da ordem burguesa.”⁸⁹

⁸⁷ Entendendo aqui o socialismo como o processo revolucionário de transição ao comunismo.

⁸⁸ FREDERICO, ... Op. cit., p. 29 e 30.

⁸⁹ NETTO, ... Op. cit., p. 19 e 20. Grifos do autor.

Os processos que se desenvolveram na Rússia nos últimos trinta anos são a expressão mais definitiva dos equívocos cometidos pelo “socialismo real”. A *Perestroika* foi uma tentativa de reestruturação econômica que visava justamente a transformação da produção extensiva em intensiva⁹⁰. Tal reformulação demandava quatro ações, a saber: 1) a passagem do desenvolvimento extensivo para o intensivo; 2) o redirecionamento da produção para o bem-estar da população, e não somente, como antes, para a indústria bélica e pesada (para fazer frente aos EUA na Guerra Fria); 3) modificações radicais nas formas de gestão das empresas; e 4) democratização das unidades produtivas. Entretanto, a descentralização econômica não significou o fim do autoritarismo, mas sim uma burocratização sem controle estatal e central, o que a permeou de variados interesses diferentes dos revolucionários⁹¹. O que sobrou desta sociedade aponta para uma difícil condição de seu proletariado: o Estado, que controlava todas as relações sociais e sufocava a sociedade civil, quando se desmantela, deixa a maioria dos trabalhadores politicamente apáticos; a ditadura, que se deu apenas em nome do proletariado, tornou-se burocratista e impossibilitou a emancipação política do operariado.

Essencialmente, concordamos com a tese de que a Rússia não reunia as condições sócio-históricas necessárias, segundo as hipóteses marxianas, para a realização plena da revolução proletária. Por conseguinte, como não ocorreu o espraiamento da revolução socialista pelo mundo, principalmente, então, pelo Ocidente capitalista desenvolvido, é possível atestar o caráter estrutural da crise do “socialismo real”. Tal crise foi, portanto, a derrocada de *uma tentativa* sócio-histórica de revolução socialista, e não do projeto socialista em geral!

Com a queda do “socialismo real”, os apologetas do capital e também considerável parte da esquerda mundial utilizaram-se deste fracasso — e de seus aparatos ideológicos, principalmente o marxismo vulgar stalinista — para tentar sepultar a obra de Marx. Identificam, de forma acrítica e ahistórica, a derrota das experiências do campo socialista com uma suposta ineficácia dos princípios

⁹⁰ Observemos que esta transição estava sendo feita nos países capitalistas. Mas, é claro, em moldes burgueses, isto é, visando a salvação da acumulação capitalista e a expansão dos lucros.

⁹¹ As máfias, o mercado negro e os interesses privados passam a ser as novas expressões da burocracia estatal russa.

marxianos. Não percebem que o que realmente existe não é uma crise do marxismo, mas sim crises no interior da tradição marxista.⁹²

Pensamos que a melhor forma de afirmarmos a atualidade tanto do projeto socialista, quanto da obra marxiana e da tradição marxista, é elencarmos o rol de continuidades do capitalismo que atestam que

“o envolver da ordem burguesa, ao longo de todo o século XX, não infirmou nenhuma das *tendências estruturais do desenvolvimento* que Marx nela descobriu — ao contrário, comprovou-as largamente, pois aí estão: a) a concentração e a centralização do capital; b) o caráter anárquico da produção capitalista; c) a reiteração das crises periódicas; d) as dificuldades crescentes para a valorização; e) os problemas referentes à manutenção dos patamares das taxas de lucros; f) a contínua reprodução da pobreza relativa e crescentes emersões de pobreza absoluta; e g) os processos alienantes e reificantes.”⁹³

Finalmente, afirmamos que as contradições essenciais do capitalismo perduram e, agora, caracterizam uma realidade de barbárie social — e até ecológica. Logo, nos é propiciada, contraditoriamente, a abertura de “*possibilidades de libertação e realização dos homens e [em contradição] realidades regressivas, mutilantes e opressoras*”⁹⁴. Cabe aos trabalhadores a percepção desta realidade e a organização da sua respectiva luta revolucionária. A crise do “socialismo real” é, portanto, parte constitutiva do período contemporâneo de crise do mundo do trabalho, principalmente no que diz respeito à organização do proletariado em termos mundiais. A existência de um bloco de países que — malgrado o tipo sócio-histórico específico de socialismo e de teoria revolucionária que compunham sua constituição — faziam frente ao capitalismo unia uma parte considerável da esquerda mundial em torno da possibilidade da superação do capitalismo em esfera planetária. Não é à toa que tal crise do campo socialista significou o enfraquecimento da maioria dos Partidos Comunistas, ligados a Moscou, espalhados por todos os países do globo.

⁹² O próprio marxismo-leninismo — expressão teórica e ideológica do stalinismo (Netto, 1986) — é uma das expressões destas crises no interior do marxismo, colocando em exposição a vulgarização não só da obra de Marx e Engels, como também a de Lênin. Stálin construiu um marxismo que não era motivado pelo desvelamento do real, mas sim pela afirmação e justificação da realidade soviética.

⁹³ Op. cit., p. 36 e 37. Grifos do autor.

⁹⁴ Op. cit., p. 42.

Passemos agora a refletir sobre a atual condição do principal movimento social estratégico para as massas trabalhadoras em seu processo de luta: os sindicatos.

A Crise do Movimento Sindical

Para melhor compreendermos a situação de refluxo da luta sindical, devemos explicitar rapidamente os modelos de movimento sindical que foram hegemônicos nos países capitalistas do século XX e que entraram em crise no fim deste mesmo século. De início, cabe salientar uma assertiva sobre este processo: o que entra em crise é um tipo (ou modelo) sócio-histórico determinado de movimento sindical, e não a estratégia dos trabalhadores de organizar-se em sindicatos. Segundo Bihl (1999), uma configuração de movimento sindical é “*caracterizada ao mesmo tempo por formas organizacionais, institucionais e ideológicas determinadas, assim como por seu arranjo de acordo com uma estrutura característica*”⁹⁵.

Abordaremos aqui o modelo de movimento sindical de corte socialista, com grande vantagem em seu interior, no século XX, dos socialdemocratas gradualistas. Para esse tipo de movimento, a tomada do Estado é indispensável para a emancipação da classe trabalhadora. O partido político seria o principal elemento aglutinador do complexo conjunto da luta proletária, considerando que o operariado não conseguiria espontaneamente ultrapassar seus interesses imediatos, isto é, seu nível de consciência imediata, sendo necessária, portanto, a mediação fundamental da luta partidária. E, como caracterização final deste modelo de movimento, apresentamos o que, segundo Bihl, são suas duas principais vertentes: a reformista, que visa apenas mudanças — reformas, portanto — no interior da ordem burguesa, mantendo sua luta expressamente eleitoral e parlamentar na busca pela conquista do Estado, caracterizando-se, portanto, pelo legalismo e pelo distanciamento do ideário socialista, visando apenas, então, a democratização da sociedade capitalista; e a revolucionária, marcadamente leninista, que buscava a

⁹⁵ BIHL, Alain. *Da Grande Noite à Alternativa. O Movimento Operário Europeu em Crise*. São Paulo: Boitempo, 1999. p. 19.

“expropriação da burguesia e de seus aliados (...) pela estatização do conjunto dos meios de produção, destinada a lançar as bases de um desenvolvimento autocentrado, planejado pelo aparelho de Estado.(...) [e] supõe a ruptura violenta com as formas institucionais da democracia parlamentar e na maior parte das vezes só pode ser efetuada pela via insurrecional.”⁹⁶

O contraponto histórico ao movimento sindical socialista é o sindicalismo revolucionário de tipo anarco-sindicalista. Este nega qualquer vinculação da luta dos trabalhadores ao Estado ou à tomada deste; e referencia o princípio político-interventivo da ação direta e o sindicalismo como principais ações revolucionárias e emancipadoras do proletariado. Portanto, nega veementemente a organização de tipo socialista que defende a organização dos trabalhadores através de partidos. Para os anarco-sindicalistas, os trabalhadores podem gerar uma consciência revolucionária por si só, através da prática política cotidiana (nos sindicatos), negando, conseqüentemente, o papel das vanguardas, a quem denominam de “intelectuais revolucionários”.

Mas, afinal, a corrente do movimento sindical que se tornou mais forte ao longo do último século foi a socialdemocrática moderada. A relevância legada ao Estado pelo movimento sindical de tipo socialdemocrático é amplamente criticada por Bihr. Este autor diz que tal tipo de movimento sindical se tornou hegemônico, pois estava impregnado pelo “*fetichismo de Estado*”, ilusão na qual o Estado é visto “*como o recurso supremo contra o excesso de seus próprios dominadores.*”⁹⁷ E a mediação concreta mais importante, segundo Bihr, para explicar a adaptabilidade do modelo socialdemocrático de sindicalismo ao formato de capitalismo vigente — o fordismo-keynesianismo — é o conjunto composto pelo *staff* administrativo dos organismos. Como parte da classe trabalhadora conseguiu adentrar no aparelho estatal devido à sua ampliação e relativa democratização, é colocada como possibilidade o incremento da via institucional da luta da classe trabalhadora.

Em nossa opinião, esta forma de luta é estrategicamente importante para o movimento operário, mas este não pode nunca se reduzir às lutas institucionais —

⁹⁶ Op. cit., p. 21.

⁹⁷ Op. cit., p. 31.

em favor das necessidades sociais dos trabalhadores⁹⁸ — presentes nos aparelhos estatais. Neste sentido, reconhecemos a importância da crítica do autor às relações entre movimento sindical e Estado, reforçando que esta reflexão deve colocar em pauta a necessária autonomia do movimento sindical frente ao Estado.

Continuando, cabe discutir novamente que o compromisso fordista é caracterizado pelo pacto entre burguesia e proletariado, no qual este conquista elementos de seguridade social e, portanto, melhores condições de sobrevivência; e no qual os burgueses perseguem uma domesticação da classe trabalhadora, tentando controlá-la de forma mais eficiente. O compromisso fordista é engendrado na primeira metade do século XX, quando o capital alcança altos índices de produtividade através da racionalização do controle da produção, principalmente nos anos do pós-guerra (décadas de 40, 50 e 60). Esta racionalização é possibilitada pela apropriação do aspecto intelectual do trabalho do operário. A exploração do trabalho se torna mais intensiva do que antes e obtêm-se maiores níveis de mais-valia relativa. Mas a grande produção precisa ser escoada e, por isso, faz-se necessário criar um mercado de consumo em massa.

Este mercado, agora, deveria ter a classe trabalhadora como componente fundamental. Todos os benefícios obtidos pela classe trabalhadora foram, contraditoriamente, resultados de sua luta por melhores condições de vida, mas também serviram como estratégias capitalistas para a criação de um mercado consumidor em massa. E o Estado aparece como regulador do compromisso fordista entre burguesia e proletariado, sempre facilitando o processo de expansão da produção capitalista, apesar dos benefícios sociais obtidos pelos trabalhadores.

Nesse contexto, a integração do movimento operário, isto é, sua cooptação via pacto fordista, se apresenta, segundo Bihl, como destino histórico do movimento operário socialdemocrata. Os sindicatos passam a atuar somente como negociadores do pacto entre patrões e operários, buscando apenas melhores salários e mais benefícios sociais. Os sindicatos perdem seu caráter de combatividade e contestação da ordem burguesa, pois não mais discutem a questão da supressão da exploração intrínseca à sociedade capitalista, mas apenas

⁹⁸ Sobre a possibilidade de atuar dentro do aparelho estatal em favor das classes subalternas, não em termos de movimentos sociais, mas a nível profissional, observar o projeto ético-político dos assistentes sociais brasileiros do fim do século XX seria um bom exercício.

a integração mais benéfica da classe trabalhadora na lógica capitalista mediada pelo pacto fordista.

O compromisso fordista tornou o movimento operário-sindical socialista, principalmente o de tipo socialdemocrata, “*incapaz de se adaptar às novas formas de luta do proletariado ocidental que resultam do próprio fordismo*”⁹⁹. O fordismo processa uma nova condição do proletariado. A parcelização e a mecanização dos processos de trabalho são acompanhadas da desqualificação do operário especializado e também da transferência de parte do proletariado fabril para o setor de serviços. O tipo de trabalho nesta fase do fordismo dificulta a identidade ideológica do operariado já que, não mais como antes, o trabalhador via na sua ação seu elemento de sociabilidade e reconhecimento social, mas sim um trabalho repetitivo e negador de sua dignidade.

Outro elemento desta nova condição dos trabalhadores está na transformação do trabalhador em consumidor, o que engendra uma relativa privatização do modo de vida do proletariado. Cada vez mais atomizado e isolado, o trabalhador teve reduzida cada vez mais sua identidade de classe produtora. Este é o grande resultado da transformação ideológica do produtor coletivo em consumidor individual. Mais um fator importante da caracterização deste novo proletariado é a sua mobilização geral, geográfica e profissional, pautada em camponeses que rumam para as cidades e várias mudanças entre os diversos ramos da produção (ou entre profissões). Uma maior estratificação dos segmentos burgueses e do *staff* administrativo, caracterizando uma maior dificuldade de compreensão das fronteiras entre classes, é também outro elemento da estrutura de classes no fordismo.

O novo operariado produzido em tempos fordistas é, então, segundo a denominação de Bihr, o *operariado-massa*. E este processo de massificação é altamente contraditório: suas características relacionadas ao mundo fabril contrastam com o mundo da reprodução social e do consumo — concentração (na fábrica) vs atomização; homogeneização vs personalização; redução da autonomia individual (no processo produtivo) vs aumento do desejo por maior autonomia individual (na esfera do consumo); entre outros. Não nos pode ser estranho que a revolta do operariado-massa surja como uma clara contestação aos métodos

⁹⁹ Op. cit., p. 51.

taylorista e fordista de produção e a sociabilidade que este regime de acumulação engendrou. Tal revolta, portanto, reivindicava, em termos gerais, um maior controle social da produção — ligação direta com o mundo da produção social — e uma maior satisfação (em termos de autonomia individual) na vida cotidiana — ligação direta com o mundo da reprodução social.

A revolta do operariado-massa é também uma contestação ao modelo sindical hegemônico e adaptado ao compromisso fordista, isto é, o movimento operário-sindical socialdemocrata. Esse novo tipo de contestação defendia a auto-organização coletiva dos trabalhadores, com grande semelhança com as idéias político-organizativas dos anarco-sindicalistas.

Entretanto, mesmo colocando em questão o regime fordista de acumulação em suas formas de produção e reprodução, estas novas formas de resistência do operariado-massa não tiveram condições de perceber e intervir politicamente em todas as mudanças que o fordismo produziu na sociedade. Por exemplo, os novos movimentos sociais que começavam a surgir não foram alvo de aliança prioritária por parte deste novo tipo de rebeldia operária. Outra fraqueza desta revolta foi não conseguir criar mecanismos permanentes de organização, ficando, portanto, limitada temporal e espacialmente, o que, conseqüentemente, a levou à fragmentação e à dispersão.

Mesmo assim, o capitalismo, demonstrando, mais uma vez, seu caráter cíclico, de crises e expansões, em seus marcos fordistas caminhou para o colapso em meados da década de setenta. Os limites do fordismo e a abertura de uma crise subsequente do capitalismo são bem sintetizados por Bihr nesta passagem:

“(…) diremos que o próprio fordismo finalmente caiu na ‘armadilha’ da massificação em que ele pegara o proletariado e que acabará impondo-lhe seus limites. Limites subjetivos, com a revolta do operariado-massa contra as formas fordistas de produção (trabalho em cadeia e trabalho por turnos), mas também com o deslocamento das práticas de consumo para fora da norma fordista. Limites objetivos, com a massificação do capital constante (e, particularmente, fixo), levando à diminuição dos ganhos de produtividade e à alta da composição orgânica do capital, enquanto a massificação do capital variável (força de trabalho) traduzia-se pela saturação dos mercados que sustentavam o crescimento fordista e pelo aumento dos ‘custos sociais’.”¹⁰⁰

¹⁰⁰ Op. cit., p. 73.

Tal crise do capitalismo, como nos diz Bihr, é *estrutural, duradoura, global e de solução essencialmente incerta*. A solução, até agora, encontrada pela burguesia para solucionar a derrocada do fordismo é justamente a conjugação entre reestruturação produtiva e neoliberalismo, já debatidos antes brevemente neste estudo.

De volta ao movimento sindical, consideramos que a crise do fordismo e, em consequência, do pacto fordista engendra o esgotamento do modelo socialdemocrático de sindicalismo. O sindicato “mediador” perde sua função no novo jogo capitalista de controle da força de trabalho. Tal formatação de luta não teve condições de adaptar-se às mudanças internas do capitalismo, no sentido, é claro, de combatê-las. Em termos gerais, dois foram os tipos de reação do modelo sindical socialdemocrata frente às transformações do capital a partir da década de 70. Alguns se fixaram apenas na defesa dos direitos sociais conquistados com o pacto fordista, defendendo o retorno dos termos de contratualidade entre capital e trabalho do período anterior, isto é, fordista-keynesiano. E há ainda outros que, apesar de conseguirem observar várias das novas configurações do capitalismo e novas condições da classe trabalhadora, pecam por tentar promover um acordo de classes de novo tipo, apelando para reivindicações tais como: participação democrática na empresa com algum controle sobre as novas tecnologias; redução do tempo de trabalho, com diminuição salarial; entre outras. As atitudes deste tipo de movimento sindical sinalizam para o quanto o movimento operário está em crise, sem estratégias frente ao novo ordenamento capitalista.

A fragmentação da classe trabalhadora, condição típica da nova fase do capitalismo — a acumulação flexível —, apresenta-se através de três grandes conjuntos de trabalhadores, muito bem definidos por Bihr: a) *proletários estáveis e com garantias*; b) *proletários excluídos do trabalho*; e c) *massa flutuante de trabalhadores instáveis* (subcontratados, terceirizados, domiciliares, temporários, contratados de tempo parcial, estagiários, informais etc.). O novo tipo de configuração do proletariado é complexo e heterogêneo, apresentando uma redução numérica em termos de trabalhadores clássicos fabris e acompanhado “*por unidades de subcontratação individual e de ‘serviços’*.”¹⁰¹ Estes grupos de

¹⁰¹ ALVES, Giovanni. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho. Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000. p. 66.

trabalhadores tendem a se isolar cada vez mais, dividindo enormemente a classe trabalhadora. Os estáveis apresentam reações corporativistas em relação aos instáveis e desempregados. São criados ciclos intermináveis de trabalho para as pessoas, onde elas a cada momento estão em uma situação, por exemplo: primeiro, instável; depois, desempregado; e, novamente, instável; tudo sempre em busca da (antiga) estabilidade. Os excluídos temporariamente do mundo do trabalho — resultantes do desemprego estrutural característico desta fase — apresentam-se guetizados socialmente¹⁰². Todo este processo tende a

“reativar e reforçar as antigas divisões e desigualdades de *status* no seio do proletariado: atingem mais os trabalhadores não-qualificados que os qualificados, as mulheres que os homens, os jovens ou idosos que os adultos, os estrangeiros que os nacionais.”¹⁰³

A nova ordem produtiva, que engendra a fragmentação do proletariado, se apresenta de três formas: a) a fábrica difusa (desconcentração produtiva e de administração da produção); b) a fábrica fluida (modificação das formas de organização do trabalho, visando eliminar tempos mortos e interrupções; automação dos movimentos produtivos, mas também dos fluxos de produção); c) a fábrica flexível (flexibilidade da produção em relação às novas demandas consumidoras cada vez mais diversificadas; organização flexível do trabalho, donde os polivalentes; flexibilização da força de trabalho e de suas formas de contratação; flexibilização do salário direto). As novas indústrias possuem trabalhadores centrais (qualificados e polivalentes) e periféricos (com estatuto salarial precário). Os operários centrais têm seu trabalho cada vez mais desmaterializado e intelectualizado.

O novo tipo de estranhamento entre operário e produto/processo de trabalho é caracterizado pela “*captura da consciência afetiva-intelectual do trabalho, [pela] busca contínua do consentimento do operário.*”¹⁰⁴ O operário, agora, é “guardião” da máquina, e não apenas “suporte” como antes no período fordista. Mas, em nossa opinião, não se suprime, neste processo, a exploração

¹⁰² Observemos, como exemplo, a situação dramática dos imigrantes argelinos na França.

¹⁰³ BIHR, ... Op. cit., p. 86.

¹⁰⁴ ALVES, ... Op. cit., p. 74.

e/ou a centralidade da força de trabalho no processo de extração do trabalho não-pago.

E a crise do fordismo também é a crise do seu padrão de consumo, donde um novo padrão de consumo emerge aliado às novas formatações da produção, pautado na diversificação das exigências de consumo privado. E tal consumo privado ultrapassa as demandas clássicas fordistas — como automóveis e eletrodomésticos —, passando a requerer mercadorias relacionadas à habitação, saúde, cultura e lazer.

Todavia, os equipamentos e serviços coletivos se apresentam para o consumo de forma bastante reduzida, já que não são lucrativos para o capital (nem se apresentaram lucrativos em longo prazo no período fordista). Segundo os ditames neoliberais, o Estado deve ser substituído pelo mercado na regulação e oferecimento destes serviços coletivos, através da “*privatização de sua produção e monetarização do seu consumo.*”¹⁰⁵

O que todos esses processos de mutação nos indicam é a transformação que o capitalismo opera em sua formatação externa. É o que Bihl chama de “*rediscussão da relação salarial*” e que tem como a consequência mais clara e decisiva para os trabalhadores a sua fragmentação. Observemos como o referido autor reflete sobre tal transformação:

“(…) No plano tecnológico, é o abandono progressivo da linha de produção fordista, composta por máquinas especializadas, em benefício de sistemas de equipamentos automatizados, garantindo a fluidez e a flexibilidade do processo de trabalho. No plano da organização do trabalho, é a ruptura com os princípios tayloristas e a recomposição do coletivo de trabalho no sentido de uma maior polivalência e autonomia das equipes e de uma maior poliatividade e envolvimento dos indivíduos. No plano do contrato de trabalho, são a rediscussão do ‘princípio’ do emprego de tempo integral e com duração indeterminada e o desenvolvimento de múltiplas formas de trabalho instável. No plano da formação de salários diretos, é a volta para uma certa forma de regulação concorrencial (regulação pelo mercado) pela desindexação, flexibilidade e individualização dos salários. E é, enfim, a revisão por baixo dos diferentes benefícios que compõem o

¹⁰⁵ BIHR, ... Op. cit., p. 95. Bihl nos dá o exemplo dos serviços médicos que são transformados em “*verdadeiras empresas capitalistas de prestação de serviços médicos.*” Op. cit., p.96.

‘salário indireto’ contra a lógica fordista de seu crescimento e extensão contínuos.”¹⁰⁶

A expressão concreta desse processo de heterogeneização da classe trabalhadora é a fragmentação e desmassificação do proletariado; condição que acaba por colocar em xeque, como já dissemos antes, o movimento operário de tipo socialdemocrático. A grande dificuldade que se coloca atualmente para o sindicalismo é conseguir promover a síntese da luta dos trabalhadores estáveis e dos instáveis. Estes últimos, que crescem mais e mais a cada dia, não estão sendo incorporados pelos sindicatos, já que nunca foram alvos prioritários da ação sindical. E aqueles se apresentam cada vez mais escassos! As tentativas desta união são defesas de um sindicalismo mais horizontalizado, como por exemplo, a indicação da sindicalização por ramo de atividade, e não por categoria profissional.

Uma conseqüência, talvez a mais nítida, da crise do sindicalismo na atualidade é a queda das taxas de sindicalização. “A *Europa Ocidental em seu conjunto (...)* reduziu [a sua taxa de sindicalização] de 41% em 1980 para 34% em 1989. (...) [No] *Japão (...)* caiu de 30% para 25%, no mesmo período, e os *Estados Unidos (...)* de 23% para 16% (...).”¹⁰⁷ A diminuição das ações de classe, como as greves, por exemplo, é outra expressão concreta desta crise. A construção de uma consciência de classe — isto é, do sentimento de pertença e da promoção de ações na defesa dos interesses de uma determinada classe social — é dificultada enormemente pela diminuição das ações de classe.

Algumas das tendências da crise contemporânea do sindicalismo, apontadas por Antunes (1995), são, em resumo: a) “*individualização das relações de trabalho*”, gerando o “sindicalismo de empresa”¹⁰⁸ (onde a relação individualizada entre capital e trabalho é incentivada e priorizada); b) flexibilização radical do mercado de trabalho e incapacidade do movimento

¹⁰⁶ Op. cit., p. 98.

¹⁰⁷ ANTUNES, Ricardo. “Dimensões da Crise Contemporânea do Sindicalismo: Impasses e Desafios”. In *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo, Cortez, 1995. p. 61.

¹⁰⁸ Ao referir-se a este tipo de sindicalismo, Alves (2000) o classifica dentro de um fenômeno que denomina de “novo americanismo”, dado à similitude deste ao formato de sindicalismo desenvolvido nos EUA, no pós-guerra, que é caracterizado por sindicatos integrados à ordem, isto é, co-gestores do controle do trabalho. A expansão deste tipo de sindicalismo não-combativo por todos os países capitalistas, nos marcos da reestruturação produtiva, caracteriza bem o atual período crítico e corporativista do movimento operário-sindical.

operário de fazer frente a estas transformações; c) esgotamento do modelo vigente de “sindicalismo de participação”; d) burocratismo e institucionalização dos sindicatos (moderados e sem identificação com o ideário anticapitalista); e e) o *individualismo* e a *resignação social* são acompanhados do *isolamento* e *coibição* dos movimentos de esquerda, tal qual “*um clima de adversidade e hostilidade contra a esquerda, contra o sindicalismo combativo e os movimentos sociais de inspiração socialista.*”¹⁰⁹

A necessidade colocada para o movimento sindical de ampliar suas bases para além dos muros fabris está mais clara do que nunca. As atuais negociações coletivas e greves pouco têm sido calcadas na percepção das novas configurações do proletariado; e, por isso, têm sido facilmente derrotadas, com raras exceções. E a falta de identidade da classe trabalhadora e a tríade formada por desemprego, instabilidade e insegurança são componentes de um caldo cultural cada vez mais explorado por soluções de extrema-direita (racismo, xenofobismo, neonazismo, entre outras expressões).

Por conseguinte, unir os trabalhadores estáveis e instáveis; acabar com o neocorporativismo — querelas entre instáveis e estáveis; derrotar o sindicalismo participacionista; defender um sindicalismo mais horizontalizado; acabar com a forte institucionalização e burocratização dos sindicatos; e, finalmente, sair da posição defensiva e retomar a articulação com luta revolucionária socialista: são estes os desafios colocados ao sindicalismo em sua atual condição crítica.¹¹⁰

E o último elemento sócio-histórico, que promove mudanças na configuração externa do capitalismo e recondiciona a classe trabalhadora enquanto força de trabalho — mas também naquilo que diz respeito à sua organização política —, é a passagem da internacionalização para a transnacionalização do capital. É o fim do desenvolvimento autocentrado dos países capitalistas centrais, pautados no intervencionismo estatal de tipo keynesiano. Nas palavras de Bihr, a economia mundial e

“seus movimentos constitutivos ao mesmo tempo *atravessam* as diferentes economias nacionais, e *ultrapassam-nas*, ao procurarem emancipar-se dos limites do Estado-nação, sem entretanto consegui-lo totalmente. Daí o caráter

¹⁰⁹ ANTUNES, ... Op. cit., p. 65 a 67.

¹¹⁰ Tais desafios estão indicados em ANTUNES, ... Op. cit., p. 68 e 69.

contraditório do espaço mundial atual, feito ao mesmo tempo de *homogeneização*, através dos fluxos de mercadorias, de capitais, de mão-de-obra, de tecnologias, de informações, etc., e de *fragmentação*, devido à persistência dos Estados-nações, e de *hierarquização*, imposta pelos desenvolvimentos desiguais sobre os quais repousa a divisão internacional do trabalho.”¹¹¹

Com o enfraquecimento do Estado típico do período fordista, portanto, o movimento operário socialdemocrata perde seu principal espaço de ação, isto é, o espaço nacional, dado que sua maior preocupação sempre foi conquistar e exercer o poder de Estado através da via eleitoral-parlamentar. A mundialização do capital produziu a internacionalização dos capitalistas e corroborou com a fragmentação — situação diferente, por exemplo, do início do século XX, onde, em termos bem gerais, podemos identificar os capitalistas mais divididos e os trabalhadores mais homogêneos em torno do ideário socialista.

Com o avanço da organização internacional da burguesia, faz-se necessária uma maior sintonia internacional entre os trabalhadores em suas lutas. Entretanto, os sindicatos têm tido pouco poder de reflexão sobre a atual configuração do capitalismo. Muitos setores de esquerda, no máximo, defendem os capitalistas nacionais contra os estrangeiros. Os trabalhadores em alguns países, portanto, vêm desenvolvendo ações de tipo nacionalistas e regionalistas, que acabam por produzir cisões na classe trabalhadora. Tais ações geram um caldo cultural facilitador de racismos variados, já referido neste trabalho anteriormente, principalmente os de tipo xenofóbico.

O problema central da divisão interna da classe trabalhadora não reside na migração — e o racismo que lhe tem sido subsequente —, mas sim no desemprego estrutural que atinge, cada vez mais, maiores contingentes da massa de trabalhadores do mundo, opondo-os entre poucos qualificados e muitos desqualificados, poucos estáveis e muitos instáveis. Todo esse processo apenas atesta a urgência da recolocação na ordem do dia de uma antiga necessidade da luta dos trabalhadores: a organização política do proletariado em escala internacional.

Em termos sucintos, estes são os processos sociais que marcam o movimento operário-sindical na sociedade capitalista do final do século XX e

¹¹¹ BIHR, ... Op. cit., p. 109. Grifos do autor.

deste início de século XXI. As transformações do capitalismo e seus rebatimentos na organização sindical dos trabalhadores foram alvos deste momento específico da nossa dissertação. Agora, nos debruçaremos sobre os novos movimentos sociais que emergem e ganham força, principalmente, no período após a Segunda Guerra Mundial.

A Crise dos Novos Movimentos Sociais

Os aqui denominados novos movimentos sociais são as diversas expressões de organização, mobilização e luta políticas — algumas até com caráter de manifestação cultural — por parte de segmentos sociais específicos, que irrompem em meados do século XX, mormente no período posterior à Segunda Guerra Mundial¹¹². Tais lutas possuem objetivos mais específicos e limitados que a luta sindical e partidária; o que, de forma alguma, exclui a sua importância na luta pela transformação da realidade opressora burguesa. As faces mais comuns destes movimentos, por exemplo, têm sido os movimentos feminista, negro e *gay*.

Por conseguinte, os novos movimentos sociais não são uma conceituação abstrata, criada pela imaginação dos cientistas sociais. São, na verdade, expressões reais e concretas — neste caso, políticas e ideo-culturais — de um determinado momento concreto do capitalismo. Logo, é a dinâmica do real que coloca questões para a reflexão dos teóricos, e não o contrário, como nos fazem supor as ciências burguesas¹¹³.

Podemos identificar como elementos sócio-históricos que especificam os novos movimentos sociais frente aos movimentos sociais tradicionais, os seguintes traços destes fenômenos, presentes em Braz (2000):

“as manifestações da contracultura; a crítica às conseqüências do desenvolvimento do capitalismo nos países avançados, principalmente a crítica ao

¹¹² Isto significa dizer que tais lutas existiam antes, mas de forma ainda embrionária.

¹¹³ Dentre as quais, as ciências sociais e suas infinitas especificações têm se esforçado para galgar aos primeiros escalões das ciências de ponta. E agradar o *status quo* não tem sido um problema para as ciências sociais “aplicadas”, pelo contrário.

consumismo e ao individualismo; a crítica aos métodos da chamada ‘esquerda tradicional’, identificada no marxismo-leninismo.”¹¹⁴

Tais características já nos permitem dizer sobre a possibilidade que é aberta para a multiplicação dos formatos e reivindicações políticas destes movimentos. E isso foi levado a cabo, expressando-se na infinidade de novos movimentos sociais que se formaram ao longo das últimas cinco décadas. Tais expressões políticas buscam um reforço de valorização da subjetividade como temática para os movimentos políticos e defendem a prática política cotidiana como o espaço político-temporal de ação dos seus membros. Braz afirma que três são os aspectos centrais que caracterizam este novo tipo de participação política na sociedade:

“[o] reconhecimento da existência de dimensões da vida social que escapavam ao controle do Estado (...); a compreensão inovadora de que haveria uma capacidade auto-organizativa dos trabalhadores que funcionaria como alternativa aos sindicatos e aos partidos ‘tradicionais’; o entendimento dessas ‘novas formas de participação’ como elementos portadores do futuro (...).”¹¹⁵

As manifestações, em sua grande maioria atos políticos da juventude, que compuseram o Maio de 68 são o marco histórico da explosão destes movimentos sociais de novo tipo. Suas lideranças juvenis eram, em boa parte, ex-militantes de partidos tradicionais da esquerda (comunistas e socialistas) que foram expulsos ou romperam com a vida partidária por não concordarem, principalmente, com sua estrutura organizativa. A crítica destas lideranças juvenis apontava um imobilismo nos partidos tradicionais, que deveria ser suplantado através do radicalismo das ações da juventude.

Um novo elemento, segundo Araújo (2000), é trazido por estes movimentos juvenis: uma nova defesa teórico-política do emprego da violência; mas não de qualquer violência, mas sim a violência-resposta. Diz Araújo que

¹¹⁴ BRAZ, Marcelo. “O Debate Teórico acerca dos Novos Movimentos Sociais no Brasil: um Balanço Crítico”. In *Revista Serviço Social e Movimento Social*. Vol. 1, nº 2. São Luís: EDUFMA, 2000. p. 121.

¹¹⁵ Op. cit., p. 122 e 123.

“em meio aos anos de enaltecimento à paz e ao amor, do movimento *hippye*, da onda de transcendentalismo que tomou conta de uma parcela da juventude, a prática política proposta e vivida por outros tantos jovens renovava o sentido da violência. Uma parte da esquerda ocidental (nos Estados Unidos e em vários países da Europa) rendia-se aos encantos da violência e se esforçava para justificá-la teoricamente, produzindo mesmo um enaltecimento da violência. Um enaltecimento teórico que acompanhava o recrudescimento de experiências de luta armada e guerrilhas em vários pontos do Terceiro Mundo: Argélia, China, Vietnã, Cuba e outros países da América Latina.”¹¹⁶

Essa juventude “rebelde” possuía ainda como características a supervalorização da ação e a defesa da democracia direta e participativa. Também é característica destas expressões políticas a movimentação rumo ao povo, isto é, rumo à classe operária — o que se justifica em parte pela composição pequeno-burguesa destes novos movimentos sociais, formados por universitários, artistas e intelectuais. Outros elementos ainda apontados por Araújo sobre tais movimentos são

“a valorização do cotidiano, do indivíduo, das relações pessoais, dos sentimentos e das emoções. (...) e evidenciava a busca de uma nova postura política — o que só poderia ser possível com uma nova lógica discursiva diferente da *teoria marxista* e que se voltava para a transformação no plano individual, local, parcial, fragmentado. Essa outra lógica surgirá a partir da segunda metade da década de 1970 com os movimentos de minorias políticas e com a teoria de Michel Foucault.”¹¹⁷

Mas a principal questão destas novas expressões políticas era a discussão da democracia direta, isto é, sem intermediários; e acrescentamos: sem a centralidade do partido nos processos de luta — se possível, até sem eles! Em meados da década de setenta, então, começam a surgir movimentos políticos organizados de segmentos sociais específicos na tentativa de substituir às diversas

¹¹⁶ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: as Novas Esquerdas no Brasil e no Mundo na Década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 38.

¹¹⁷ Op. cit., p. 43. Grifos nossos. Qualquer semelhança entre as teorias que embasam os novos movimentos sociais e as teses pós-modernas não é mera coincidência. Podemos notar que muitos que compartilharam das lutas deste período, capitularam frente à realidade das décadas neoliberais e passaram a se dedicar única e exclusivamente aos delírios pós-modernos.

organizações de esquerda, sendo os mais importantes, como referimos anteriormente, o feminista, o *gay* e o negro.

Nos países onde estes fenômenos políticos foram promovidos, os partidos de esquerda e as centrais sindicais tinham dificuldades de estabelecer alianças com tais movimentos, pois não observavam algum potencial anticapitalista nestas manifestações. Por isso, não puderam capitalizar para a luta universal da classe trabalhadora os movimentos de 68. A esquerda pautada nos novos movimentos sociais, na França de 1968, era dissidente do Partido Comunista Francês (PCF), em sua grande maioria. Já o Partido Comunista Italiano (PCI) estava melhor conectado com os acontecimentos de 68 e tinha críticas à URSS semelhantes às críticas elaboradas por esses novos movimentos políticos. Mas, mesmo assim, foi alvo de críticas internas e dissidências¹¹⁸, similarmente ao resto do mundo. Na Alemanha da década de 60, a revolta estudantil não foge a regra: ou é crítica, ou é dissidente dos partidos comunista ou socialista alemães¹¹⁹. Ainda neste país, os movimentos ecológicos e pacifistas caminharam para a formação do Partido Verde.

Em Araújo — apesar do esforço da autora em demonstrar-se apartada desta realidade — encontramos uma defesa velada desta nova formatação da esquerda, em que podemos encontrar aquilo que é o substrato da proposta teórico-política de uma parte significativa destes novos movimentos sociais e que, em nossa opinião, é o que põe tais movimentos a uma condição crítica frente à realidade avassaladora neoliberal nos dias atuais. É uma ode ao pós-modernismo individualista:

*“Política na primeira pessoa. Falar em nome próprio. Valorizar a experiência pessoal e singular. Afirmar a especificidade. Respeitar a diferença. Cuidar de si. Não é, exatamente, a posição teórica — e política — formulada por Michel Foucault, mas dela se aproxima. Revela, pelo menos, o mesmo tipo de insatisfação com o lugar e a importância do sujeito na História e nos grandes acontecimentos. Revela o mesmo tipo de preocupação com algumas questões como a subjetividade, a especificidade, a diferença, [faltando apenas o gran finale: a fragmentação!].”*¹²⁰

¹¹⁸ Suas principais dissidências foram *Il Manifesto* e as Brigadas Vermelhas (esta última foi um movimento de luta armada).

¹¹⁹ É notável a influência da Escola de Frankfurt sobre estes movimentos da juventude alemã.

¹²⁰ Op. cit., p. 70. Grifos nossos.

Podemos resumir a caracterização dos novos movimentos sociais — que a autora referida denomina de “*esquerda dissidente*” — através dos seguintes traços: a) crítica ao comunismo oficial (capitaneado pela URSS); b) valorização do indivíduo como sujeito da política (das emoções e do cotidiano); c) desconfiança em relação às formas tradicionais de organização: crítica a democracia representativa e defesa da democracia direta; d) a questão da diferença e das minorias políticas; e, em termos gerais, e) crítica à “*noção tradicional de esquerda vinculada à cultura marxista.*”¹²¹

A partir de finais da década de setenta, inicia-se um processo de rejeição à opção armada de resistência popular. Os novos movimentos sociais adquirem cada vez mais traços que os afastam da tradição marxista, aproximando-se das visões que valorizam a fragmentação, em confronto direto, portanto, com a perspectiva de totalidade e universalidade do marxismo. As características destes movimentos são legatárias e ainda parecidas com os traços de seus predecessores; mas possuem, em resumo, cada vez menos, potencialidades anticapitalistas. A política, para estes movimentos, é entendida como exercício difuso do poder, isto é, fragmentado, encontrando em Deleuze, Guattari e, principalmente, em Foucault a justificativa teórica para estas posições.

Os movimentos sociais da década de sessenta eram críticos ao marxismo oficial — leia-se soviético —, mas mantinham algumas relações com o marxismo e suas noções de totalidade e sujeito universal, através de autores como Gramsci, Mao, da Escola de Frankfurt, entre outros. Mas esta fase é ultrapassada e um momento menos combativo é plasmado, onde os teóricos da chamada “*utopia fragmentada*”¹²² apostam que as lutas das minorias ou lutas específicas não convergem para uma universalidade. Elas (apenas) se comunicam, se relacionam.

Não é de difícil percepção que a totalidade destes movimentos não enxergam no mundo da produção seu campo de atuação privilegiado, relegando ao mundo da reprodução social o seu *locus* principal de ação e mobilização política. E o debate teórico acerca destes movimentos sociais é caracterizado justamente por um suposto “*deslocamento das lutas sociais da esfera da*

¹²¹ Op. cit., p. 72.

¹²² Referencia ao livro de Araújo (2000), p. 112.

produção para a esfera da reprodução, do consumo coletivo”¹²³ e pela hipervalorização do “mundo da política”.

Não só a maioria dos teóricos presentes no debate atual sobre os rumos os novos movimentos sociais, mas também eles próprios caminham por estradas que os levam à capitulação frente à realidade burguesa, quando não à sua consciente reprodução ampliada. As abordagens mecanicistas, ecléticas e fragmentadoras do real são a tônica deste debate que derrapa no pós-modernismo — tão ao gosto do pensamento acadêmico nos dias de hoje, para o deleite do capital — defensor do fim da centralidade do trabalho e da luta de classes na plasmação da realidade social. Em geral, nestas discussões a pseudo-recusa — no máximo, de caráter ético — do capitalismo é normalmente acompanhada também pela recusa do projeto socialista¹²⁴ ou pela inexistência de alguma outra referência societária alternativa.

O que afirmamos como a crise dos novos movimentos sociais é a realidade na qual estas expressões políticas não objetivaram as transformações que tinham como potencialidades, justamente porque se afastaram da organização mais ampliada da classe trabalhadora, não se entendendo enquanto parte e momento específico desta organização para a luta. E, ao mesmo tempo, porque encontraram um momento sócio-histórico propício para a reivindicação e obtenção fragmentada de direitos, a saber: o período da avalanche neoliberal. Portanto, tal período possibilitou um duplo movimento: a derrota do potencial transformador dos novos movimentos sociais e a incorporação das demandas destes movimentos de forma fragmentada, dispersando-os e isolando-os da luta mais geral da classe trabalhadora.

Isto posto, passaremos agora ao momento da nossa dissertação em que tentaremos expor o desenvolvimento da concepção de socialismo dos petistas. Num Brasil recém saído da autocracia burguesa, expressa pela ditadura militar, e imerso nas atuais transformações do ordenamento capitalista mundial, a luta dos trabalhadores brasileiros, neste período crítico, passou a ter um protagonista político-partidário central: o Partido dos Trabalhadores (PT). Vejamos como tal partido nasceu, cresceu e apresentou suas concepções políticas.

¹²³ BRAZ, ... Op. cit., p. 123.

¹²⁴ E dos outros elementos que o acompanham: o marxismo, a mediação partidária, etc.

Capítulo 3

Interseções entre Petismo e Socialismo

Com o objetivo de nos aproximar teoricamente dos fundamentos históricos que permitem a consideração do PT como mais uma expressão da tradição socialista, percorremos brevemente nos dois capítulos anteriores tanto o evoluir histórico desta tradição quanto a evolução contraditória e crítica do capitalismo contemporâneo. Agora, a título de avançar finalmente sobre o objeto central do estudo — o socialismo petista —, delinearemos alguns aspectos internos e específicos do desenvolvimento histórico próprio do PT, para depois, então, abordar a concepção de socialismo consubstanciada nas diretrizes políticas elaboradas e consolidadas pelos eventos congressuais do partido.

Todavia, consideramos necessário já neste instante apresentar, mesmo que de forma inicial, uma determinada abordagem sobre o socialismo pretendido pelos petistas. Podemos, como veremos adiante, caracterizar o processo de desenvolvimento do PT em dois momentos fundamentais: o primeiro, que compreende o período entre os eventos de fundação do partido e os acontecimentos finais dos anos oitenta, em que aparece marcando posições e se consolidando na vida política brasileira; e o segundo, posterior à derrota nas eleições presidenciais de 1989 e que avança até os dias de hoje, em que, já consolidado e institucionalizado, o partido sucumbe à dinâmica político-eleitoral. O socialismo, expresso como negatividade anti-capitalista e anti-comunista, aparece na primeira fase como elemento de afirmação da identidade partidária. No segundo período, identificando o socialismo como uma referência valorativa, os petistas encontram-se a caminho de um neopossibilismo.

Traços do Desenvolvimento Histórico do Partido dos Trabalhadores

O Surgimento do Partido dos Trabalhadores

No Brasil, na passagem dos anos cinquenta para os sessenta do século passado, mais exatamente no Governo João Goulart, as contradições advindas da expansão do capital promoveram um crescimento significativo das lutas do proletariado, do campesinato e da pequena burguesia por uma via mais democrática de desenvolvimento capitalista. O aprofundamento destas lutas e a possibilidade de sua radicalização não interessavam à burguesia monopolista tanto nacional quanto, principalmente, internacional. E o golpe de 1964 representa a expressão viva da solução política encontrada pelas classes dominantes, nacionais e internacionais, para promover a concentração cada vez maior do capital. O Estado autocrático seria o defensor seguro e definitivo do monopólio do capital. E é justamente durante o período da autocracia burguesa no Brasil que o capitalismo de tipo taylorista-fordista alcança seu auge de desenvolvimento, o que ocorre na passagem para os anos setenta. São os tempos do “milagre brasileiro”, segundo a ideologia oficial. Mas a ordem cíclica da acumulação capitalista apresenta para o mundo a crise da década de setenta, onde o novo tipo de ordenamento internacional demanda dos países subalternos maiores obtenções de bens de produção, mesmo que tais países não tivessem mercado interno suficiente para absorver os produtos destes novos bens de produção incorporados. Daí decorre a crise brasileira posterior ao “milagre”: superprodução e subconsumo são gerados e não são criados os meios de pagamento dos bens de produção “importados” pela burguesia nacional. A consequência trágica para os países periféricos é o endividamento externo e a pauperização cada vez maior das classes trabalhadoras¹²⁵.

A intervenção do Estado a partir do golpe de 1964 deve ser apreendida como um esforço de rearranjo da relação entre as classes sociais fundamentais do

¹²⁵ A política salarial, como componente específica da política econômica dos governos militares, era pautada no congelamento dos salários — na linguagem da classe trabalhadora: é o arrocho —, proporcionando uma concentração de renda de grande monta, colocando sobre os ombros dos trabalhadores os encargos do desenvolvimento capitalista. A pauperização (absoluta e relativa) da classe operária se tornava cada vez mais evidente.

capitalismo brasileiro. O enorme fortalecimento da organização e mobilização das classes trabalhadoras no início dos anos sessenta e suas pressões por reformas nos rumos do capitalismo e por melhores condições de vida pressionaram as classes dirigentes brasileiras a adotarem soluções radicais para a manutenção do desenvolvimento monopólico do capital. Portanto, foram as tensões pré-64 que provocaram o golpe militar, pois expressavam a contradição entre os interesses do capitalismo multinacional e nacional (associado ao externo) e a mobilização dos diferentes estratos da classe trabalhadora, que se intensificaram bastante nesse período, principalmente no Governo Jango (1961-64).

A política econômica dos governos militares se diferenciava de suas precedentes — inclusive de suas antecessoras mais privatistas —, pois objetivava estabilizar a economia, tentando “*controlar certos desequilíbrios e estrangulamentos internos e externos*”, pautando-se numa lógica de “*interdependência e modernização*”, necessária à incorporação do Brasil ao “*capitalismo mundial, sob hegemonia dos EUA.*”¹²⁶ Tal interdependência estava referida às relações internacionais brasileiras com os países centrais — principalmente os EUA —, o que demonstra a tentativa destes governos de apresentar-se como favoráveis a um desenvolvimento autônomo, quando, em verdade, favoreciam o incremento, em larga escala, da dependência e da vulnerabilidade externas.

Porém, é inegável o avanço das forças produtivas brasileiras neste período, como também é inegável que tal desenvolvimento pudesse escapar das tendências inerentes à produção capitalista. A crise pela qual atravessava o capitalismo mundial durante os anos setenta não passa ao largo do Brasil. A política econômica interna brasileira também não colabora para a diminuição dos impactos da crise mundial: a política salarial de “arrocho”, por exemplo, promove o subconsumo decorrente da diminuição aviltante da massa salarial da maioria da população brasileira. Tal crise

“se mostra nos índices inflacionários, na recessão e no desemprego, nas elevadíssimas taxas de juros e na crise do balanço de pagamentos, na dívida

¹²⁶ IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Cap. VII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996. p. 260.

externa e na crise fiscal, esta decorrente do malbaratamento das finanças públicas para subsidiar os monopólios e o latifúndio.”¹²⁷

A insatisfação popular advém não somente do fato das pessoas estarem num período de exceção política, mas também porque cresciam cada vez mais os índices de pauperismo de uma parcela considerável da população brasileira. A crise da ditadura militar brasileira não deve ser enxergada como uma simples crise de legitimidade política de um regime autocrático frente a uma população mobilizada para a derrocada de tal situação opressora. Esse é, com certeza, um dos elementos sócio-históricos presentes no processo de enfraquecimento da ditadura militar. Mas não podemos colocar num segundo plano a crise econômica pela qual passava o capitalismo em termos mundiais e nacionais.

A disputa pelos rumos da redemocratização brasileira pós-ditadura militar, onde as classes trabalhadoras e a burguesia são os sujeitos políticos principais, é bem definida nesta passagem:

“O momento político é de instabilidade e transição, não correspondendo aos objetivos imediatos de nenhuma das forças do cenário político nacional. Sob forte pressão da crise econômica e social, ele reflete também o quadro mundial de graves tensões e de grandes transformações. Todas as forças políticas pretendem modificá-lo, numa ou noutra direção.

Mas seu eixo básico é constituído pela luta entre o regime, com seu projeto de auto-reforma, e as forças democráticas, que pretendem um novo regime, democrático, e modificações econômico-sociais tanto imediatas quanto de caráter estrutural.”¹²⁸

O panorama político deste período é caracterizado sinteticamente pelo aumento das lutas das massas populares pela redemocratização, pela crise de legitimidade do regime militar e pelas relações conflituosas que permeiam o bloco de forças no poder. E também é um momento de reavivamento do movimento operário-sindical. Neste período, o capitalismo brasileiro alcança um novo patamar de desenvolvimento e, logo, altera a estrutura e as relações entre as classes. Com uma população majoritariamente urbana, uma sociedade civil

¹²⁷ *Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira. Encontro Nacional pela Legalidade do PCB.* São Paulo: Novos Rumos, 1984. p. 21.

¹²⁸ Op. cit., p. 24.

renovada e complexa e um Estado a serviço dos monopólios e da inserção subordinada na dinâmica internacional do capitalismo, o Brasil alcança uma fase de pleno estabelecimento das duas classes sociais fundamentais: a burguesia¹²⁹ e o proletariado¹³⁰.

A oposição à ditadura no plano institucional possuiu como principais sujeitos a Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Este último era o partido político presente no bipartidarismo instituído pelo regime militar e que foi constituído para servir de contraponto ao partido do regime (ARENA). O MDB, menos que um verdadeiro partido, era uma frente política, na qual forças democráticas variadas estavam presentes, tentando fazer valer suas idéias e propondo eixos de luta diferenciados de oposição regime. Apesar de ter sido um partido permitido pelo regime, além de ser constituído por algumas forças políticas não ligadas historicamente à luta dos trabalhadores, não podemos deixar de considerar o MDB como o principal eixo da frente democrática contra o regime militar. E também merece destaque a intervenção dos setores progressistas da Igreja Católica, neste período de exceção, pela sua defesa dos direitos humanos, por sua denúncia das atrocidades do regime e pela colaboração em diversos momentos com diversos militantes perseguidos pela repressão.

Já os movimentos de massas na luta contra o regime militar possuem a perspectiva mais radical contra a ditadura e a situação das classes populares brasileiras, muitas vezes apresentando, inclusive, o caráter socialista. Tais movimentos

¹²⁹ As classes dominantes são formadas pela oligarquia industrial, comercial e financeira, pela burguesia não-monopolista e até por setores opostos ao imperialismo; e também pelas oligarquias latifundiárias brasileiras, que passaram por um processo de modernização e aburguesamento.

¹³⁰ Já a classe trabalhadora que se constituiu no Brasil até o fim da década de setenta é a maioria da população economicamente ativa, tem seu nível de cultura geral e política mais elevado, sua maior parte está com menos de trinta anos e possui um forte contingente feminino. São estratos da classe trabalhadora o operariado fabril, os empregados (trabalhadores assalariados dos setores de comércio, finanças, seguros, publicidade e serviços públicos) e os assalariados rurais e camponeses. Notemos que os assalariados rurais e camponeses são cada vez mais expulsos para as cidades pelo monopólio capitalista rural. O pequeno produtor também se torna raro (e miserável). É imensa a mobilidade geográfica deste estrato da população trabalhadora brasileira neste período. Tal movimento é conceituado como “êxodo rural”. E as camadas médias urbanas — transitórias entre burguesia e proletariado — passaram por crescente assalariamento, aproximando-as do proletariado e das lutas pela redemocratização, sendo os tipos mais comuns destas camadas os intelectuais e a pequena burguesia urbana.

“demonstram que um novo dinamismo democrático e pluralista vai emergindo do mundo do trabalho e da cultura e que um novo modo de se fazer política tende a se afirmar no país, calcado no cotidiano das massas populares (...).”¹³¹

Promovendo a mobilização de massa da classe trabalhadora estão aquelas organizações que se propõem a representar os trabalhadores na luta por um projeto alternativo à sociedade capitalista. Antes de 64, apenas o PCB se propunha como alternativa revolucionária consistente para a classe trabalhadora¹³². A partir de então, ocorreram diversas dissidências do PCB e formaram-se organizações políticas que se pretendiam representantes da luta revolucionária da classe trabalhadora, todas críticas de alguma forma às estratégias ou táticas do PCB¹³³.

¹³¹ Op. cit., p. 101.

¹³² Não realizaremos aqui uma exposição da importância do PCB para a organização política brasileira, mas, a título de ilustração, indicamos que um partido que em seus mais de oitenta anos de existência estava na ilegalidade grande parte deste tempo, deve ser bastante incômodo para as classes dominantes. Cabe-nos, então, expor sinteticamente que a estratégia básica deste partido foi a principal causa de suas dissidências iniciadas na década de sessenta. Tal estratégia era pautada no vislumbamento de que o Brasil necessitava passar por uma revolução burguesa-nacional, para então poder realizar uma revolução proletária. Logo, em resumo, o Brasil ainda não tinha acumulado as condições históricas para ser atravessado por uma transformação de tipo socialista. E sua tática para aquele momento — o início da década de sessenta — era a via pacífica; naquele momento, por exemplo, o PCB defendia as reformas de base, o que era alvo de severas críticas no interior da esquerda.

¹³³ A primeira cisão do partido ocorre em 1962, quando é fundado o Partido Comunista do Brasil, que apesar de manter praticamente inalterada a estratégia do PCB, opta taticamente pela luta armada. Outras organizações também começam a romper com o PCB: o Partido Operário Revolucionário Trotskista (POR-T) e a Organização Revolucionária Marxista (ORM-Polop) são grupos trotskistas — o primeiro, ortodoxo, e o segundo, com influências também de Rosa de Luxemburgo e Bukharin — que criticavam a concepção de etapas dos PC's e acreditavam na necessidade da revolução socialista naquele momento. A Ação Popular (AP) formou-se em 1962 com forte base católica — através da Juventude Universitária Católica (JUC) — mas também com religiosos protestantes, intelectuais, jornalistas, artistas, professores e estudantes universitários. Possuía uma influência forte do socialismo pautado no humanismo cristão e também era crítica a URSS e ao etapismo do PCB. Com a ditadura, passou a defender a luta armada, através de forte influência maoísta — em 1971, chega a transformar-se em Ação Popular Marxista-Leninista (APML). Possuiu grande influência e atuação no movimento estudantil e nas reformas de base. As críticas em geral direcionadas ao PCB eram as seguintes: etapismo; aliança errônea com a burguesia nacional; não era aceitável defender as reformas de base (reformismo); a via pacífica deveria ceder lugar à luta armada (imobilismo). Depois de 1968, várias outras organizações — de vida curta — foram criadas, defendendo a necessidade urgente da luta armada, em resposta ao AI-5. São elas: Ala Vermelha, Partido Comunista Revolucionário (PCR), MR-8, Comando de Libertação Nacional (Colina), Aliança Libertadora Nacional (ALN), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) e VAR-Palmares. Todas dissidências do PCB, principalmente, PC do B e ORM-Polop e também resultados de fusões entre elas mesmas. A esquerda dissidente em solo brasileiro seguia, então, as tendências das esquerdas dissidentes internacionais: a opção pela violência, o radicalismo, o culto à ação e do pragmatismo e as referências em Guevara, Mao, Débray e Fanon são aspectos que as aproximam das críticas a nível mundial que começam a ser feitas ao marxismo ligado à tradição da III

Já na década de setenta, essa esquerda armada perde terreno no Brasil. As razões para tanto são: a grande repressão imposta pelo regime militar e a crítica e autocrítica que ocorrem no interior da esquerda dissidente — em termos mundiais e brasileiros — sobre o uso da violência e suas conseqüências enquanto tática revolucionária. Passam a ser novos esforços desses grupos “*aumentar espaços de legalidade, romper a clandestinidade e garantir um espaço público e aberto para a luta política.*”¹³⁴ A renovação da oposição ao regime militar, após a crítica e autocrítica da luta armada, não se deu de forma linear, observando-se um enorme número de conflitos entre governo e oposição. Isto quer dizer que, apesar de abandonar a tática de confronto armado, esta parte da esquerda manteve sua oposição ao regime e este manteve sua repressão a tais grupos. A tática luta armada é, então, substituída pela tática de resistência ao regime militar, através das lutas por liberdades democráticas frente à autocracia. Incorporam-se, portanto, à luta pela redemocratização, apesar de manterem suas diferenças entre si e, principalmente, com o PCB, pois ainda acreditam na necessidade imediata da revolução socialista.

Durante a autocracia burguesa, o movimento sindical combativo delineou-se a partir duas soluções básicas: a) lutar “por dentro” da estrutura sindical — opção escolhida pelos sindicalistas ligados ao PCB; e b) criar estruturas sindicais alternativas como, por exemplo, comissões de fábrica clandestinas — opção dos sindicalistas críticos ao PCB. Daí para frente, neste período, todas as polêmicas do movimento sindical giraram em torno da oposição entre os sindicalistas pecebistas e os sindicalistas críticos, em algum nível, ao PCB. Dessa crítica à prática político-sindical dos comunistas nascerá o chamado novo sindicalismo¹³⁵, centrado no círculo industrial automobilístico do ABC paulista e liderado por Lula, mas que passa a ter influência nacional. Dois exemplos de diferenças entre comunistas e sindicalistas “autênticos” são as questões da central sindical e da

Internacional, isto é, ligados a Moscou. Outro elemento interessante dessa esquerda dissidente tanto no Brasil, como no mundo, é composição etária desses grupos, sempre contanto, em sua maioria quantitativa, com pessoas muito jovens e críticas aos mais velhos e experientes.

¹³⁴ ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: as Novas Esquerdas no Brasil e no Mundo na Década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 115. Não podemos deixar de considerar uma ironia que o PCB defendia essas bandeiras desde o início da ditadura e com o fracasso da tática armada tais grupos adotem as propostas semelhantes aos comunistas.

¹³⁵ Podemos identificar quatro grupos diferentes de sindicalistas neste período: os pelegos; os comunistas, representados pela Unidade Sindical (ligados ao PCB); o novo sindicalismo (ou sindicalismo “autêntico”, segundo eles próprios); as Oposições Sindicais, grupo variado, composto pelos sindicalistas ligados a Ação Popular (AP) e pelas diversas correntes trotskistas existentes.

constituente. Os comunistas avaliavam que se uma central sindical fosse construída, o maior número possível de sindicatos deveria ser incluído, inclusive os comandados por pelegos. Já o novo sindicalismo era contrário à entrada dos pelegos, desejando apenas a entrada dos combativos. Em relação à constituinte, os comunistas, que já a vinham defendendo desde o final dos anos sessenta, continuam a fazê-lo, junto com outras entidades como a OAB. Mas o novo sindicalismo nascente nega a luta institucional-parlamentar, na esteira de sua crítica ao atrelamento sindical ao Estado. Portanto, o novo sindicalismo caracterizava-se pelo basismo, pelo espontaneísmo, pela sua contrariedade às alianças e seu sectarismo, por defender a criação de entidades paralelas às sindicais oficiais, pela discriminação aos comunistas e pela defesa do pluralismo sindical.

Em relação aos novos movimentos sociais, movimentos sociais urbanos ou afins, podemos dizer que surgem no final dos anos setenta, na esteira das condições aviltantes de sobrevivência da classe trabalhadora, advindas do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e seus impactos na vida urbana e também rural. São diversos movimentos políticos organizados, que lutam por reivindicações específicas no seio da classe trabalhadora. Estudantes, feministas, negros, índios e ecologistas se organizam em movimentos separados com o intuito de defender suas demandas específicas. Outros movimentos são voltados para reivindicações por saúde, habitação, saneamento, educação e, na área rural, pela reforma agrária. Alguns desses movimentos já existiam — como o movimento estudantil, por exemplo —, mas ganham forças e sustentação política, principalmente por parte da esquerda dissidente. Parte considerável destes movimentos possui também um tom crítico ao regime militar, mas não necessariamente assumem um caráter socialista ou conectado com a luta mais ampla da classe trabalhadora¹³⁶. Tais movimentos tinham forte influência de seus similares internacionais, dos EUA e da Europa, principalmente.

¹³⁶ Em face destas novas modalidades de luta, as vanguardas da esquerda brasileira assumiram posições variadas. O PCB, o PC do B e o MR-8 observavam com receio estes movimentos, pois temiam que eles pudessem dividir ainda mais a luta da classe trabalhadora. A APLM, por exemplo, fazia parte do grupo mais sensível e favorável às questões das “diferenças” e que buscava relacionar-se com tais movimentos. E existia a posição dos próprios militantes destes movimentos em relação às vanguardas e partidos de esquerda: tinham receio de perder a autonomia do movimento frente a estas organizações.

Neste período marcado, por um lado, pelas transformações do capitalismo no mundo e no Brasil e, por outro, pelos novos desafios às lutas da classe trabalhadora também nesses dois níveis, podemos afirmar que o processo de formação do Partido dos Trabalhadores (PT) é resultado de um duplo movimento: o primeiro diz respeito às condições de existência econômico-sociais das classes subalternas no Brasil ao fim dos anos setenta, resultado da expansão do capital monopolista; e o segundo diz respeito ao acúmulo de divergências e dissensões políticas no interior da própria esquerda, expresso nas mais diversas críticas ao marxismo e ao comunismo oficiais. Antes mesmo destas críticas, as próprias limitações e equívocos dos comunistas brasileiros devem ser somadas à confluência da resistência àquelas condições miseráveis de vida e destas críticas à esquerda “tradicional”. Tal conjuntura leva boa parte da esquerda brasileira a aventar a necessidade da construção de uma alternativa partidária que agregue os interesses dos diversos grupos políticos que partilhem dessa perspectiva.

A idéia de formação do PT surge, portanto, no período de “distensão política” da ditadura militar, condicionado concretamente pela mobilização e articulação de setores do moderno operariado industrial e de movimentos sociais urbanos. A Reforma Partidária de 1979, que se pretendia apenas institucional, possibilita também o surgimento da novidade petista e sua proposta de organicidade com os setores populares da sociedade brasileira que, segundo os fundadores deste partido, nunca fizeram parte efetiva do jogo político nacional.

Apesar das diversas expressões de organização política das classes populares que surgem na década de setenta, a principal força política que promoverá a sustentação e a liderança na formação do PT é o novo sindicalismo. Neste período, o avanço do desenvolvimento capitalista é caracterizado pela produção heterogênea e fragmentada, pela necessidade de relações trabalhistas modernizadas, por “*um intenso crescimento da produção industrial, [pelo] agravamento das condições de trabalho, [pela] disparidade entre crescimento da produtividade e os salários, e [pela] política estatal de controle salarial e sindical.*”¹³⁷ O que este tipo de sindicalismo possui como novidade decorreu de seu surgimento nos setores industriais de ponta, principalmente no ABC paulista, e pela proposição de uma ação sindical menos vinculada às estruturas sindicais já

¹³⁷ MENEGUELLO, Rachel. *PT: a Formação de um Partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 44.

existentes no Brasil — principalmente, naquilo que se refere à sua falta de autonomia em relação ao Estado — e mais autônoma frente a partidos, organizações políticas e intelectuais¹³⁸.

As greves de 1978, 79 e 80 foram marcos do processo que levaria à formação do PT. Retomando o direito à greve e às manifestações, bem como ao reajuste salarial via negociação direta entre empresas e sindicato (sem mediação estatal), o movimento grevista se espalha por outras categorias, inclusive entre vários setores da classe média. O novo sindicalismo ganha um impulso tão intenso neste período que não se alinharia mais apenas às lutas sindicais, mas também, e principalmente, à luta pela democratização do país. A liderança de Lula ultrapassa o movimento sindical para tornar-se símbolo da resistência ao regime.

As vanguardas do novo sindicalismo passam, então, a defender que os trabalhadores deveriam construir um partido que os representassem no jogo político-partidário brasileiro. Como não se sentiam representados pelo MDB e pelo PCB (ilegal), decidem que é o momento de construir uma alternativa partidária que envolvesse todos os setores populares insatisfeitos com as situações econômico-social e político-representativa dos trabalhadores. Como a luta do novo sindicalismo por autonomia frente ao Estado autocrático sempre o aproximou dos novos movimentos sociais, a luta pela democracia deveria tornar-se uma só. Fica claro, então, para o novo sindicalismo que o partido a ser formado não deve contar só com os sindicalistas, mas sim com todos os setores populares organizados politicamente no país. Então, na formação deste novo partido, estiveram presentes os seguintes componentes, segundo Meneguello (1989):

“1) a concentração em São Paulo das lideranças do novo sindicalismo, encabeçados por Lula;

2) a aproximação de políticos do MDB paulista, marginalizados pelas lideranças de seu partido após as eleições de 1978;

3) o engajamento de quadros intelectuais no debate sobre a reorganização partidária;

4) o apoio das organizações de esquerda na formação do partido, apesar da inexistência de afinidade ideológica da maioria dos fundadores do PT;

¹³⁸ Cabe aqui uma lembrança importante de que o novo sindicalismo declarava-se não-marxista.

5) a mobilização de um número significativo de movimentos populares urbanos, em boa parte encabeçados pelos setores progressistas da Igreja Católica.”¹³⁹

Em 10 de fevereiro de 1980 é fundado o Partido dos Trabalhadores, expressão, por um lado, da situação econômico-social engendrada pela autocracia burguesa e, por outro, da confluência entre o novo sindicalismo, os nascentes novos movimentos sociais e as organizações políticas da esquerda dissidente em uma nova opção político-partidária no espectro da esquerda brasileira em pleno período de redemocratização.

O PT em Processo: Elementos sobre o Enigmático Desenvolvimento do Petismo

A partir de referências bibliográficas retiradas da ciência política, trabalharemos agora na construção de um quadro sintético sobre a configuração política do PT em pleno processo de desenvolvimento. A opção pelas referências citadas diz respeito à importante capacidade das mesmas em articular fatos e fenômenos que, mesmo que apresentados sob uma perspectiva histórica linear, são de extrema relevância para nosso estudo, pois revelam as diversas expressões aparentes de um processo sócio-político profundo, de difícil percepção até os dias de hoje. Será também através e em polêmica com tais elementos proporcionados pela abordagem da ciência política contemporânea que poderemos aperfeiçoar a reflexão crítica sobre os caminhos e descaminhos da concepção petista de socialismo.

O PT foi uma novidade na dinâmica política brasileira. Sim, isto é um fato. Porém, na conjuntura histórica de constituição do PT, o que não era, de certa forma, novo? Contraditoriamente, vejamos o quanto novas percepções podem ser inocentes ao ponto de inventarem a pólvora:

“Foi só com as greves que percebemos a necessidade de participação política. (...) Não bastava apenas quebrar a lei do arrocho, porque só isso não iria solucionar o problema. *Descobrimos* então a necessidade da organização política

¹³⁹ Op. cit., p. 57 e 58.

do trabalhador para que servisse de amparo e de alternativa de organização. Daí a proposta do Partido dos Trabalhadores.”¹⁴⁰

São palavras de Lula, citadas por Amaral (2003) numa reflexão sobre as mutações do petismo. Notemos que ele *descobre* a necessidade de organização partidária dos trabalhadores... em 1979. Porém, é natural tal descoberta por parte dos operários em sua luta sindical. Curioso é que intelectuais de variados matizes apontem o PT como uma novidade absoluta, corroborando inclusive para que tais sindicalistas de primeira importância realmente se considerem diferentes de tudo que já existiu anteriormente¹⁴¹.

Segundo Meneguello, o PT é uma novidade, pois — sob o ponto de vista organizacional, pautado em Duverger — é o primeiro partido de massas a se constituir no país. Afirma ainda que o PT atribui menos importância ao trabalho eleitoral e parlamentar que os outros partidos. O texto da referida autora, cabe ressaltar, é de 1989. Portanto, revela um fato significativo e verdadeiro sobre os primórdios petistas, principalmente se compararmos a prática política do PT com os outros partidos existentes e legalizados à época¹⁴². O que o tempo nos demonstrou é que as parcelas hegemônicas do partido, dada a expansão das consecutivas vitórias eleitorais ao longo dos mais de vinte e cinco anos de vida petista, converteram a novidade numa mera, apesar de monumental, máquina eleitoral¹⁴³.

Singer (2001) reconhece que no final dos anos setenta já existia um caldo cultural e ídeo-político em que iniciativas se agrupavam no sentido de construir “*um partido amplo, de orientação socialista democrática.*”¹⁴⁴ Aglutinaram-se figuras como Eduardo Suplicy, Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso, dentre outros. Alguns aderiram ao partido; outros aderiram e somente anos depois

¹⁴⁰ AMARAL, Oswaldo E. do. *A Estrela não é mais Vermelha. As Mudanças do Programa Petista nos Anos 90*. São Paulo: Editora Garçonni, 2003. p. 31. Grifos nossos.

¹⁴¹ Permitam-nos, por favor, a impertinente observação de que talvez este seja o enredo purista para as protoformas do bordão presidencial lulista “Nunca antes na história deste país...”.

¹⁴² Importante, neste sentido, relembrar que somente em meados da década de oitenta os comunistas voltam à legalidade.

¹⁴³ E as ações do partido junto aos movimentos sociais são cada vez mais eleitoreiras. O que não pode ser dito, entretanto, da relação entre a esquerda petista — 30% do partido em média, segundo Singer (2001) — e os mesmos movimentos. O papel da CUT, por exemplo, neste processo é brilhantemente abordado por Tumolo (2002).

¹⁴⁴ SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001. p. 25.

se incompatibilizaram com o petismo; e outros nem entraram na aventura, por a considerarem ou classista demais ou democrática de menos. Segundo Amaral,

“[foi] justamente o impasse sobre o grau de importância dos parlamentares que culminou na saída de Fernando Henrique Cardoso e Almino Afonso do processo de gestação do partido. Se a formação do PT for analisada à luz da teoria proposta por Maurice Duverger em *Os Partidos Políticos*, pode-se dizer que, ao se autonomizar dos parlamentares, o partido consolida sua origem externa, extraparlamentar, na qual há ‘uma desconfiança mais ou menos declarada no tocante ao grupo parlamentar, e uma vontade mais ou menos clara de submetê-lo à autoridade de um comitê diretor independente dele’.”¹⁴⁵

Evidentemente que naquele período seria bastante difícil para tais parlamentares perceberem que Marx apenas comparecia no PT através dos minoritários grupos trotskistas¹⁴⁶ e agrupamentos da esquerda dissidente (ALN, PCBR, PRC, dentre outros) que afluem ao petismo. Também alguns intelectuais marxistas incorporaram-se ao PT, mas não conformam o grupo dirigente do partido. Segundo Singer, as principais contribuições dos grupos trotskistas ao petismo são: o internacionalismo petista; a própria necessidade da construção de um partido operário de massas; e o comportamento vanguardista das próprias tendências trotskistas. Neste sentido, a influência de segmentos marxistas e revolucionários nos primeiros anos da jornada petista é inegável: “[o] mais conhecido deles foi a *Convergência Socialista* (...). Outros grupos como o *MEP*, *Libelu*, *Polop* e *AP* também entraram no[s] debate[s] (...).” Porém,

“essas organizações exerceram papéis ambíguos na formação do PT: ‘por um lado, contribuíram muito em sua organização inicial, trabalhando arduamente nas campanhas de filiação; por outro procuravam fechar o partido ao ingresso de simpatizantes vistos como não confiáveis; ainda em certos momentos, prendiam-se a questões de princípio provocadoras de discussões intermináveis, prejudicando as deliberações. (...) Contudo, eles foram admitidos e integrados ao PT, *exercendo inclusive uma influência difusa na formação das convicções ideológicas partidárias. A pouca clareza das outras lideranças do PT quanto ao que se entendia por socialismo e democracia, fator presente desde seus momentos*

¹⁴⁵ AMARAL, ... Op. cit., p. 33.

¹⁴⁶ Os trotskistas estiveram presentes não apenas no processo que confluuiu para a fundação do PT, mas também na conformação do *novo sindicalismo*.

iniciais, fez com que o partido se mostrasse suscetível à influência ideológica dos agrupamentos de esquerda’.”¹⁴⁷

Os grifos da citação acima são essenciais para percebermos que, corretamente, as análises da grande maioria da literatura da ciência política sobre o PT asseveram que suas concepções ideológicas se caracterizam por ambigüidade, nebulosidade, indefinição, falta de clareza... Todas estas são formas de distinguir o petismo e o peso efetivo da influência dos marxistas e revolucionários sobre o partido.

Ao contrário do que tange aos socialistas, a atuação dos cristãos das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e da Teologia da Libertação no PT, por exemplo, possui maior consenso quanto aos seus impactos no petismo: por um lado, colaborou fortemente para uma rápida expansão da capilaridade do partido; e, por outro lado, ideologicamente, favoreceu o espraiamento de certo eticismo, que não encontrou barreiras e, pelo contrário, foi incorporado pela grande maioria das tendências no interior do partido.

Neste sentido, pois, é que se estabelece um razoável consenso teórico sobre qual é a principal fonte geradora de quadros para a consolidação do partido: o *novo sindicalismo*. Segundo Meneguello, “[o] significativo papel das lideranças sindicais no processo de formação do PT levou a que o perfil interno do partido traduzisse sua influência”. Tanto que, segue a autora, “os quadros petistas (...) traduzem a expressiva força política do novo sindicalismo dentro do partido.”¹⁴⁸ É um fato inegável a participação expressiva de diversificados sujeitos políticos — agrupamentos marxistas e revolucionários, cristãos socialistas ou não, militantes de movimentos sociais e populares, intelectuais progressistas etc. — na conformação do PT e da imagem petista. Porém, é o grupo sindicalista moderado que não apenas comanda a máquina partidária, mas também hegemoniza o processo de definição das principais diretrizes políticas do partido.

A evolução da composição social da hegemonia do partido apresenta-se inicialmente com feição sindical-operária. No final dos anos oitenta, o perfil estritamente sindical, já avançadamente profissionalizado, caracteriza tal parcela hegemônica. Na década de noventa, o partido é comandado cada vez mais por

¹⁴⁷ Op. cit., p. 34. Grifos nossos.

¹⁴⁸ MENEGUELLO, ... Op. cit., p. 69.

diversas personalidades da esquerda, sindicalistas ou não, que ou estão em cargos do alto escalão partidário, ou exercem mandatos executivos ou legislativos pelo país afora, quando não as duas coisas ao mesmo tempo.

Portanto, é perceptível um processo em que os diversos socialistas revolucionários (e seus respectivos agrupamentos ou tendências) não conformam os grupos hegemônicos do partido. Meneguello — que, notemos, publica no final dos anos oitenta o texto aqui referenciado — identifica basicamente dois principais segmentos em conflito no seio do partido:

“[d]e um lado, os setores (...) mais à esquerda, (...) que posicionavam-se contra a democracia representativa como via para o socialismo: os ‘xiitas’, conforme denominados na gíria interna do partido [— cremos que nas palavras dos moderados]. De outro lado, os setores mais moderados, agrupados na tendência ‘Articulação’, composta pela maior parte do grupo sindicalista e de políticos independentes, que colocavam a democracia como valor inquestionável: os ‘lights’, denominados dessa forma por traduzirem sua posição numa linguagem mais ‘suave’ de campanha.”¹⁴⁹

É justamente neste sentido que a tensão entre luta institucional e luta popular apresenta-se como expressão fundamental das divergências entre revolucionários e moderados no PT. Apesar do crescente veio eleitoral e institucional que começa a ser impresso pela tendência majoritária moderada — principalmente após as primeiras vitórias em pleitos na década de oitenta —, o partido não deixa de exercer influência nos diversos movimentos sociais e de ser, ao mesmo tempo, influenciado por estes. Pelo contrário, o PT continua a ser o principal partido no espectro da esquerda a relacionar-se de forma orgânica com os movimentos populares. O papel desempenhado pela esquerda petista é essencial para a manutenção destes laços com as lutas populares. Mas, enfim, é o partido como um todo que colhe os frutos de tal organicidade, inclusive eleitoralmente.

A década de oitenta, com isso, é ainda palco de acirrada disputa entre as alas direita e esquerda do partido. A ambigüidade petista acerca de concepções centrais para um partido socialista, tais como liberdade, democracia e, até mesmo, socialismo, expressa a existência real de luta e disputa no interior do partido. A

¹⁴⁹ Op. cit., p. 200.

conjuntura nacional, em pleno processo de redemocratização, favorece tanto uma percepção social em geral dos petistas como radicais e contestadores da ordem, mas também um comportamento político do próprio partido que o leva a alijar-se de outros setores progressistas e democráticos que resolvem por não afluir em direção ao petismo. A conjunção de tais fatores concede uma aura contestadora ao PT que contrasta com o processo real de fortalecimento dos moderados no interior do partido.

A dificuldade em habilitar o partido para disputar eleições, dadas as restrições impostas pela legislação eleitoral corrente nos anos oitenta, leva o partido a empreender um enorme trabalho de base para superar este obstáculo típico dos tempos de abertura política. Este é mais um processo contraditório no desenvolvimento petista, pois o partido como um todo gera um forte apelo e apego aos mecanismos de democracia direta, onde se destaca a participação tanto dos sindicalistas quanto dos movimentos sociais, tanto dos segmentos moderados quanto dos revolucionários. O denominado *trabalho de base* é um traço marcante do desenvolvimento histórico do PT, o que em seus primórdios facilmente certificou o partido como socialista de massas tanto frente a outros grupos socialistas no Brasil quanto, inclusive, para organizações de esquerda internacionais e estrangeiras.

Todavia, encontramos as contradições destes processos justamente nos diferentes objetivos políticos de moderados e revolucionários. Estes compreendem o estímulo e a influência do partido nos movimentos sociais e o empreendimento pesado em trabalhos de base como elementos táticos da luta revolucionária. Já os primeiros direcionam cada vez mais o foco de suas ações na construção de sucessos eleitorais. Por mais que a conjuntura dos anos oitenta favorecesse o realce dos aspectos de esquerda do petismo nascente, são os moderados que aos poucos se apoderam do aparelho partidário.

A esquerda petista enfrenta processos de divisão mais freqüentes e dilacerantes que os moderados. Agrupamentos trotskistas deixam por decisão própria o partido ou são expulsos, conforme avança a hegemonia reformista. Tanto que, na observação dos fatos históricos, é incontestável o avanço, o crescimento e a consolidação da hegemonia dos moderados — representados, sobretudo, pela tendência *Articulação* —, alçados à posição de supremacia a partir dos primeiros anos da década de noventa, perdurando no comando do processo

petista até os dias de hoje. Ameaçados em poucos momentos pelas esquerdas petistas — seja na efervescente década de oitenta, ou na conjuntura de avanço neoliberal no Brasil dos anos noventa —, os reformistas “deram o tom” das concepções políticas petistas, em que pesem suas ambigüidades.

De forma geral, Meneguello identifica os principais pontos do projeto político petista como consistentes e somente a questão do socialismo como confusa. Segundo a autora, a plataforma petista combinaria

“uma proposta de reorganização do sistema político, fundada numa forte visão classista, pela qual o PT propõe a inserção político-institucional de novos atores; uma proposta de reestruturação da representação política orgânica, e pela qual o partido apresenta uma forma de governo popular; e, finalmente, um projeto bastante difuso de sociedade socialista e democrática.”¹⁵⁰

A autora referida corrobora a tese do projeto socialista petista como “*impreciso e simplificado*”¹⁵¹, pois, dada a ênfase alocada na democratização da sociedade e do Estado, esta parece ser a estratégia socialista petista: a democratização da vida social em geral. E os instrumentos táticos para tanto seriam o próprio fortalecimento do partido, sua ascensão aos governos e parlamentos e o estabelecimento de mecanismos que combinem os exercícios direto e representativo da democracia. Meneguello não reserva tanto destaque às propostas econômicas dos petistas; porém, como veremos, Amaral observa o avanço reformista do petismo inclusive na sua aceitação cada vez maior dos mecanismos de mercado como naturais, por exemplo.

Segundo Amaral, já a partir dos documentos políticos iniciais do PT é possível observar uma noção vaga e ambígua de socialismo e sempre bastante imbricada com a concepção petista de democracia. Com o objetivo de descolar-se do “socialismo real” — denominado *tecnocrático* pelos petistas — e, ao mesmo tempo, afirmar o caráter anticapitalista do partido, a saída encontrada neste processo é uma inicial afirmação do *socialismo democrático* como o socialismo defendido pelo PT.

O mesmo autor aponta basicamente dois fatores, um interno e outro externo ao partido, responsáveis pela falta de clareza da concepção petista de

¹⁵⁰ Op. cit., p. 103.

¹⁵¹ Op. cit., p. 111.

socialismo. O interno seria a hegemonia dos sindicalistas *autênticos* e as debilidades da *esquerda leninista*: condições políticas que, como já ressaltado antes por outros autores, favorece o veio reformista e a utilização de vernizes socialistas no desenvolvimento do partido. E o fator externo diria respeito ao cenário nacional de poucas liberdades democráticas que, somado às dificuldades dos teóricos marxistas em realizar uma razoável crítica ao “socialismo real”, não proporcionou a consolidação, nos anos oitenta, de um debate marxista e revolucionário com qualidade e quantidade suficientes para influenciar decisivamente a conformação das concepções políticas do PT.

Expressão deste processo é a maior abertura dos setores moderados às teses marxistas que sustentavam a indissolubilidade entre socialismo e democracia. Na primeira década petista, período onde as esquerdas tiveram mais força e influência¹⁵², se destacam dentre estes grupos críticos aqueles que, tal como os moderados, afirmam a democracia como valor inquestionável, como um valor socialista central. Tanto que tais tendências ou agrupamentos não encontram dificuldade em afirmar a noção de socialismo democrático, apesar de possuírem diferenças táticas com os moderados.

Mesmo afirmando colocar-se contra o *socialismo burocrático* e a socialdemocracia contemporânea, o PT mantém forte ambigüidade nas suas respectivas noções de socialismo e democracia e, portanto, de socialismo democrático, alternando diversos momentos de afirmação da via institucional com alguns (poucos) princípios insurrecionais. Segundo Amaral, podemos conferir

“parte desta inconsistência petista nas resoluções políticas à tensão interna entre paradigmas leninistas e socialdemocratas e à dificuldade do partido em aceitar seguir algum destes caminhos. Somem-se a isto os problemas trazidos pelo contexto histórico em que o PT surgiu e amadureceu, uma época de avanço das políticas liberais, de duras críticas ao ‘socialismo real’, de abandono do ideal socialistas por parte da socialdemocracia européia e da propalada morte do marxismo.”¹⁵³

¹⁵² Apesar de nunca — é sempre importante frisar — se tornarem hegemônicas, muito pelo contrário.

¹⁵³ AMARAL, ... Op. cit., p. 77.

Além dos documentos partidários do período de fundação do PT, Amaral discute as mutações do programa político do partido através das plataformas eleitorais presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002. Interessa-nos como e qual conteúdo de tais documentos relaciona-se mais abertamente com a estratégia socialista que vem sendo desenvolvida e aplicada pelos petistas. Para isso, utilizaremos como material de análise basicamente a discussão de Amaral sobre o conteúdo das propostas eleitorais presidenciais com referência à questão do socialismo. Ademais, pautando-nos em Singer e também em Amaral, apresentaremos inicialmente a concepção de socialismo melhor delineada pelos próprios petistas, a saber: a *Revolução Democrática*. Tal diretriz estratégica foi consubstanciada do I Congresso do PT, realizado em 1991.

O programa de governo de 1989 é o que mais fortemente apresenta o socialismo como alternativa dos trabalhadores ao capitalismo. São pontos centrais desta plataforma a efetivação da reforma agrária como fundamental para a democratização do país; a intervenção do Estado no planejamento e orientação da vida social e econômica; e a combinação entre democracia direta e democracia representativa como solução para a democratização do Estado. A conquista do Executivo federal é encarada como estratégia axial para o início da expansão hegemônica socialista.

Mas, apesar da presença constante no programa da convocação ao socialismo, é necessário nos questionar sobre qual formação de socialismo está contida neste programa e que propostas políticas sustentam a noção petista de expansão hegemônica. Amaral nos fornece algumas pistas através das palavras do próprio coordenador do programa de 1989:

“[Diz Carlos Eduardo Carvalho:] ‘Havia uma divisão entre a direita do partido, que queria fazer um programa para governar de fato, realizar transformações e evitar uma ruptura, e a esquerda, que dizia ser impossível um governo reformista manter o poder no Brasil e que, por isso, o programa deveria levar à vitória e proporcionar uma ruptura. Eu acho que a direita ganhou no programa’.”¹⁵⁴

¹⁵⁴ Op. cit., p. 86.

O dirigente petista sustentava a dúvida sobre a vitória ou não da ala direita do partido porque até mesmo setores da esquerda do partido compreendiam que um programa de reformas era exequível naquela conjuntura do país. Somente os setores mais esquerdistas, notadamente de corte trotskista¹⁵⁵, defendiam a impossibilidade de reformas. A questão que o dirigente parece não salientar é o papel que cada setor do partido atribuía às reformas. Estas seriam táticas ou os próprios eixos da transformação social? Consideramos que o contraditório caminhar da relação teórico-política entre democracia e socialismo nas teses petistas nos proporciona a verificação da resposta a tal questão:

“Embora carregadas de contradições e insuficientes para uma afirmação categórica e excludente, as pistas encontradas nos permitem concluir que no programa [de 1989], de maneira geral, *a idéia de democracia e construção do socialismo a partir dela predomina sobre uma posição de ruptura e negação de seus valores*, e que esta proposta vem exatamente ao encontro com o que Francisco Weffort havia proposto (...), na época dirigente do PT, argumenta[ndo] que jamais o Brasil será socialista ‘sem uma vastíssima e complexa luta pela hegemonia democrática’ por parte dos trabalhadores.”¹⁵⁶

O papel da categoria de hegemonia ainda não está claro neste momento da elaboração programática petista. Entretanto, fica atestada a hegemonia da ala direita no partido, nas palavras do próprio coordenador do programa de 1989 e, principalmente, na elevação de Francisco Weffort a principal elaborador teórico-político do partido — notadamente naquilo que nos interessa estudar: a concepção petista de socialismo que, como vemos, aparece cada vez mais atrelada à questão da democracia.

Entre a derrota de 1989 e a primeira disputa presidencial da década de noventa, ocorre o evento que melhor definiu, em um documento político-partidário, a perspectiva socialista petista: foi o I Congresso do PT, em 1991, ocorrido na cidade de São Bernardo do Campo, um dos berços do “novo sindicalismo”. O encontro tinha como objetivo central discutir a questão do socialismo e definir a concepção petista de transformação da realidade social. A vitória da tendência Articulação foi incontestável, com ampla maioria. Singer nos

¹⁵⁵ O que não significa, notemos, que todas as tendências trotskistas eram esquerdistas.

¹⁵⁶ Op. cit., p. 87. Grifos nossos.

esclarece como ocorre a lapidação moderada dos princípios estratégicos do PT, inclusive no sentido de evitar que as esquerdas derrotadas rompam com o partido:

“[O PT] evoluiu da ênfase na ocupação do Estado pelo proletariado para a proposta de uma transformação social, que é denominada, nos documentos, de ‘Revolução Democrática’.

A transição de um a outro modo de pensamento ocorreu na passagem da década de oitenta para a década de noventa e talvez não tenha ainda se completado, uma vez que cerca de um terço do partido está comprometido com o ponto de vista anterior. Para que não ocorresse ruptura entre facções internas, a modificação deu-se de modo sutil, sem a revisão aberta dos pontos de vista antigos. O conteúdo transformou-se sob o manto da palavra ‘revolução’.”¹⁵⁷

Notemos que o texto de Singer é relativamente recente, de 2001. A noção de *transformação social* ainda é bastante vaga. Entretanto, conforme nos afirma o próprio Singer — destacado militante do partido — não é nada impreciso o processo de mutação das convicções petistas. Pelo contrário, apesar de *sutil*, é conformado um conjunto de idéias-força que cada vez mais deixa de lado a perspectiva de ruptura revolucionária, mesmo que isso não tenha sido feito de forma *aberta*. O que, evidentemente, não impediu que tal processo se realizasse veladamente, com o objetivo, inclusive, de evitar rompimentos com as tendências revolucionárias do partido.

No programa de governo de 1994¹⁵⁸, posterior, portanto, ao I Congresso do partido, a vinculação dos objetivos eleitorais do PT ao socialismo pretendido pelos petistas aparece mais diluída nas propostas políticas do programa. Segundo Amaral, tal conexão é fraca e representa um processo que apenas se aprofundará durante os anos noventa e no início do século XXI. Concordamos com o autor que este desenvolvimento no sentido da moderação das propostas petistas é evidente. Porém, discrepamos da idéia de que o atrelamento do conteúdo do programa ao objetivo socialista do partido é frágil: pelo contrário, expressa justamente o caminhar do petismo em direção ao amoldamento à institucionalidade burguesa. Se o partido cada vez mais nega a via revolucionária de transformação da

¹⁵⁷ SINGER, ... Op. cit., 31.

¹⁵⁸ A frente de partidos que aderiu a candidatura petista foi um pouco mais ampla que em 1989. Além de PC do B e PSB — que compunham a frente em 1989 —, PCB, PPS, PSTU e PV se agregaram a campanha de Lula. Mas, cabe ressaltar que a construção do programa de governo ficou sob a batuta dos petistas, processo do qual, inclusive, os outros partidos foram alijados.

realidade social, não nos é estranho e contraditório o aporte cada vez mais intenso dos programas do PT às experiências administrativas municipais e legislativas petistas. A crescente preocupação com questões administrativas e pragmáticas não é indício apenas de uma perspectiva de ruptura revolucionária que se enfraqueceu; mas também, ao mesmo tempo e principalmente, a afirmação mais aberta de um reformismo em construção.

Se, em 1994, o PT ainda apresenta uma proposta de programa de governo baseada na defesa de um outro modelo capitalista de desenvolvimento econômico e social para o Brasil, nas eleições de 1998¹⁵⁹, incorporando cada vez mais o discurso da gestão pública, os petistas não se apresentam como portadores de outra ideologia, mas sim como experientes administrativamente. Conforme Amaral,

“saem do programa questões como o ‘futuro socialista’ e a articulação entre democracia representativa e direta e entram o bolsa-escola e o Orçamento Participativo. Não há mais, como em 1989, uma contraposição clara entre modelos de desenvolvimento, mas sim uma contraposição de políticas.”¹⁶⁰

Este processo de avanço do pragmatismo petista é de evidente percepção, ao ponto de Amaral considerar como ponto mais frágil do programa de 1998 a proposta econômica, que em certos momentos assemelhava-se às teses neoliberais tucanas em pleno andamento e execução no governo federal com FHC à frente. O autor aponta que tal fragilidade do PT remonta ao programa de 1994, quando o partido foi atropelado pelo Plano Real e não soube responder politicamente à altura.

Enfim, em 1998 perde espaço completo a referência ao socialismo; ganham espaço a *inclusão social* e o *crescimento econômico*. Perde o combate ideológico e vence o *pragmatismo*. Desvaloriza-se a participação política em prol da *capacitação administrativa e gestora*. É “[n]a esteira dessa opção pela ênfase na credibilidade (...) administrativa, [que] o partido abandonou temas (...) como o

¹⁵⁹ Agora, a frente aliada ao PT reduziu-se ao PSB, ao PC do B e, pela primeira vez em eleições presidenciais, ao PDT, com Brizola como vice de Lula. É uma redução relativa, pois eleitoralmente o PDT tinha mais peso que a soma dos outros partidos que compuseram a frente com o PT em 1994, as agora não se coligaram formalmente à campanha de Lula.

¹⁶⁰ AMARAL, ... Op. cit., p. 143.

socialismo, que simplesmente não é mencionado em nenhum momento do programa de 1998.”¹⁶¹

A consolidação da hegemonia da tendência moderada no interior do PT é um fato atestado pelo programa de governo de 1998. A tensão entre revolucionários e reformistas é imperceptível, dada a inexistência de restrições à democracia representativa, algo que confirma o veio socialdemocrata do partido e contrasta com os embates das tendências petistas na década de oitenta. Pelo menos três hipóteses explicativas para tais processos são apontadas por Amaral:

“A primeira delas refere-se à própria mudança ambiental¹⁶² (...), que contribuiu para que o partido passe de uma ‘posição contestadora do ordenamento institucional-representativo do Estado para outra, que aceita esta institucionalidade e a ela se adapta’ (...). A segunda (...) trata também das alterações decorrentes da maior participação petista na esfera institucional, que acabou por modificar a base social dos militantes do partido. (...) [E]m 1999, a maioria dos delegados presentes no II Congresso do PT era formada por funcionários públicos, o que permite supor uma maior inclinação ‘para o compromisso com a legalidade estabelecida’ (...). A terceira hipótese está ancorada nos eventos que marcaram o epílogo do ‘socialismo real’ no final dos anos oitenta e início do noventa e que acabaram por reforçar a posição daqueles que defendiam transformações com base na democracia.”¹⁶³

As duas primeiras hipóteses nos parecem mais expressões concretas do avanço reformista e moderado do PT, ao contrário da última, que poderia ser então considerada um elemento sócio-histórico condicionante para o enfraquecimento da perspectiva revolucionária no interior do petismo. Mas, enfim, concordamos que são aspectos concretos e relevantes relacionados aos processos em tela.

Portanto, segundo as abordagens teóricas até aqui trabalhadas, o socialismo petista ou a *Revolução Democrática*, em breves termos, conjuga as seguintes características: combinação entre planejamento estatal com *mercado socialmente orientado*, admitindo-se a extinção futura das relações mercantis — o que não poderia ocorrer por decreto — e excluindo a pecha estatizante do PT; valorização da mistura entre diversos tipos de propriedade, com preponderância

¹⁶¹ Op. cit., p. 152.

¹⁶² A mudança de ambiente a que se refere o autor é o fato do PT deixar de ser apenas um partido de oposição para tornar-se também um “*partido governante*”.

¹⁶³ Op. cit., p. 158 e 159.

para a social, destacando-se também a participação já imediata dos trabalhadores na gestão das empresas (através de fundos, fundações, associações etc.); e o exercício da política seria estimulado principalmente por mecanismos de participação direta, que poderiam suplantar a democracia representativa — novamente, não através de decretos e num futuro indefinido.

Finalizaremos este momento do estudo com a límpida conclusão de Singer sobre o caminhar petista em direção ao possibilismo:

“No dia-a-dia, o PT mostra-se cada vez mais preocupado em realizar governos eficientes, que ampliem a participação direta e que diminuam o grau de exclusão social, sem afastar a classe média e os eleitores despolitizados. Tem ampliado o leque de alianças, e a burguesia não é mais tratada como ‘inimiga’, conforme aparecia nos documentos da década de oitenta.”¹⁶⁴

Adentraremos a seguir nos debates teóricos entre os petistas nos quais a questão do socialismo é pontuada ou situa-se como próprio eixo de discussão e, em seguida, abordaremos uma perspectiva crítica sobre o rumo moderado do desenvolvimento político petista.

A Questão do Socialismo em Debates Travados pelos Petistas

Através da exposição de proposições teóricas de intelectuais da esquerda brasileira — ligados historicamente ao PT ou não, mas com algum grau de influência sobre o partido —, tentaremos apreender quais aspectos de tais reflexões convergem com a concepção de socialismo adotada pelo partido ao longo de sua trajetória. Serão trabalhados três conjuntos de textos, cada um referente a um período histórico específico da vida do partido. E, mesmo em cada um destes períodos, a diversidade teórico-política dos autores é marcante, cobrindo todo o espectro de vertentes da esquerda: de moderados a revolucionários, de liberais a marxistas. Entretanto, apesar da referência a

¹⁶⁴ SINGER, ... Op. cit., p. 88.

variados autores, daremos maior destaque àqueles que notoriamente vincularam-se ao processo de moderação do socialismo petista.

Como atividade preparatória ao I Congresso, o PT organizou um seminário sobre a influência da tradição marxista no partido. O resultado deste evento tornou-se uma publicação especial denominada *Cadernos de Teoria e Debate*¹⁶⁵. Entretanto, já na apresentação do livro¹⁶⁶, Augusto de Franco, então coordenador do I Congresso — ocorrido ainda no ano de 1991, em dezembro — nos alerta para uma questão central que permearia as discussões: a badalada “crise do marxismo”.

Sobre a propalada “crise do marxismo”, Leandro Konder e José Paulo Netto¹⁶⁷ oferecem contribuições no interior da própria tradição marxista. O primeiro, criticando os descaminhos tanto do marxismo-leninismo da III Internacional quanto das teses socialdemocratas da II Internacional, apresenta autores como Lukács, Korsch, Benjamin, Bloch, Adorno e Horkheimer como exemplos de marxistas em conflito com a institucionalização do marxismo. Referências que, neste sentido, legitimariam a defesa da solução dialética para os desafios contemporâneos da esquerda socialista revolucionária. Netto, na mesma esteira, afirma a inexistência da “crise do marxismo”, dado que a realidade apontaria para uma crise no interior da tradição marxista. Portanto, há uma convergência entre ambos no sentido de reafirmar, com as necessárias críticas e autocríticas, as teses marxianas como fontes teóricas primárias para a compreensão revolucionária da realidade social capitalista.

Numa perspectiva crítica à obra marxiana, Marcos Rolim, pautando-se, sobretudo, em Habermas, desenvolve uma teoria política onde a hipervalorização da categoria de práxis é marcante. Através da menção à razão comunicativa habermasiana, o autor opõe o “jovem” ao “velho” Marx, em favor do primeiro, pois este ainda seria fonte de alguma inspiração teórica para os dias atuais.

¹⁶⁵ *Teoria e Debate* é o principal instrumento de apresentação das reflexões teóricas petistas. Inicialmente elaborada e sustentada pelo Diretório Regional de São Paulo, a revista passou a principal órgão de debate da Fundação Perseu Abramo, instituição central da *vida cultural* petista. O texto que trabalharemos é o primeiro número do especial *Cadernos de Teoria e Debate*.

¹⁶⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *O PT e o Marxismo*. São Paulo: Diretório Regional de São Paulo, 1991.

¹⁶⁷ No período do debate em tela, i. e., 1991, Konder estava ligado organicamente ao PT e Netto ao PCB. As divergências de Konder com a evolução moderada do petismo o faz romper com o partido e colaborar na fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), no início da corrente década.

Ponderando sobre a totalidade da obra marxiana, considera-a superada por autores críticos contemporâneos.

Tarso Genro e Roberto Romano, cada um a seu modo, convocam a reflexão petista para o encontro entre as teses marxistas e outras teorias progressistas da modernidade. Genro critica o “marxismo oficial” da III Internacional justamente pelo, segundo ele, estancamento do debate com outras tradições modernas. E Romano questiona a necessidade dos petistas discutirem apenas o marxismo, quando outros autores poderiam também servir como referências para um partido de massa dos trabalhadores. Genro refere-se a Castoriadis, Poulantzas, Offe, Cerroni e Bobbio. Romano ressalta Weber, por exemplo. A crítica de ambos, enfim, é centrada no combate ao conservadorismo, tanto anti-liberal quanto anti-marxista.

A polêmica sobre a obra de Lênin é o principal eixo das críticas de Augusto de Franco, Marco Aurélio Garcia e Carlos Nelson Coutinho ao marxismo da III Internacional. No esforço em contestar o marxismo-leninismo, Franco acaba por atribuir a Lênin o papel de fundador de tal vertente empobrecedora da tradição marxista. Garcia e Coutinho convergem na crítica às concepções lenineanas de Estado, democracia e revolução, ambos afirmando a concordância com a concepção — divulgada teoricamente no Brasil por Coutinho — da democracia como valor universal¹⁶⁸.

O último texto do livro é a tentativa abarcar todas as discussões travadas no seminário sobre o marxismo e o PT, através de uma reflexão realizada por Michel Löwy. Este considera que a trajetória histórica da tradição marxista ainda está por fazer-se, principalmente porque ainda não rompeu por completo, em vários aspectos, com os preceitos da sociedade moderna. Concorda que tal “radicalização” do marxismo demanda o debate franco dos marxistas e revolucionários com todo o pensamento progressista, inclusive não-marxista. Enfatizando a dimensão utópica da práxis revolucionária, Löwy sustenta, contrariamente aos pós-modernos, que debater abertamente com o pensamento moderno

¹⁶⁸ Apesar das convergências teóricas neste período, Garcia e Coutinho tiveram trajetórias políticas daí para frente que cada vez mais os afastaram. Coutinho (junto a Leandro Konder) rompeu com o PT para fundar o PSOL. Marco Aurélio Garcia pode ser considerado o substituto de Francisco Weffort no papel de principal intelectual do aparato partidário petista. Hoje em dia é Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais.

“(…) não significa cair na tentação eclética tão freqüente no marxismo universitário: entre o método marxista e o positivismo, o funcionalismo, o darwinismo social, a filosofia analítica, o materialismo vulgar etc., *nenhuma ‘síntese’ é possível*. Trata-se de integrar as várias contribuições enriquecedoras partindo do quadro teórico coerente e unificador que constitui o método dialético-revolucionário de Marx.”¹⁶⁹

A questão do socialismo neste debate sobre o marxismo esteve submetida à polêmica entre o PT afirmar ou não o marxismo como seu principal referencial teórico. A negação do marxismo como base teórica para o petismo encontrou esteio na afirmação hegemônica da inexistência de uma teoria necessária ao partido. Neste sentido, o afastamento dos marxistas é um processo ainda em curso no PT. Notemos que os mais notáveis intelectuais referenciados acima — Konder, Coutinho, Netto e Löwy —, ao continuarem marxistas, incompatibilizaram-se com os debates e as concepções políticas petistas quase que por completo. Netto nunca foi petista. Konder e Coutinho saíram do PT para fundar o PSOL. E Löwy apoiou a candidatura presidencial do PSOL nas últimas eleições. Por outro lado, os moderados Genro e Garcia apenas ganharam mais e mais destaque no conjunto do partido, tornando-se figuras do primeiro escalão petista. Genro avançou teórico-politicamente, podemos dizer, para um republicanismo social — pautado, sobretudo, em Bobbio —, ao passo que Garcia é o principal teórico da *Revolução Democrática* proposta pela parcela majoritária do partido.

O segundo conjunto de idéias a ser evidenciado diz respeito ao período em torno das eleições de 1994. Em livro organizado por Emir Sader¹⁷⁰, a conjuntura em que se iniciava a implementação do neoliberalismo no Brasil foi abordada por autores petistas (ou próximos ao petismo), em sua maioria advindos do Rio de Janeiro e desvinculados do círculo hegemônico do PT (sediado mormente em São Paulo). Portanto, já de início destacamos que não se tratam de idéias “totalmente” orgânicas à concepção petista de socialismo, mas que, porém, a influenciaram na medida em que estiveram vinculadas a um movimento interno ao partido que, questionando os rumos traçados pela direção majoritária, quase conseguiu efetivar

¹⁶⁹ Op. cit., p. 114. Grifos nossos.

¹⁷⁰ SADER, Emir (org.). *Idéias para uma Alternativa de Esquerda à Crise Brasileira*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

um giro à esquerda nas diretrizes do partido nos anos que precederam imediatamente as eleições de 1994. A solução do campo majoritário para manter seu domínio foi incorporar parte do aparato crítico deste movimento, o que, inclusive, foi facilitado pela perda da eleição presidencial de 1994, quando o PT alçou o nível de principal partido de oposição ao Governo FHC¹⁷¹.

Talvez o principal autor deste processo, ao lado de Sader, César Benjamim abre o livro com um texto em que aborda a conjuntura de crise economia brasileira e revela a incapacidade da burguesia nacional para enfrentá-la. A inanição da burguesia estaria assentada na solução liberal que apresentava para a resolução dos graves problemas do país. Todavia e por outro lado, sinalizava como o próprio PT já não estava debatendo a contento as questões econômicas de fundo, acabando por reproduzir as pautas hegemônicas da burguesia, apesar de formular propostas políticas abarrotadas de fraseologia de esquerda. Mais significativo para o presente estudo do que a solução política apresentada pelo autor — a saber: a constituição de um forte mercado interno de massas —, é a observação crítica do mesmo sobre as deficiências do debate hegemônico petista. Vejamos como este temor de Benjamim se expressava concretamente nas palavras do economista José Márcio Camargo.

Camargo apresenta um texto de perspectiva liberal, em que aponta duas prioridades na construção de “*propostas para um governo democrático e popular*”: combater a inflação e eliminar a miséria. Algumas das soluções apontadas pelo autor são argumentos neoliberais notórios: reforma administrativa do Estado; reforma trabalhista; programas de renda mínima; dentre outros mais progressistas como a reforma agrária e o investimento em infra-estrutura. Entretanto, mesmos estes últimos elementos mais avançados podem ser defendidos abstratamente — como ocorreu exemplarmente nas políticas efetivadas pelo PSDB —, dentro de uma programática contra-reformista neoliberal. As teses de Camargo são, no mínimo, ingênuas. Porém, não deixa de chamar muita atenção, num debate entre petistas e simpatizantes do petismo, ainda em 1993, a seguinte proposição:

¹⁷¹ Notemos que é uma tática recorrente dos moderados a incorporação de traços das teses das esquerdas petistas, seja, internamente, para manter tais tendências ligadas ao partido, seja, externamente, para sustentar a aura combativa e crítica do partido.

“O programa de privatização poderá entrar como um dos instrumentos importantes na obtenção de recursos para viabilizar esses investimentos [em infraestrutura]. Dessa forma, o programa do PT deverá apresentar uma proposta concreta quanto às privatizações, como realizá-las e onde serão utilizados os recursos dele decorrente.”¹⁷²

Tal defesa de privatizações “seletivas” pode, numa primeira leitura, nos deixar a impressão de Camargo como uma exceção, um proto-tucano fora do ninho. Todavia, passemos a José Ricardo Tauile, economista notoriamente progressista e de esquerda, mas que no texto em tela apresenta idéias, no mínimo, “heterodoxas” sobre o desenvolvimento social e econômico brasileiro.

Partindo da defesa de um pacto social para a promoção do desenvolvimento através da intervenção estatal — concepção comumente encontrada nos programas políticos de determinadas fases dos partidos políticos da esquerda brasileira, notadamente no PCB —, Tauile detecta que os setores financeiro e exportador serão os menos afeitos a tal concerto. A percepção sobre quais os setores da burguesia são mais refratários a reformas sociais e econômicas progressistas é razoavelmente consensual dentro do debate teórico da esquerda.

Porém, o contexto das afirmações do autor é o das contemporâneas transformações internas do capitalismo, onde a reestruturação produtiva é o carro-chefe. Tauile apresenta como um potencial econômico — um *diferencial competitivo* — a cultura brasileira, onde o caráter “*mestiço*” do povo e o “*jeitinho brasileiro*” são aspectos que coadunariam com as tendências econômicas contemporâneas. Sem fazer referência ao novo padrão toyotista de acumulação capitalista, Tauile apresenta como proposta democrática de reforma da administração pública a constituição de mecanismos de controle social, com patentes semelhanças ao chamamento do trabalhador para contribuir com a empresa na atual fase flexível da produção¹⁷³.

Todo o texto do referido autor é, enfim, perpassado por certa ilusão acerca do novo reordenamento capitalista: são realizadas menções positivas ao

¹⁷² Op. cit., p. 119.

¹⁷³ Outra referência importante para o autor são os países, à época, emergentes, notadamente Japão e os chamados “Tigres Asiáticos”. Estes seriam modelos neste processo contemporâneo de desenvolvimento capitalista, inclusive no que tange ao específico papel do Estado no progresso econômico e social. Os últimos quinze anos de capitalismo mundial provaram sobejamente as debilidades dos “Tigres” e a ilusão em observá-los como modelos para os países periféricos.

empreendedorismo; é ventilado o fim dos conflitos de classe em prol do início da colaboração entre capital e trabalho; é ressaltada a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas; entre outros aspectos. Neste sentido, o apelo que Tauile realiza ao PT é o do convencimento dos empresários “*esclarecidos*”. A qualificação de tais propostas como socialistas utópicas — devidamente “repaginadas” — não seria exagero de nossa parte.

Luiz Pinguelli Rosa afirma que o PT nunca foi hegemonicamente marxista ou leninista ou muito menos marxista-leninista. Segundo o mesmo, abrigando variadas correntes políticas com sucesso incomparável, ao longo da história, a outros partidos de esquerda nacionais e internacionais, o partido tomou feição, sobretudo, sindicalista. E tal aspecto seria o fio condutor da possibilidade de construção de uma aliança necessária com o centro político e com o empresariado, com vistas a conceder estabilidade para a chegada do PT ao governo federal. Assevera Pinguelli Rosa:

“A origem sindical de muitas lideranças do PT autoriza a expectativa de êxito nas negociações do governo, pela prática nos dissídios coletivos e nas greves, quando se aprende a recuar e avançar para ganhar o possível. Para isso é preciso não renegar as origens. A experiência nas prefeituras deu ao PT autoridade na administração pública, séria, confiável, sem corrupção.”¹⁷⁴

O eixo que unifica as teses de Camargo, Tauile e Pinguelli Rosa é a negação acrítica, explícita ou velada, do legado teórico, político e social da tradição revolucionária socialista através, principalmente, do descarte das experiências do “socialismo real”. Avolumam-se nas discussões petistas as críticas ao “sovietismo”, ao passo em que o combate teórico à própria sociedade capitalista em andamento esmaece.

O texto do organizador do livro em discussão, Emir Sader¹⁷⁵, discute basicamente a questão da chegada ao poder pela via institucional, isto é, através de eleições. O autor considera a experiência da Unidade Popular chilena do início da década de setenta como a principal referência para a reflexão petista. Isto porque os acertos e os equívocos de tal processo histórico retratam os limites e as

¹⁷⁴ Op. cit., p. 39.

¹⁷⁵ Sader é um polemista e militante de esquerda até hoje vinculado ao petismo, porém desatrelado organicamente de qualquer tendência interna do partido.

possibilidades colocadas a um partido de esquerda que pretende alçar ao governo central através de eleições. Sader evidentemente observa a imediata conjuntura do pleito de 1994. Porém, de forma geral, não questiona o viés institucional assumido pelo PT ao longo do tempo, apesar de reconhecer seu “nascimento e infância anti-institucionalista”; mas sim, desenvolve uma crítica sobre a forma pouco reflexiva que tem sido encaminhada a inserção institucional, o que, segundo ele, tem promovido uma contradição cada vez mais intensa entre os movimentos sociais e o partido.

Consideramos que a crítica de Sader não encontra inteiro respaldo na realidade. Sem dúvida o amoldamento do partido as ditames do jogo institucional burguês pode elevar as contradições com os movimentos sociais. Porém, isto só ocorreria caso tais movimentos permanecessem no campo do combate anticapitalista — o que decresceu nos últimos vinte anos de avalanche neoliberal. No debate contemporâneo da esquerda é costumeiro encontrar a contraposição entre a evolução moderada do PT e a permanente afirmação socialista revolucionária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Todavia, nos questionamos se o MST é realmente representativo do conjunto dos movimentos sociais influenciados pelo petismo. Cremos que não: na verdade o são a CUT, a UNE, as ONG’s em geral, dentre outras organizações. Estas realmente expressam o formato e a concepção de movimento social estimulado pelo PT.

Sader, enfim, afirma que a via institucional para o socialismo — a *Revolução Democrática* petista — deve ser sustentada pelo poder popular. Entretanto, na conjuntura crítica de 1994, onde o refluxo da esquerda e dos movimentos sociais é consequência do avanço neoliberal burguês, o autor considera que, a exemplo das prefeituras petistas, o PT no governo federal enfrentaria condições extremamente adversas para executar um programa de transformações radicais da sociedade brasileira. Observando que sua percepção não é hegemônica no interior do petismo, Sader ressalva que

“[é] disso que se trata quando se diz que a esquerda pode deixar uma concepção do poder como coisa, assaltando o aparelho de Estado, para cair em outra, que considera que a modificação radical da nossa sociedade tem no acesso ao governo sua fundamental, e praticamente única, alavanca. As experiências de

governo municipal do PT já foram suficientes para demonstrar o caráter inerte dos aparelhos burocráticos e da estrutura jurídica que bloqueia transformações fundamentais da natureza social dos poderes municipais. Em nível nacional isso se dá de forma suficientemente consistente para dar garantias às elites dominantes, que bloquearão toda transformação radical de suas estruturas.”¹⁷⁶

Por último, destacaremos a percepção de Chico Alencar sobre o momento pelo qual atravessava o PT nos primeiros anos da década de noventa: segundo ele, a crise do partido residia na evolução de um jeito “*bem comportado, com educados hábitos socialdemocratas*” em contraposição ao isolamento vanguardista das tendências de ultra-esquerda presentes no partido¹⁷⁷. Ao confirmar a inexistência de um “meio-termo” entre tais direções, Alencar expressa preocupação com o possível descaminho da pretensão transformadora radical do PT:

“(…) [O]s riscos da burocratização e do esmaecimento da combatividade do PT são grandes. Como destaca Carlos Alberto Marques Novaes (...), ‘o PT é um projeto político ameaçado por distorções oriundas de seus próprios êxitos: a aceitação progressiva das injunções da chamada política institucional, combinada com a constituição de uma estrutura partidária crescentemente centralizada, implica para o PT os riscos de cada vez mais emaranhar-se na ordem institucional que principiou combatendo, perdendo a autonomia estratégica que um partido de massas e socialista requer’.”¹⁷⁸

Saltando para o início da primeira década do século XXI, o terceiro conjunto de textos que trabalharemos é retirado de uma coletânea de livretos editada pela Fundação Perseu Abramo — braço cultural do PT —, que apresenta uma série de debates do partido sob o título geral *Socialismo em Discussão*. Portanto, poderíamos supor como extintos os temores de alguns dos intelectuais de esquerda referidos acima sobre o esquecimento da perspectiva socialista por parte do PT. Entretanto, antes de qualquer conclusão apressada, acreditamos que seja mais seguro explicitarmos as linhas gerais refletidas por intelectuais e militantes petistas nos referidos debates.

¹⁷⁶ Op. cit., p. 78.

¹⁷⁷ Data deste período a saída do PT da tendência trotskista Convergência Socialista, que acabou por torna-se o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU).

¹⁷⁸ Op. cit., p. 85.

Começamos pelo debate sobre economia proporcionado por Paul Singer e João Machado¹⁷⁹. O primeiro expõe concepções aceitas pela parcela majoritária do partido. A partir de uma perspectiva mutualista e autogestionária, Singer realiza uma crítica ao conjunto de propostas econômicas socialistas — as quais denomina como clássicas, por advirem de Marx, Engels e Lênin —, considerando, principalmente, aquilo que acabou por representar, segundo ele, sua efetivação real: a experiência socialista da URSS. Além de tal associação automática, o autor apresenta um gradualismo exposto na questão do cooperativismo como elemento fundamental na construção pacífica do socialismo — diferentemente da via parlamentar enfatizada por outros expoentes petistas¹⁸⁰. Mas é curioso como Singer apenas encontra como objeto de crítica o “socialismo real”, ao passo que o próprio capitalismo enquanto tal não recebe grande atenção, no máximo considerado por demais desigual ou injusto. O debate com ideólogos burgueses não comparece na reflexão do autor e, portanto, o conteúdo crítico à sociedade burguesa é escasso.

Singer, porém, não se restringe apenas a formular propostas cooperativistas como soluções socialistas às necessidades econômicas da sociedade em geral. O autor também reflete sobre o mercado e sua função numa sociedade socialista. De acordo com ele, somente os mecanismos de mercado poderiam garantir a existência de determinados direitos individuais, tais como “*o direito de escolha entre diferentes estilos de vida.*”¹⁸¹

O socialismo, segundo Singer, possui alguns de seus germes em modos de produção alternativos que existem no interior do atualmente predominante modo de produção capitalista. Essa competição entre diversos modos de produção não é necessária no socialismo, onde os modelos econômicos alternativos ao capitalismo estariam permanentemente desafiados a manter sua “*superioridade em termos de auto-realização dos produtores e satisfação dos consumidores.*”¹⁸²

¹⁷⁹ SINGER, Paul & MACHADO, João. *Economia Socialista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

¹⁸⁰ O que, evidentemente, não opõe Singer à via parlamentar ao socialismo. O referido autor apenas coloca o peso de sua reflexão na discussão dos mecanismos econômicos na luta (gradualista) pelo socialismo.

¹⁸¹ Op. cit., p. 39.

¹⁸² Op. cit., p. 48.

Sobre a crítica de João Machado¹⁸³ às posições de Singer, cabe ressaltar, principalmente, a percepção acertada do autor sobre a exagerada ênfase dada às agruras do “socialismo real”, não apenas por parte do intelectual moderado, mas pela parcela majoritária do partido. Sustentando que a incidência do marxismo-leninismo foi fraca na constituição do petismo, Machado afirma:

“Não creio que o conservadorismo na concepção de socialismo seja um problema hoje no PT. Pelo contrário, creio que o problema hoje é justamente o oposto. Ou seja, há uma tendência crescente dos filiados ao PT no sentido de reduzir o socialismo a uma idéia moral bastante vaga — alguma coisa como a defesa de uma sociedade mais justa. Já quase não se defendem, de fato, concepções que tenham um conteúdo efetivamente socialista. O problema não está, portanto, num apego a idéias socialistas do passado, está na aceitação pouco crítica de muitas das idéias anti-socialistas do presente.”¹⁸⁴

A discussão presente em *Instituições Políticas no Socialismo*¹⁸⁵ é, na verdade, um conjunto de reflexões sobre a questão do Estado na transição socialista. Mais uma vez o representante dos moderados para este debate central é Tarso Genro. Ele inicia sua reflexão afirmando a absoluta insuficiência dos “soviets”, inclusive porque ainda não estariam esgotadas as potencialidades das instituições políticas burguesas. Apesar de convergir com a dupla recusa — ao “socialismo real” e ao capitalismo contemporâneo — típica do petismo, o autor mantém certa diferença em relação à maioria dos militantes e intelectuais petistas, pois realiza uma crítica ao capitalismo mais, digamos, extensa. Numa discussão partidária como a petista, que gasta a maior parte de seu tempo na crítica ao “socialismo real”, Genro acaba por diferenciar-se da média dos petistas, pois se esforça em abordar de forma ampla a atual configuração da sociedade burguesa.

A solução política encontrada por Genro, entretanto, não o distingue da maioria moderada petista; pelo contrário, o inclui nela. Segundo ele, o caminho para a luta socialista seria a *radicalização da democracia*. Neste sentido, apontando para as insuficiências e a crise da democracia representativa na sociedade contemporânea, sugere como solução à inanição da ação estatal no

¹⁸³ Na época do referido debate, Machado era expoente da esquerda petista. Porém, desligou-se do partido para fundar o PSOL.

¹⁸⁴ Op. cit., p. 53.

¹⁸⁵ GENRO, Tarso, RODRIGUES, Edmilson & DIRCEU, José. *Instituições Políticas no Socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.

liberalismo e ao “totalitarismo” estatal do “socialismo real” “a criação de uma esfera pública, popular, democrática e não-estatal de controle e de indução do Estado, para reformá-lo profundamente, de fora para dentro (...).”¹⁸⁶

A partir de tal idéia-força — onde privilegia, afinal, o protagonismo da sociedade civil progressista¹⁸⁷ —, Genro apresenta o desenrolar de sua proposta estratégica, onde propõe o forjamento de um novo contrato social¹⁸⁸ caracterizado pela combinação da representação “delegada” (representativa) com “formas diretas de controle público não-estatal.”¹⁸⁹ Numa situação onde “todos os interesses abram-se na cena pública”¹⁹⁰, o controle social seria a principal via de democracia direta. O controle sobre o orçamento público e sobre as políticas públicas seriam as principais ferramentas deste processo¹⁹¹.

Entretanto, o referido autor alerta que tal conjunto de proposições políticas poderia sucumbir caso o monopólio das comunicações por parte das elites não seja “atacado”. Quem são estas *elites* e como *atacar* o monopólio referido? Genro não nos fornece sequer uma palavra. Mas, ao debater abertamente a tensão entre reforma e revolução, o autor apresenta aquilo que seria o diferencial petista na defesa socialista: a democracia como valor irrevogável. Vejamos as palavras do próprio autor:

“Como se deduz do projeto [socialista] os meios para realizá-lo? É possível uma democratização radical do Estado brasileiro sem rupturas? Minha avaliação é que não. (...) Se essa ruptura se dará por meio de amplos movimentos sociais,(...) processos plebicitários, ou (...) Constituintes (...), ou se haverá enfrentamento ou não, não tenho a menor idéia, sinceramente. (...) Isso vai ser determinado pela própria capacidade de *hegemonização* que nosso projeto terá e pela forma como as classes dominantes vão se comportar nesse processo.

¹⁸⁶ Op. cit., p. 16.

¹⁸⁷ Sobre as expressões da luta de classes na sociedade civil, Genro não nos fornece nenhuma idéia. Sobre o papel que jogariam, por exemplo, a FIESP e a União Democrática Ruralista (UDR) neste processo político, nenhuma indicação tática é evidenciada pelo autor.

¹⁸⁸ Segundo ele, não seria um “pacto social”, pois este “*sempre foi um recurso jurídico-político das elites em horas de crise da sua hegemonia*”. Op. cit., p. 16.

¹⁸⁹ Op. cit., p. 16.

¹⁹⁰ Op. cit., p. 17.

¹⁹¹ Neste sentido, Genro faz referência aberta à experiência de Orçamento Participativo (OP) executada em Porto Alegre e em outras municipalidades administradas pelo PT. Porém, o autor não se refere aos mecanismos de controle social já previstos na atual Constituição brasileira e que, de forma geral, existem de forma precária. Da mesma forma, não reconhece ou apresenta críticas as insuficiências e deficiências dos referidos projetos de Orçamento Participativo nas administrações petistas.

(...)

Agora, o fundamento de toda a questão é se esse projeto, como projeto socialista, *preserva a questão democrática como questão central ou não*. (...) A preliminar, em última análise, que vai orientar os movimentos é *se a democracia preside ou não o processo*.¹⁹²

A tensão entre reformistas e revolucionários no interior do PT parece resolvida nas reflexões de José Genoíno, expoente da ala moderada petista. Segundo o mesmo, o partido não pode ser classificado como socialista, mas sim reformista e amparado em valores e referências socialistas. O petismo seria uma *“proposta laica pluralista em relação à teoria de não ser portador de uma verdade científica como partido político”*.¹⁹³

Nenhum outro militante e intelectual petista, porém, consegue ser mais expressivo que Marco Aurélio Garcia na definição daquilo que é substancial na concepção de socialismo do PT. Segundo ele, o programa socialista não deve ser resultado de um movimento teleológico: o socialismo não deve ser encarado como meta, ao mesmo tempo em que os meios precisam ser compreendidos como tão importantes quanto os fins da luta política. Portanto, identificar na perspectiva teórica de Garcia uma sustentação nas teses bernstenianas não seria um exagero, mas sim uma hipótese a ser trabalhada e refletida. Neste sentido, observemos como o referido petista, tal qual o socialista moderado alemão, acredita na possibilidade de transformação do capitalismo em socialismo através do desenvolvimento da própria sociedade burguesa, desde que radicalizada a democracia:

“(...) Um programa de transformações centrado em reformas econômicas de cunho fortemente redistributivista, que exija uma reorientação importante do modelo de desenvolvimento, associadas a um processo de radicalização da democracia e de defesa da soberania nacional (...), pode ter pouco a ver com o socialismo e ser até entendido como um projeto de fortalecimento do capitalismo brasileiro. Essas reformas, consolidando abstratamente o capitalismo no Brasil, desestabilizam-no concretamente, sempre e quando as mudanças forem resultado de intensa mobilização social.

¹⁹² Op. cit., p. 44 e 45. Grifos nossos.

¹⁹³ OLIVEIRA, Francisco de, STÉDILE, João Pedro & GENOÍNO, José. *Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000. p. 38.

Abre-se então um processo continuado de transformações em que as conquistas parciais preparam novas conquistas e sinalizam que as possibilidades de reformas profundas deixam o terreno das possibilidades para transformar-se em viabilidades.”¹⁹⁴

É possível que tais concepções evolucionistas expliquem porque Valter Pomar — expoente da esquerda petista — alerte para o quão débil e minúscula é a crítica petista à socialdemocracia no século XX. Na grande maioria dos pronunciamentos do partido, segundo ele, sobram críticas ao “socialismo real”, ao passo que praticamente inexistem referências às largas insuficiências das socialdemocracias que foram hegemônicas nos Estados de Bem-Estar Social e, agora, encontram-se numa crise em franca expansão dado a avalanche neoliberal.

Pomar afirma que a esquerda moderada brasileira, diferentemente do reformismo clássico, abdica de defender o socialismo como meta — mesmo que longínqua — da luta política parlamentar e institucional. Neste cenário,

“[n]o caso do PT, temos os que defendem que o PT exclua o socialismo de seu programa; os que defendem que o socialismo é igual a ‘liberdades democráticas’, ‘mercado’ e o ‘Estado controlando os excessos da propriedade’, o que não passa da velha socialdemocracia; e os que são socialistas, mas não enfrentam o debate sobre a estratégia que pode nos levar ao socialismo (...).”¹⁹⁵

Ao longo de todos os debates expostos acima, pudemos perceber o quanto os socialistas revolucionários perderam espaço dentro do PT ou mesmo, em grande parte, deixaram o partido devido à desesperança em redirecionar os rumos do petismo. Neste mesmo processo, os moderados consolidaram uma forte hegemonia nas definições teórico-políticas do partido, expressas em teses nas quais o socialismo é, em resumo, a radicalização da democracia. A partir da apresentação das diretrizes estabelecidas pelos eventos deliberativos nacionais do PT, abordaremos, a seguir, este processo em que o petismo ruma em direção ao possibilismo.

¹⁹⁴ GARCIA, Marco Aurélio, GUIMARÃES, Juarez & POMAR, Valter. *Socialismo no Século XXI*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 25 e 26.

¹⁹⁵ Op. cit., p. 54 e 55.

A Consolidação da Revolução Democrática como Concepção Petista de Socialismo: Notas sobre os Documentos Políticos Fundamentais do PT

Traçado, em linhas gerais, o desenvolvimento histórico do PT e salientado o debate sobre o socialismo no âmbito do petismo, passaremos, agora, à reflexão sobre a consubstanciação da perspectiva socialista dos petistas em documentos políticos resultantes dos Encontros Nacionais e Congressos do partido. As fontes de pesquisa para este momento serão essencialmente as resoluções dos referidos eventos nacionais do partido¹⁹⁶ — incluindo documentos prévios à sua fundação — e o seminal estudo de Iasi (2006) sobre as “*metamorfozes*” do PT ao longo de sua inserção histórica na luta de classes¹⁹⁷.

Destarte, insistiremos em concordar com a tese de que o PT não é uma novidade absoluta como se afirmava, à época de sua fundação — e alguns ainda reafirmam até os dias de hoje tal ineditismo —, por boa parte da militância petista e por intelectuais de diversos matizes. Como qualquer outro processo político sócio-histórico, a construção do PT possui suas próprias singularidades: o partido não é simplesmente a versão brasileira da socialdemocracia contemporânea, nem, ao mesmo tempo, seria uma organização dos trabalhadores “*sem paralelo na história da humanidade*”. Apesar dos aspectos inovadores proporcionados pela experiência organizativa petista, Iasi demonstra o quão pouco original foi o processo de constituição do PT:

“Muito mais que o aspecto original das formas de organização, que ao fim não se mostraram assim tão originais, nos desperta interesse um aspecto ‘não original’: uma classe, no centro estratégico do processo de valorização do valor, se confronta com o capital, primeiro por motivos imediatos e pontuais (...) e depois dá o passo no sentido de buscar uma representação política que permitisse intervir no cenário nacional unificando a ação de algo muito além de sua situação particular e imediata de classe, convertendo-se num pólo aglutinador de diferentes setores de classe e segmentos sociais diversos que se unificam na luta contra a

¹⁹⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES. *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998. Os documentos posteriores a 1998 são facilmente encontrados em www.pt.org.br.

¹⁹⁷ IASI, Mauro Luis. *As Metamorfozes da Consciência de Classe. O PT entre a Negação e o Consentimento*. Parte 2. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ditadura militar e pela democratização com um corte inicialmente classista e anticapitalista.”¹⁹⁸

Cabe destacar, ademais, que a conjuntura de formação e desenvolvimento do PT é marcada por um momento de forte crise da tradição socialista e do campo da esquerda de forma geral, no Brasil e no mundo. Conforme inclusive já destacamos no Capítulo 2, o período contemporâneo de ofensiva do capital e refluxo da luta revolucionária tem produzido uma vertente específica da esquerda caracterizada pela dupla negação típica dos novos movimentos sociais. Tal segmento consolidou forte hegemonia no seio das esquerdas através da negação do legado do “socialismo real” e da condenação dos “excessos” capitalistas. Ao tomar posse como presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, em 1975, Lula já expressava esse caldo cultural e ideológico,

“identificando de um lado o homem subjugado e escravizado pelo Estado e a ‘ideologia marxista’, e, por outro, o mesmo homem escravizado e explorado por um ‘poder econômico’ que o condena ao ritmo louco da produção e os converte em meras máquinas ou ferramentas.”¹⁹⁹

A partir destes dois apontamentos iniciais, passemos, afinal, aos conteúdos dos documentos políticos do PT que se referem ao socialismo.

As resoluções políticas dos períodos “pré-PT” e de fundação do partido contêm características que apontam para o esforço coletivo de construção partidária efetivado naquele momento histórico²⁰⁰. Os traços iniciais do petismo, em resumo, foram: o anticapitalismo; o classismo; a constituição enquanto partido de massas; a permanente defesa da democracia (inclusive, partidária); a participação nas eleições; e o *horizonte* socialista.

¹⁹⁸ Op. cit., p. 361.

¹⁹⁹ Op. cit., p. 364. Cabe expor as palavras do próprio Lula, citadas por Iasi: “O momento da História que estamos vivendo apresenta-se (...) como dos mais negros para os destinos individuais e coletivos do ser humano. De um lado vemos o homem esmagado pelo Estado, escravizado pela ideologia marxista, tolhido nos seus mais comezinhos ideais de liberdade, limitado em sua capacidade de pensar e se manifestar. E no reverso da situação, encontramos o homem escravizado pelo poder econômico explorado por outros homens, privados da dignidade que o trabalho proporciona, tangidos pela febre do lucro (...)” Op. cit., p. 363.

²⁰⁰ Evidentemente, esse foi um dos esforços políticos à época. Basta lembrarmos da querela entre trabalhistas — donde a divisão entre PDT e PTB — e a luta dos comunistas pela legalização de seus dois partidos mais expressivos, PCB e PC do B.

Dado o objeto do presente estudo, fizemos referência por último à defesa do socialismo por parte do PT. Porém, notemos que o destaque realizado está na questão do *horizonte*. A questão do socialismo aparece, pela primeira vez, já diluída nas outras características apontadas acima. E isto ocorreu justamente porque a meta socialista não foi afirmada de forma clara e taxativa. O socialismo, neste processo, poderia ser entendido de diversas formas, tais como: a democratização radical da sociedade; governos “sem padrões” etc.

Mesmo já apresentando tal fluidez na afirmação do socialismo, vários elementos nos textos documentais remetem ao objetivo socialista — por mais que os petistas moderados de hoje em dia tentem provar o contrário —, inclusive com remissões às teses marxianas, como na sentença a seguir: “*O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores (...)*.”²⁰¹ Segundo Iasi, apesar da falta de clareza na explicitação da meta socialista, o conjunto de princípios e propostas do PT em seus primórdios o afasta da comparação ou identificação com a atual socialdemocracia hegemônica no mundo, expressa pelo conjunto dos partidos reunidos na sobrevivente Internacional Socialista.

O opaco socialismo das resoluções iniciais acima referenciadas comparece de forma transparente no I Encontro Nacional do PT, em 1981. Iasi expõe como prova para tanto o principal documento de tal convenção petista, o discurso de Lula no evento, no qual este afirma: “*(...) ‘Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo (...), uma sociedade que (...) terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?’ (...)*.”²⁰²

Neste sentido, concordamos com Iasi que é genuíno o esforço dos petistas em construir uma alternativa aos socialdemocratas adaptados ao capitalismo e ao “socialismo real”. Porém, questionamos a veracidade da afirmação de que o PT pretendia “*formular uma alternativa revolucionária para a formação social brasileira*.”²⁰³ Por mais que o autor negue a possibilidade do avanço socialista através do espontaneísmo e afirme a importância de “*certas formulações teóricas*

²⁰¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES, ... Op. cit., p. 53.

²⁰² IASI, ... Op. cit., p. 387.

²⁰³ Op. cit., p. 388. Grifos nossos.

que se encontram em determinado patamar de amadurecimento”²⁰⁴, a afirmação hegemônica do I Encontro Nacional é a de um partido “*rumo ao socialismo democrático*” que será definido “*nas lutas do dia-a-dia*”²⁰⁵.

Mas também, sobre as referidas formulações teóricas que influenciaram os primeiros anos do petismo, podemos levantar alguns questionamentos de difícil resolução. Iasi debita também na conta de intelectuais que migram para o PT a responsabilidade sobre tais teorias. Todavia, quem eram estes quadros intelectuais? A contribuição dos mesmos é de fácil definição ou foi eclética? Qual a real influência, por exemplo, da tradição marxista neste processo? São perguntas ainda em aberto, mas que, porém, a elevação de Francisco Weffort, neste período, como principal símbolo de intelectual e quadro partidário nos fornece indicações sobre as características de tais reflexões teóricas do partido.

Entretanto, apesar das dúvidas acima, concordamos com Iasi sobre o avanço da consciência petista que evoluiu da simplória dupla negação do capitalismo e do socialismo — como no discurso de Lula em 1975, referenciado anteriormente — para a mais sofisticada dupla negação da socialdemocracia contemporânea e do “socialismo real”. Trata-se efetivamente, nas palavras do referido autor, de “*uma expressão de um salto de qualidade no processo de constituição da classe como classe que no confronto com seu adversário vislumbra uma possibilidade de sociedade além da ordem capitalista.*”²⁰⁶

O II Encontro Nacional do PT, em 1982, ocorre para atender a necessidade de se estabelecer a tática eleitoral do partido frente ao processo eletivo que ocorreria ainda neste mesmo ano. Mesmo com este objetivo geral mais específico, a afirmação da meta socialista comparece em suas resoluções finais. Diz o programa: “*Desde a sua fundação, o PT afirmou o compromisso com a construção de uma sociedade sem explorados. Isto é, o seu compromisso com a construção de um Brasil socialista.*”²⁰⁷ E podemos dizer, inclusive, que existe neste evento do partido uma continuidade no conteúdo da concepção de socialismo expressa no I Encontro Nacional.

Ocorrido em 1984, o III Encontro Nacional do PT foi realizado num cenário, segundo Iasi, onde crescia a “*aceitação do partido entre os*

²⁰⁴ Op. cit., p. 389.

²⁰⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES, ... Op. cit., p. 113 e 114.

²⁰⁶ IASI, ... Op. cit., p. 389.

²⁰⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES, ... Op. cit., p. 126.

trabalhadores e as camadas populares” e, portanto, “*ênfaticou[-se] as tarefas de organização, finanças e formação política.*”²⁰⁸ Neste encontro é explicitada de forma clara a diferenciação entre poder e governo. Inicia-se, a partir de então, a ênfase na necessidade de *acumular forças*, para além da “simples” conquista do poder. Iasi afirma que, em pouco tempo, a tese do “acúmulo de forças” se transformará no eixo político do gradualismo dos petistas moderados (e hegemônicos no partido).

O elemento mais significativo para pontuarmos as resoluções do Encontro Nacional Extraordinário do PT, em 1985, é observar que o eixo de comando do petismo ainda se encontrava na dinâmica interna do partido. Neste período, as decisões emanadas do partido ainda predominavam sobre as das bancadas parlamentares do PT. O símbolo expressivo deste processo foi a expulsão dos parlamentares petistas que resolveram por desobedecer a decisão do partido de não participar do Colégio Eleitoral²⁰⁹.

Os documentos relativos ao IV Encontro Nacional do PT, realizado em 1986, delineiam o avanço da compreensão petista sobre a formação social e econômica do Brasil e a configuração do capitalismo naquele período. As reflexões do partido neste evento — calçadas também nas diversificadas teses marxistas presentes no seio do PT — caminham para uma concepção de alcance da meta socialista segundo a qual, dado os ainda incompletos desenvolvimentos plenos a) das forças produtivas — bem como daquilo que seria sua expressão política: uma burguesia forte e unitária — e, ao mesmo tempo, b) da consciência geral das classes trabalhadoras sobre a necessidade da transformação socialista — apesar de considerarem tal processo em ascensão —, seria imperativo promover o “acúmulo de forças” para o sucesso da estratégia do partido. Por caminhos diversos, Iasi considera que começa a se constituir no PT uma concepção etapista: antes do socialismo, enquanto período de transição ao comunismo, seria necessária uma fase *nacional e democrática*, onde ainda existiria o mercado, porém convivendo com outras formas de propriedade coletiva (mista, estatal, social etc.).

²⁰⁸ IASI, ... Op. cit., p. 392.

²⁰⁹ Este foi o procedimento político que elegeu indiretamente Tancredo Neves para a Presidência da República.

O V Encontro Nacional, em 1987, ocorre numa conjuntura onde já se pode observar o início do refluxo do movimento sindical e do avanço da ofensiva burguesa no Brasil, via reestruturação produtiva. Porém, segundo Iasi, tal conjuntura crítica não impede o PT em afirmar o socialismo como resultado de uma ruptura com o capitalismo:

“A parte das resoluções relativas ao ‘objetivo estratégico’ socialista inicia-se realizando uma diferenciação por demais significativa entre as tarefas relacionadas à ‘tomada do poder político’ e a efetiva ‘construção do socialismo’ sob as condições deixadas pelo capitalismo (...). Nos termos das resoluções, esta conquista assumia uma forma claramente anticapitalista e supunha uma ‘ruptura’, uma ‘mudança política radical’. Vejamos: ‘Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, em primeiro lugar, uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político — o Estado — a seu serviço.’ (...).”²¹⁰

Cabe ressaltar, entretanto, que a busca petista por consolidar uma determinada concepção de socialismo volta-se para o interior do partido: antes, o esforço do partido se concentrava na tentativa em distinguir-se das proposições das esquerdas existentes no Brasil (trabalhistas e comunistas); agora, trata-se da disputa de concepções no interior do partido. Neste sentido, apesar das duas vias principais defendidas no V Encontro serem distintas, até aquela que pode ser considerada moderada apela para a transformação socialista da realidade social. Todavia, os moderados combinavam reforma e revolução afirmando que os setores “radicais” as consideravam “*como termos e práticas antagônicas.*”²¹¹

As resoluções finais do referido evento nacional do partido são representativas das idéias e concepções da parcela majoritária do partido, que, como vimos, configura-se como moderada. Iasi critica a fragilidade teórica dos moderados, por exemplo, quando reconhecem — mesmo que de forma confusa — segmentos como o microempresariado como um aliado estratégico na construção do processo de transformação social. O autor diverge também das concepções de

²¹⁰ Op. cit., p. 414 e 415.

²¹¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES, ... Op. cit., p. 313.

Estado e sociedade civil defendidas pelo grupo majoritário, pois, segundo ele, são o resultado de uma mescla eclética entre as teses de Bobbio, do eurocomunismo e da leitura de Gramsci realizada por Carlos Nelson Coutinho. Conforme Iasi,

“Devemos supor que os novos bárbaros [— os socialistas revolucionários —] seriam todos aqueles que autoritariamente se aferram a ‘velhos’ conceitos de uma época, pré-bobbiniana, na qual o Estado era uma máquina a serviço de certos interesses de classe (...). Não seria por acaso que tal conceituação de ‘Estado ampliado’ aparece aqui nas resoluções de um partido que tão radicalmente recoloca a meta socialista e revolucionária. (...) O que transparece nas resoluções é um pano de fundo em que há uma mal digerida tradução do conceito gramsciano de hegemonia (...).”²¹²

Podemos afirmar ainda, segundo o autor, que a tática democrático-popular dos petistas se assemelha ao PCB em seus períodos de revolução democrático-nacional. A diferença seria que o PT não enxergava na burguesia nacional um aliado para tal processo, já que o projeto democrático e popular executaria reformas profundas ainda na ordem do capital, que a burguesia brasileira já teria abdicado de realizar por não considerá-las necessárias para a manutenção de seu domínio de classe (por exemplo, a reforma agrária).

Em resumo, a estratégia petista que se consolida como majoritária no interior do partido a partir do V Encontro Nacional é pautada no entendimento de que, dada a ainda insuficiente compreensão das massas sobre a necessidade do socialismo como solução para a exploração e a opressão, é imprescindível *acumular forças!* E as duas principais vias para a efetivação deste acúmulo seriam o movimento de massas — prioritariamente o sindical, através da CUT, mas também os outros movimentos populares — e a luta institucional a partir de eleições.

Com o otimismo petista sobre o cenário eleitoral de 1989²¹³, o VI Encontro Nacional do PT revela mais uma vez o etapismo gradualista em processo de consolidação nas concepções políticas do petismo, tal como apontamos no desenrolar dos Encontros Nacionais prévios. O projeto democrático-popular seria uma etapa e, ao mesmo tempo, a porta de entrada para

²¹² IASI, ... Op. cit., p. 425.

²¹³ Nos primeiros meses de 1989, as pesquisas sobre a disputa presidencial apontavam Lula e Brizola como principais candidatos.

o socialismo. O socialismo, entretanto, não comparece de forma substantiva no processo eleitoral de 1989 e a moderação da plataforma política petista em comparação, por exemplo, aos documentos de fundação do partido é evidente:

“(…) Alguns aspectos podem revelar isto; por exemplo, em 1979 o PT propunha a ‘nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras’, assim como a ‘estatização das grandes empresas e bancos’, agora nas diretrizes do PAG [(Plano de Ação de Governo)] a coisa muda um pouco. Afirma-se que ‘a presença do capital estrangeiro nas atividades produtivas deve-se subordinar às prioridades da política econômica’, do mesmo modo que a intenção de estatizar o sistema financeiro aparece agora como tentativa de utilizar o ‘setor bancário estatal para forçar o sistema privado a se adaptar às orientações propostas (...). (...) Quanto à propriedade dos meios de produção, temos que nos contentar com a afirmação de que a ‘a propriedade privada dos meios de produção e distribuição (se subordinará) aos objetivos sociais da atividade econômica’, seja lá o que isto queira dizer.”²¹⁴

Expressão concreta do início da consolidação moderada do petismo, o VII Encontro Nacional do PT, em 1990, ocorre sob o signo de três elementos conjunturais essenciais que propiciaram o empreendimento do giro gradualista operado pelos petistas moderados, a saber: a) a derrota para Collor — debitada, pelos moderados, na conta das restritas alianças ao campo popular; b) o desmonte do bloco socialista e a crise da URSS, que recua o PT naquilo em que se afirmava como estrategicamente socialista; e c) o refluxo dos movimentos sociais (sindical e populares), com nítido desgaste e falta de renovação de lideranças.

Mesmo assim, neste período o PT se torna o principal pólo oposicionista do país. Ao mesmo tempo em que começa a crescer desordenadamente, o partido aumenta sua atuação institucional, vertendo a dinâmica partidária para a ocupação e atuação nos cargos eleitorais e institucionais; e, neste processo, a relação com os movimentos sociais torna-se, cada vez mais, formal. Segundo Iasi, “(…) *as administrações municipais ou mandatos parlamentares (...), pouco a pouco, se convertem nas bases reais da ação partidária.*”²¹⁵

²¹⁴ Op. cit., p. 451 e 452.

²¹⁵ Op. cit., p. 454. E sobre as administrações municipais complementa o autor: “Em que pesem as experiências inovadoras e as honradas e raras exceções, a regra geral foi que as administrações foram engolidas pela lógica de administrar a crise, principalmente em sua manifestação financeira, e pela tarefa da reeleição como meta fundamental. O resultado, via de regra, foi um profundo distanciamento das bases sociais, um retrocesso nos movimentos e o desmonte do PT pelo quase

Quanto ao socialismo, o referido evento partidário o utiliza como elemento de qualificação da democracia. O contraponto ao capitalismo passa a ser a afirmação democrática, e não mais o socialismo — mesmo que adjetivado como democrático. A dupla negação à socialdemocracia contemporânea e ao “socialismo real” permanece; porém, o teor do socialismo proposto difere cada vez mais dos Encontros Nacionais anteriores, sustentando como centrais elementos da institucionalidade democrática vigente. À diferença da socialdemocracia, é reforçada a defesa aberta da combinação entre democracia direta e democracia representativa. Entretanto, de forma geral, a proposta de radicalização democrática não mais ultrapassa os princípios liberais clássicos — direito à individualidade, igualdade entre os cidadãos, direito à diferença etc.—, somados à defesa da propriedade social — contrariamente ao “*intolerável planejamento autocrático estatal de tantas economias ditas socialistas.*”²¹⁶ Mas, apesar do esmorecimento na defesa do socialismo, este ainda é, de fato, sustentado como meta a ser alcançada. Mas já não se apresenta como um consenso. Iasi afirma que este processo se aprofundará ao ponto do se debater, nos Encontros posteriores, a manutenção ou não da meta socialista.

A resolução sobre o “*socialismo petista*” é a expressão principal da hegemonia moderada que inicia seu domínio pleno sobre o partido neste Encontro. Apesar de afirmar um resgate da concepção de socialismo presente nos documentos do V Encontro Nacional, agora tal entendimento aparece levemente modificado. O objetivo anterior de tornar-se não apenas hegemônico, mas também classe dominante, transforma-se na vaga luta por hegemonia *na sociedade civil*. E o socialismo adquire a condição de horizonte, segundo Iasi “*virtual*”, pois “*se afasta quanto mais dele tentamos nos aproximar.*”²¹⁷

É neste processo que se inicia a defesa aberta da “*refundação*”, “*da adequação aos novos tempos*” etc. Além do impacto dos três aspectos conjunturais, citados acima, sobre o período em que ocorreu o VII Encontro, outro elemento histórico significativo — revelador do caldo cultural que influenciava não só a militância, mas também os quadros de vanguarda do partido — é o avanço da pós-modernidade, principalmente naquilo em que serve como cavalo de

absoluto atrelamento à lógica institucional eleitoral e aos interesses das administrações.” Op. cit., p. 460.

²¹⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES, ... Op. cit., p. 435.

²¹⁷ IASI, ... Op. cit., p. 461.

batalha da tradição marxista. Num primeiro momento, os moderados propunham a “ampliação” do marxismo via Gramsci — problemáticamente, em sua maioria, diga-se de passagem; agora, trata-se de questionar as linhas gerais do conjunto da tradição marxista e a própria necessidade do marxismo ser um recurso obrigatório ao partido. Segundo Iasi, autores como Habermas, Guiddens e Bobbio passam a prevalecer nas reflexões dos setores majoritários do partido.

A consagração da concepção petista de socialismo, isto é, aquela levada à frente pelos moderados (majoritários) do partido, ocorre no I Congresso do PT, em 1991. No que dependesse da vontade dos setores gradualistas que promoveram as inflexões à direita no partido, neste evento deveria ter acontecido uma “refundação” do PT. Isto acabou por não ocorrer em sua máxima profundidade, segundo Iasi, devido à maior participação da base partidária no Congresso, em comparação aos presentes em Encontros Nacionais²¹⁸ — em que pese, mesmo assim, a vitória incontestável da tese da corrente majoritária, elevada à condição de tese-guia.

A derrocada do “socialismo real” foi o grande pano de fundo para a exposição de um aprofundamento das críticas petistas não apenas ao desenvolvimento propriamente dito de tais experiências socialistas, mas também ao formato de processo revolucionário que engendrou a URSS. Neste sentido, a reflexão partidária dos petistas fazia referência, na maior parte de seu tempo, aos aspectos políticos, onde criticavam: o “autoritarismo” do Estado; a fusão entre Estado e Partido; o “sufocamento” da sociedade civil e das liberdades individuais; a burocratização do Estado e do exercício do poder político; e até a vulgarização do marxismo.

No que tange à economia dos países do bloco socialista, as resoluções finais criticavam o pragmatismo produtivista, destacando três aspectos: a) a falta de democratização das decisões sobre a economia em geral; b) a falta de preocupação ecológica e, conseqüentemente, com o desenvolvimento sustentável; e c) a inexistência de relação com o mercado internacional, diga-se capitalista, gerando déficit tecnológico. Enfim, o documento político avança, por um lado, na crítica à estatização generalizada pretendida pelo “socialismo real” e, por outro, na

²¹⁸ Lembremos que este foi o primeiro congresso do partido, onze anos depois de sua fundação e após sete Encontros Nacionais e um Encontro Nacional Extraordinário.

democratização generalizada como alternativa — mesmo que se inclua neste último processo a “democratização” do próprio mercado.

Neste evento, os petistas realizam uma autocrítica dos primeiros anos do partido, quando este defendia alguns aspectos do “socialismo real”. Agora, afirmavam que este erro advinha de certo anticapitalismo que, à época, continha uma nostalgia pela criação de um partido de vanguarda. Denota, enfim, que o PT sofria de certo dogmatismo e, por que não, de forte esquerdismo em seus primórdios. Num partido onde as novas diretrizes-chaves são a *democratização da sociedade civil* e o estabelecimento de *uma nova ordem de cidadania plena*, não é absurdo que o socialismo continue sendo afirmado, só que agora, cada vez mais, como um horizonte, um conjunto de ideais, uma referência... E é justamente neste processo que a crítica dos moderados se volta com toda força aos setores de esquerda do partido, tachados de dogmáticos, autoritários, sectários, dentre outros adjetivos. É defenestrada, enfim, a esquerda revolucionária existente no PT, principalmente a de corte trotskista²¹⁹.

No contexto petista em que “*socialismo é sinônimo de radicalização da democracia*”²²⁰, Iasi identifica o (envergonhado) recurso a Bernstein na resolução final do congresso petista com o objetivo de sustentar a tese da *Revolução Democrática*. Citaremos a longa, porém necessária, passagem onde o autor revela tal procedimento obscuro, porém esclarecedor, por parte dos petistas moderados:

“Mais adiante, entre aspas no texto original, a frase sintética que vincula a radicalização da democracia a uma determinada estratégia: ‘Democracia, para nós, é simultaneamente meio e fim’. É significativo que esteja entre aspas, *mais significativo ainda que não seja afirmada a fonte da frase original*. Ela pode ser lida, literalmente, na seguinte passagem de um clássico texto de um certo marxista alemão: ‘A democracia é, ao mesmo tempo, meio e fim. É o meio da luta pelo socialismo e é a forma da realização do socialismo. (...)’

Este é um texto de ninguém menos que Bernstein, célebre reformista alemão com o qual Kautsky e Rosa Luxemburgo debateram veementemente. A coincidência com a substância da formulação não pára por aí. Bernstein afirma na seqüência do mesmo texto que: ‘A socialdemocracia não quer destruir essa sociedade ou proletarizar a inteira massa dos seus membros; ao contrário, ela atua

²¹⁹ Como já referenciamos anteriormente, neste período ocorreu, por exemplo, a expulsão da corrente interna Convergência Socialista, que posteriormente fundou o PSTU.

²²⁰ PARTIDO DOS TRABALHADORES, ... Op.cit., p. 499.

incessantemente para elevar o trabalhador da condição social de proletário àquela de cidadão e, portanto, generalizar o sistema civil (...) ou a condição de cidadão (...). Ele não visa a substituir a sociedade civil por uma sociedade proletária, mas a ordem social capitalista por uma ordem social socialista.’ (...)”²²¹

Portanto, neste processo, a solução encontrada pelos petistas para o refinamento moderado da meta socialista foi a injeção de “*doses massivas de ‘convicção democrática’*.” A irônica crítica de Iasi aponta que o PT propõe “*superar o capital democraticamente, (...) superar o liberalismo a golpes de ‘liberalismo verdadeiro’, radicalizando a democracia.*”²²² Evidente se torna que o Estado Democrático de Direito — o Estado Moderno — é também encarado pelos petistas, sob tal fetiche politicista, como meio e fim. E o pluralismo político defendido como constituinte do socialismo democrático encontraria, segundo os petistas, seu fundamento concreto na diversidade de formas de propriedade.

Por fim, é possível observar a fragilidade da tese estratégica de disputa por hegemonia nas resoluções do I Congresso, inclusive considerando-a como uma vulgarização da perspectiva gramsciana. Conforme diz Iasi,

“O que parece evidente, no caso das resoluções do PT, é que se acredita que é possível disputar estes instrumentos [— governos, instituições, meios de comunicação etc. —] e colocá-los a serviço dos trabalhadores. É por isto que termos como ‘revolução’, ‘ruptura’ ou ‘transformações revolucionárias’ podem não indicar, necessariamente, a substituição do Estado burguês por um Estado proletário. Antes se tratava de afirmar que a revolução socialista não podia limitar-se à simples tomada do Estado, mas à construção de um poder proletário, mas agora se corre o risco de acreditar que esta construção prescinde da destruição do Estado burguês e de sua substituição por um Estado de novo tipo.”²²³

Em 1993, o VIII Encontro Nacional do PT, entretanto, é marcado por um leve — e momentâneo — giro à esquerda em suas resoluções finais²²⁴. A corrente centrista *Articulação* passa por uma divisão, donde surge a tendência *Articulação*

²²¹ IASI, ... Op. cit., p. 468 e 469. Grifos nossos.

²²² Op. cit., p. 473.

²²³ Op. cit., p. 490. Todavia, é possível afirmar que a depuração moderada, no I Congresso, poderia ter sido mais profunda não fosse a conjuntura anti-petista que se instalava no país por parte dos setores conservadores da sociedade. Nada como a legitimidade com que o Lula chega ao governo em 2002 para encaminhar facilmente o PT rumo à socialdemocracia sem máscaras.

²²⁴ No período imediatamente posterior ao VIII Encontro, o rumo moderado se impõe novamente na dinâmica do partido.

de Esquerda. Esta se alia a outros setores de esquerda do partido e, com isso, conseguem obter a maioria partidária. Neste processo são recuperados elementos críticos ao capitalismo, valorizando, notadamente, a questão nacional. A crítica aos setores moderados é realizada, principalmente, em razão do leque de alianças por demais ampliado, segundo a tese vitoriosa neste Encontro. A lógica política dos moderados cada vez menos observaria os setores, camadas e classes sociais que deveriam compor as alianças, mas tão somente observavam-se as siglas partidárias. O receio das esquerdas petistas, portanto, era a descaracterização do partido — medo partilhado, inclusive, segundo Iasi, por parte das bases partidárias das tendências moderadas.

O resultado político, pois, da vitória da tese *Uma Opção de Esquerda* é a tentativa de resgatar os elementos acumulados pelo partido no que tange à construção de um projeto democrático e popular, com corte anticapitalista e socialista, enfim, sem o pragmatismo eleitoral imposto à dinâmica partidária pelos sucessivos triunfos dos moderados. Portanto, pode ser considerado um breque no processo petista de amoldamento à ordem vigente. Porém, caricaturando, não é um momento “trotskista” ou algo semelhante. Podemos afirmar que foi uma fusão das tendências de esquerda críticas aos rumos reformistas, mas, ao mesmo tempo, também imbuídas dos fetiches politicistas, referenciados acima e predominantes no partido. A decorrência é um projeto de corte nacional, popular e democrático, com ênfase no anti-imperialismo, anti-latifundiarismo e anti-monopolismo. O apelo ao desenvolvimento econômico pautado no mercado interno é uma releitura à esquerda da necessidade de manutenção do mercado num primeiro governo democrático-popular. Enfim, é a *etapa nacional* que é posta em destaque numa honesta proposta republicano-democrática radical, que pretendia estar sustentada politicamente pelos movimentos de massa²²⁵.

No entanto, a autonomização da figura de Lula e de certas estruturas paralelas de poder — como, por exemplo, a comissão de organização da campanha presidencial no ano seguinte (1994) — aprofunda-se e acaba por ser determinante para a ausência de consolidação da nova maioria partidária que advém do VIII Encontro. A avaliação incorreta da conjuntura — principalmente, o impacto popular do Plano Real e a filiação plena do PSDB ao neoliberalismo,

²²⁵ Um possível exemplo da fragilidade das resoluções deste evento à esquerda do PT seria a identificação do inimigo nas *elites brasileiras*, e não mais na burguesia.

junto à aliança (vitoriosa em 1994) com o PFL — pode ser afirmada, conforme Iasi, como outro fator essencial para a fragilidade da nova maioria. A derrota de 1994 afundou de vez este breve fôlego à esquerda e propiciou novo ânimo e mais argumentos para os setores petistas moderados.

O período histórico que cobre os anos dos dois governos FHC, isto é de 1994 a 2002, é marcado pela consolidação da reestruturação produtiva e do neoliberalismo no Brasil. Como afirmamos acima, já em 1994 o PT recupera o seu rumo moderado no IX Encontro Nacional, onde é discutida apenas a programática eleitoral para aquele ano. No momento histórico referido — em que ocorrem também o X (1995), o XI (1997) e o XII (2001) Encontros Nacionais e o II Congresso do PT (1999) —, a relação do PT com os movimentos sociais se torna cada vez menos orgânica, o que os colocam muitas vezes como simples massa de manobra (eleitoral) do partido. Consolida-se de vez o protagonismo dos quadros institucionais (partidários ou ligados aos parlamentares e aos governos petistas) e de personalidades do partido, em contraposição aos projetos coletivos expressados pelas tendências internas. O desenvolvimento de espaços paralelos de poder ao partido, cujo exemplo cabal é o Instituto da Cidadania, facilitava a abertura de um fosso entre as decisões (e ações) do partido e os debates (e a militância) das bases partidárias.

A promoção do gradualismo no interior do PT é levada a cabo pelos setores majoritários até o limite que a correlação de forças interna ao partido permite: por exemplo, tenta-se até excluir a meta socialista no II Congresso, o que não ocorreu porque, segundo Iasi,

“[d]iante da reação dos delegados e de emendas no sentido de manter a meta e o caráter socialista do partido, a solução foi conservar anexo às resoluções o texto sobre ‘O Socialismo Petista’ do VII Encontro aliado a um outro extraído do texto do I Congresso que tratava sobre o tema. No corpo das resoluções a questão ficou restrita a *um parágrafo* relativo à garantia de princípios e dissociada de qualquer medida de governo ou de forma integrada com a estratégia de chegar ao governo federal.”²²⁶

O II Congresso estabelece ainda o Processo de Eleições Diretas (PED) para os processos eletivos internos ao partido. Segundo Iasi, esta foi a

²²⁶ Op. cit., p. 513.

cristalização de um processo de castração da participação da militância de base nas decisões estratégicas do partido, propiciando, portanto, o fortalecimento do cupulismo e das “figuras públicas”:

“(…) em vez de encontros com militantes que debatem um programa e definem uma direção, ocorreria uma votação direta com a participação de todos os filiados que elegem a direção e os delegados para um encontro que discutirá, já com a correlação de forças definida pela votação direta, as linhas de ação previamente definidas pelo texto majoritário. Antes, a eleição da direção era precedida do debate da política, agora a eleição da direção precede o debate. Em vez de moldar a sociedade pelos critérios de uma democracia direta e participativa exercida no partido, o partido se moldou pelos limites de uma democracia representativa que prevalece na sociedade, com todas as deformações a que esta tem direito, desde a interferência do poder econômico, a manipulação de massas, a predominância de figuras públicas, o controle de máquinas e a despolitização total do debate.”²²⁷

O PT demonstrou não conseguir ultrapassar o republicanismo da proposta de *Revolução Democrática* consubstanciada, principalmente, no VII Encontro Nacional e no I Congresso. O partido não supera, afinal, seu principal antecedente histórico na esquerda brasileira, o PCB, no entendimento da realidade brasileira e acaba por reatualizar o etapismo pecebista. Iasi afirma que em algumas formulações iniciais do partido, a reflexão sobre a formação social brasileira chegou a ser intuída e iniciada; porém, acabou relegada a segundo plano pelos quadros formuladores do partido, devido ao pragmatismo eleitoral dos mesmos.

Identificando a base social da inflexão moderada petista na “*burocracia partidária e sindical*”, Iasi afirma que é neste meandro que prevalecem os valores e o projeto pequeno-burgueses no PT: “[e]m termos gramscianos, o partido passou de uma hegemonia proletária para uma hegemonia pequeno-burguesa.”²²⁸ No processo de desenvolvimento petista, enfim, confluem as principais expressões da classe trabalhadora em luta no Brasil, frente a um processo mundial de reestruturação produtiva do capital e de refluxo dos movimentos sociais das classes exploradas e oprimidas. De fato, “*o espaço livre da práxis abriu a possibilidade de instituir o novo, mas a efetiva superação da velha*

²²⁷ Op. cit., p. 514.

²²⁸ Op. cit., p. 558.

ordem exigia a conjugação de uma série de fatores históricos que não se apresentaram.”²²⁹

O partido evolui do anticapitalismo para um pretense projeto antineoliberal. O leque de alianças avança para *amplas forças sociais*, incluindo o capital produtivo, seja nacional ou internacional, pois o novo inimigo seria o capital especulativo. A questão agrária resume-se ao problema dos latifúndios improdutivos. O projeto socialista, enfim, é substituído por um projeto de desenvolvimento nacional. Antes qualificado como popular, o projeto petista é agora apenas o democrático, com o PT sendo o único partido do cenário brasileiro capaz de *combater a exclusão social*, através da implementação de *um virtuoso ciclo de expansão econômica sustentável e baseada no mercado interno*.

²²⁹ Op. cit., p. 530.

Apontamentos Finais

Na *Introdução* a esta dissertação, esclarecemos que o marco temporal a ser estudado, naquilo que tange ao desenvolvimento da concepção petista de socialismo, abarcaria desde o momento histórico de fundação do PT até os eventos prévios à eleição de Lula como Presidente da República. Desse modo, conforme apresentamos no último capítulo, a evolução moderada dos petistas, durante o período histórico referido, pode ser observada não apenas através do delineamento dos traços históricos do partido e da leitura crítica dos debates teóricos e políticos travados entre intelectuais e militantes petistas, mas também a partir do exame da documentação resultante dos eventos nacionais deliberativos do partido — os Encontros e Congressos do PT.

No entanto, consideramos importante destacar que foi realizado, em 2007, o III Congresso do PT, o primeiro acontecimento partidário significativo a ocorrer na vigência do Governo Lula. Uma primeira e despreziosa leitura das resoluções²³⁰ aponta para a continuidade das diretrizes gerais fornecidas pelos últimos encontros e congressos, expressando a manutenção da perspectiva moderada. Porém, cabe ressaltar que, diferentemente do II Congresso (em 1999), ocorre um maior esforço em apurar a concepção de socialismo do partido, na tentativa de adequá-la, inclusive e sobretudo, ao desafio de estar no comando do governo federal. No II Congresso, conforme expusemos no último capítulo, o socialismo era um dos eixos gerais de debate e sequer foi discutido em profundidade, restando apenas em anexo às resoluções finais os documentos sobre socialismo do VII Encontro Nacional (1990) e do I Congresso (1991). Mesmo assim, apesar de apresentar um debate mais acurado, a resolução sobre o socialismo petista do III Congresso²³¹, reafirma a alusão ao VII Encontro:

“Mantendo um diálogo crítico com a socialdemocracia e com os partidos comunistas, o socialismo petista definiu-se, desde a fundação do partido como um processo de construção teórica e partidária. Parte importante de nossa crítica ao

²³⁰ As resoluções podem ser encontradas em www.pt.org.br.

²³¹ O III Congresso possui basicamente dois eixos de discussão: o socialismo petista e a organização partidária. Nossa atenção aqui recai, é claro, sobre o primeiro eixo.

capitalismo e de nossa reflexão sobre os caminhos e descaminhos do socialismo do século XX foi resumida no documento *Socialismo Petista*, aprovado no VII Encontro do partido, em 1990. Essa reflexão se enriqueceu no contato que mantivemos com dezenas de partidos e organizações do mundo inteiro, especialmente da América Latina que, como nós, realizávamos um esforço de repensar uma alternativa pós-capitalista. Mas se enriqueceu, sobretudo, com as lutas sociais e experiências parlamentares, nos governos municipais e estaduais que conquistamos, no diálogo permanente com as melhores tradições da cultura brasileira.”²³²

Além do destaque acima, apontaremos aqui apenas duas observações finais que devem ser encaradas mais como possíveis hipóteses para futuros estudos do que conclusões decorrentes das leituras e reflexões que apresentamos no presente trabalho. A primeira diz respeito à questão da dupla negativa petista tanto ao “socialismo real” quanto à socialdemocracia contemporânea. Não foi por acaso que estudamos no primeiro capítulo o desenvolvimento da tradição socialista, quando salientamos a produção teórico-política de Bernstein e Lênin. A nebulosidade — referida por estudiosos dos mais diversos matizes teóricos — presente nas principais concepções estratégicas do PT deu ensejo à dificuldade de delinear a qual vertente da tradição socialista o petismo estaria filiado. Entretanto, o caminho histórico percorrido por este partido da esquerda brasileira parece trilhar, em nossa opinião, a via do reformista alemão e em contraposição às teses do revolucionário russo. Uma lacuna que teríamos que preencher para a efetivação de tal reflexão seria o estudo aprofundado da socialdemocracia contemporânea, algo que muito parcamente realizamos neste trabalho.

E o segundo questionamento que nos colocamos diz respeito ao papel da CUT no desenvolvimento moderado do PT. Muito se afirmou sobre o afastamento do partido de suas bases sociais, conforme avançava o pragmatismo e a ênfase nos processos eleitorais. Em geral, tal reflexão vem acompanhada da referência ao MST, um movimento que, sem dúvida, conseguiu manter uma razoável independência dos partidos de esquerda — no que pese o PT ser ainda sua principal referência partidária — e, mesmo com o refluxo dos movimentos sociais e as debilidades da esquerda, conseguiu manter uma perspectiva abertamente

²³² PARTIDO DOS TRABALHADORES. “O Socialismo Petista”. In *III Congresso do PT*. www.pt.org.br.

socialista e revolucionária, para além de sua demanda imediata geral pela reforma agrária. A CUT, por outro lado, nos parece que caminhou organicamente ao lado da evolução gradualista do PT, fornecendo, inclusive, quadros militantes e insumos teóricos e políticos para a sustentação do amoldamento petista aos ditames do capitalismo em tempos de reestruturação produtiva e mundialização financeira do capital. Porém, nos falta novamente o estudo necessário sobre tal processo, o que nos coloca outra fonte de dúvidas e questionamentos possíveis sobre o universo político petista. Chegamos a estudar algumas referências bibliográficas neste sentido; no entanto, em quantidade insuficiente para qualquer afirmação mais significativa.

E, de forma geral, compreendemos que a principal deficiência de nossa dissertação é a inexistência do estudo, mesmo que inicial, sobre a formação social e econômica do Brasil a partir dos autores clássicos do pensamento social brasileiro. Esta deficiência, curiosamente, também pode ser encontrada no conjunto das reflexões majoritárias e moderadas dos petistas. Florestan Fernandes, ilustre pensador revolucionário brasileiro, foi petista, porém nunca ilustre (ou majoritário!) no seio do PT!

Bibliografia

- ALVES, Giovanni. *O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho. Reestruturação Produtiva e Crise do Sindicalismo*. São Paulo: Boitempo, 2000.
- . “Trabalho e Sindicalismo no Brasil dos Anos 2000: Dilemas da Era Neoliberal”. In ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. Parte III. São Paulo: Boitempo, 2006.
- AMARAL, Oswaldo E. do. *A Estrela não é mais Vermelha. As Mudanças do Programa Petista nos Anos 90*. São Paulo: Editora Garçonni, 2003.
- ANDERSON, Perry. “Balanço do Neoliberalismo”. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo. *Pós-neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez, 1995.
- . *Os Sentidos do Trabalho. Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ANTUNES, Ricardo (org.). *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil*. Parte III. São Paulo: Boitempo, 2006.
- ANTUNES, Ricardo & SILVA, Maria Aparecida Moraes (org.). *O Avesso do Trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A Utopia Fragmentada: as Novas Esquerdas no Brasil e no Mundo na Década de 1970*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- BADARÓ, Marcelo. *Novos e Velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro (1955/1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.
- BIHR, Alain. *Da Grande Noite à Alternativa. O Movimento Operário Europeu em Crise*. São Paulo: Boitempo, 1999.
- BRAZ, Marcelo. “O Debate Teórico acerca dos Novos Movimentos Sociais no Brasil: um Balanço Crítico”. In Revista *Serviço Social e Movimento Social*. Vol. 1, nº 2. São Luís: EDUFMA, 2000.
- . *Partido Proletário e Revolução: sua Problemática no Século XX*. Tese de Doutorado (mimeo). Rio de Janeiro: ESS/UFRJ, 2006.

- CERRONI, Umberto. “Para una Teoría del Partido Político”. In *Teoría Marxista del Partido Político*. Argentina, Córdoba: Ediciones Pasado y Presente, 1973.
- CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- COLE, G. D. H. *Historia del Pensamiento Socialista*. Volumes I, II, III, IV, V e VI. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.
- DUVERGER, Maurice. “Os Partidos Políticos e os Grupos de Pressão”. In *Sociologia Política*. Parte Especial. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- ENCONTRO NACIONAL PELA LEGALIDADE DO PCB. *Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira*. São Paulo: Novos Rumos, 1984.
- FREDERICO, Celso. *Crise do Socialismo e Movimento Operário*. São Paulo: Cortez, 1994.
- GARCIA, Marco Aurélio, GUIMARÃES, Juarez & POMAR, Valter. *Socialismo no Século XXI*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.
- GENRO, Tarso, RODRIGUES, Edmilson & DIRCEU, José. *Instituições Políticas no Socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- GUSTAFSSON, Bo. *Marxismo y Revisionismo. La Crítica Bernsteiniana del Marxismo y sus Premisas Histórico-Ideológicas*. Espanha, Barcelona: Ediciones Grijalbo, 1975.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. Parte II. São Paulo: Loyola, 1994.
- HOBSBAWN, Eric. *Era dos Extremos: o Breve Século XX. 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil*. Cap. VII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IASI, Mauro Luis. *As Metamorfoses da Consciência de Classe. O PT entre a Negação e o Consentimento*. Parte 2. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- KONDER, Leandro & BETTO, Frei. *O Indivíduo no Socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- LENIN, V. I. “O Estado e a Revolução. A Doutrina do Marxismo sobre o Estado e as Tarefas do Proletariado na Revolução”. In LENIN, V. I. *Obras Escolhidas*. Tomo 2. Lisboa: Edições Avante; Moscou: Edições Progresso, 1978.

- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Prólogo de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 1998.
- MAZZEO, Antônio Carlos. *Sociologia Política Marxista*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: a Formação de um Partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.
- NETTO, José Paulo. *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. São Paulo: Cortez, 1993.
- . *Ditadura e Serviço Social. Uma Análise do Serviço Social no Brasil Pós-64*. São Paulo: Cortez, 2002.
- . *O que é Stalinismo*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma Introdução Crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.
- OLIVEIRA, Francisco de, STÉDILE, João Pedro & GENOÍNO, José. *Classes Sociais em Mudança e a Luta pelo Socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. *O PT e o Marxismo*. São Paulo: Diretório Regional de São Paulo, 1991.
- . “O Socialismo Petista”. In *III Congresso do PT*. www.pt.org.br.
- . *Resoluções de Encontros e Congressos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- SADER, Emir (org.). *Idéias para uma Alternativa de Esquerda à Crise Brasileira*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.
- SANTOS, Cleusa dos. *Reforma/Revolução: Pólos de Tensão na Constituição do Movimento Socialista*. Tese de Doutorado (mimeo). São Paulo: PUC-SP, 1998.
- SINGER, André. *O PT*. São Paulo: Publifolha, 2001.
- SINGER, Paul & MACHADO, João. *Economia Socialista*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- SOARES, Laura Tavares. *Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2002.

- TAVARES, Maria da Conceição, SADER, Emir & JORGE, Eduardo. *Globalização e Socialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.
- TEIXEIRA, Francisco José Soares. “Modernidade e Crise: Reestruturação Capitalista ou Fim do Capitalismo?”. In *Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as Novas Determinações do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez; Fortaleza: UECE, 1996.
- TUMOLO, Paulo Sérgio. *Da Contestação à Conformação. A Formação Sindical Cutista e a Reestruturação Capitalista*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)